

33

REVISTA DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE



N.º 28

1979-1982

**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRIO E
GEOGRÁFICO DE SERGIPE**

**Rua de Itabaianinha, 41
49000 — Aracaju-Sergipe
Fundado em 6 de Agosto de 1912**

Presidente Honorário — Exmo. Sr. Governador do Estado
de Sergipe:

General Djenal Tavares de Queiroz

DIRETORIA PARA O BIÊNIO 1981-1983

Presidente: Profa. Maria Thetis Nunes

Vice-Presidente: Engenheiro Fernando Figueiredo Porto

Secretário-Geral: Dr. José Silvério Leite Fontes

1.º Secretário: Economista Luís Fernando R. Soutello

2.º Secretário: Dr. Luís Carlos Rollemberg Dantas

1.º Tesoureiro: Bacharel João Barreto Almeida

2.º Tesoureiro: Engenheiro Emanuel Franco

Orador: Jornalista Luís Antônio Barreto

Pessoal Administrativo

Prof. Pedrinho Santos

Profa. Benemérita Barros Vilela

Sr. Gustavo Paulo Bomfim

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela lei estadual n.º 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução n.º 58 do Congresso Americano de Bibliografia e História de Buenos Aires, em 1916, e reconhecida de utilidade pública pelo Decreto Federal n.º 14.074, de 19 de fevereiro de 1920.



N.º 28

1979-1982

APRESENTAÇÃO

Completa o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe 70 anos de fundação. Em 6 de agosto de 1912, solenemente, era instalado numa modesta sala cedida pelo Clube Esperanto. Nascia, no dizer de seu primeiro Presidente, o Desembargador João da Silva Mello, da iniciativa, "da nobre inspiração de um distinto estudante", o jovem idealista Florentino Teles de Menezes. Sua missão deveria ser preservar nossas tradições, evitando que elas fossem destruídas "pela ação do tempo que tudo aniquila". Integravam a primeira diretoria e o quadro de sócios, os nomes mais representativos da vida social e intelectual sergipana.

Grandes têm sido os esforços, através dessa caminhada que chega aos nossos dias, dos que o vêem dirigindo para vencer o pessimismo e o indiferentismo defrontados. Na impossibilidade de citar todos que, com altruísmo e dedicação, conseguiram a sobrevivência desta Instituição, lembramos o nome de Epifânio da Fonseca Dória, que a acompanhou desde a fundação, na época um jovem interessado pela cultura, até quando lhe permitiu a resistência do nonagenário levado pela morte.

Esperamos que o Instituto Histórico e Geográfico continue a prestar a colaboração ao desenvolvimento cultural de Sergipe, tal como sonharam os que o plantaram nos idos de 1912.

Almejamos que continue o apoio dos dirigentes do nosso Estado, como têm dado os Drs. Lourival Baptista, Paulo Barreto de Menezes, José Rollemberg Leite, Augusto do Prado Franco e o General Djenal Tavares de Queiroz.

Em comemoração à data transcorrida, publicamos o 28º número da Revista, que acompanha a vida da Instituição desde os seus primórdios. Fortes são as dificuldades financeiras vencidas para conseguirmos esta publicação. Só a alcançamos graças ao apoio da bancada sergipana no Senado e na Câmara Federal, que incluiu o Instituto Histórico no Orçamento da União, e a compreensão do proprietário da Empresa Jornalística e Editora Gráfica Alvorada Ltda., de Brasília, o ex-deputado José Carlos Teixeira.

A todos que vêm cooperando para que o Instituto Histórico cumpra sua missão junto à comunidade sergipana, ficam os agradecimentos da sua Diretoria.

ACTA DA FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE SERGIPE

Aos seis dias do mez de Agosto de mil novecentos e doze, nesta cidade de Aracajú, capital do Estado de Sergipe, na sala do edificio da Relação do Estado onde funciona o Club Esperanto, a uma hora da tarde, reunidos em sessão solemne os exmos. srs. Desembargador Manoel Caldas Barreto Netto, João da Silva Mello, João Maynard, Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, Antonio Teixeira Fontes, Joaquim do Prado Sampaio Leite, Alexandre Lobão, Virgínio de S. Anna, Alvaro Telles de Menezes, Manuel dos Passos de Oliveira Telles, Alcebiades Correia Paes, Francisco Fernandes Martins, Alfredo Cabral, João Antonio de Oliveira, Gentil Tavares da Motta, Evangelino Faro, Elias Montalvão, coronel José Correia Paes, Pedro Sotero Machado, major Zacharias Correia Paes, a convite do academico de Medicina Dr. Florentino Telles de Menezes, este em soberba allocução expos os fins da reunião: — a saber, — A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DE SERGIPE —, e propos o nome do Dr. João da Silva Mello para presidir aos trabalhos relativos a fundação do mesmo Instituto. A proposta foi acceita com geral enthusiasmo; e o Dr. João da Silva Mello accedendo e agradecendo convidou para Secretario os Drs. João Maynard e Manuel dos Passos de Oliveira Telles, os quaes immediatamente occuparam seus logares. Então aberta a sessão, e declarando o Presidente que daria a palavra a qualquer dos cavalleiros que estavam presentes, levantou-se o Dr. Manuel dos Passos de Oliveira Telles e em eloquente e substancioso discurso traçou em linhas geraes o quadro da Historia e terminou propondo os Exmos. senhores Doutores General José de Siqueira Menezes e Sylvio Motta para socios fundadores. Adherio-se a proposta com expansivo contentamento. Após pediu a palavra o Dr. Antonio Teixeira Fontes e apresentou tambem para socio fundador o Exmo. D. José Thomaz Gomes da Silva, Bispo desta Diocese, Pelo Dr. João Maynard foram lembrados para socios fundadores os Doutores Dionysio Telles de Menezes e Zacharias Horacio dos Reis. Todos foram unanimemente acceitos.

Em seguida o Presidente nomeou para elaborarem os estatutos os senhores doutores Manuel Caldas Barreto Netto, Florentino Telles de Menezes e Alfredo Cabral, os quaes comporão a comissão organizadora delles; e ficou designado o dia 20 de Agosto corrente para a discussão e approvação dos mesmos estatutos.

E nada mais havendo, o Dr. Presidente encerrou a sessão e mandou que se lavrasse a presente em livro para esse fim destinado, da qual extrahir-se-ha copia para ser publicada pela imprensa. E assignaram a mesma como fundadores o Dr. João da Silva Mello, Presidente do Instituto, doutores João Maynard, 1º Secretario, Manuel dos Passos de Oliveira Telles, 2º Secretario, e todos os cavalheiros presentes. Eu, Manuel dos Passos de Oliveira Telles, 2º Secretario a escrevi e assigno.

João da Silva Mello P.
Manoel Caldas Barreto Netto
Manuel dos Passos de Oliveira Telles
F. Fernandes Martins
Dr. Alvaro de Menezes
Zacharias Correa Paes
Pedro Sotero Machado
Virginio de Sant'Anna
A. Teixeira Fontes
Alcebiades Correa Paes
M. Armindo Cordeiro Guaraná
José Correa Paes
Florentino Telles de Menezes
Alfredo Cabral
Alexandre Lobão
Gentil Tavares Motta

SERGIPE NO PROCESSO REPUBLICANO BRASILEIRO

Maria Thetis Nunes

Professor Titular do Departamento de Filosofia e História da Universidade Federal de Sergipe.

Em Sergipe, as idéias republicanas pouco eco tiveram antes de 1888. Mesmo na fase revolucionária que, no Brasil, se estendeu de 1817 com a Revolução Pernambucana, a 1848 com a Revolução Praieira, pequena foi ali a efervescência de movimentos radicais.

Somente a Confederação do Equador, em 1824, encontraria alguma ressonância, percebendo-se que havia uma consciência revolucionária, embora embrionária, em alguns setores da população urbana de Sergipe.

Paradoxalmente, o líder da insatisfação e da revolta da classe média mestiça sergipana foi um homem que desempenhava cargo de relevo na administração da Província, o mulato baiano Antonio Pereira Rebouças, secretário do Presidente Manuel Fernandes da Silveira (1).

Grande foi a animosidade dos potentados sergipanos contra Rebouças, e as restrições que faziam à sua condição de mestiço. Inúmeras foram as denúncias levadas ao Presidente de sua atuação entre a "gentalha" (2), doutrinando-a e persuadindo-a "que todo homem pardo ou preto pode ser General", ou elogiando a República e os bens que dela podiam advir (3).

Destacou-se também, nessa época, o Pe. Manuel Moreira de Magalhães, "talentoso orador sacro", em torno de quem se reuniam em Estância, pessoas "se tratando do sistema republicano o aniquilamento do Governo Imperial, desfigurando-se a idéia constitucional como não existente; com esta e outras patranhas enganam o povo principal, mesmo a mocidade anunciando-lhe assim como fizeram os Franceses, a liberdade e igualdade bens-comuns para todos" (4). Foi preso nos começos de 1827 por suas "máximas anarquistas".

Outro elemento importante, como divulgador da ideologia dos revolucionários pernambucanos de 1824 em Sergipe, foi o Padre Francisco Missionário, "o qual empregou-se em espalhar as mais perniciosas doutrinas, convidando os povos à República nas suas conversações e procurando indispor-los contra o Governo de S.M. o IMPERADOR"⁽⁵⁾. Já tendo sido preso em 1817, era personagem de grande poder de liderança ainda em 1826. Sua atuação preocupava não só às autoridades sergipanas como o próprio Pedro I, que mandou ordens enérgicas para que fosse detido.

Passada a repercussão dos ideais da Confederação do Equador, tem razão a afirmativa de Carvalho Lima Júnior: "até 1870 não havia em Sergipe um republicano.

Aquí haviam rebeldes chefiados por Travassos e Monteiro, que desejavam a vitória da revolução baiana de 1837 para vingarem-se do partido dominante que na Província havia levado a ferro, fogo e sangue, os vencidos pela traição na rebelião de Santo Amaro das Brotas"⁽⁶⁾.

Explica-se esse fato por não existir em Sergipe, naquela época, uma "Inteligentia", dadas as condições sócio-econômicas dominantes. Só a partir dos meados do século passado, com o desenvolvimento econômico assentado nos engenhos de açúcar, cresce a chegada de egressos dos cursos superiores, não só do Império como de Universidades européias. Em sua quase totalidade, eram esses médicos e bacharéis filhos dos potentados rurais que comandavam o processo político da Província. Passavam, esses jovens doutores, a ocupar os cargos-chaves da administração e a integrar a representação sergipana no Parlamento Nacional ou na Assembléia Provincial, compondo as hostes dos partidos *liberal* e *conservador* que disputavam o poder. Já entre os deputados da Assembléia Provincial do biênio 75-76, dos 24 membros que a formavam, 18 eram bacharéis.

Entre os dois partidos não existia diferença ideológica, conforme atestam os jornais, que eram seus arautos, e os atos praticados quando no poder. Em nada passavam a diferir daqueles que atuaram nos idos de 1824, dos quais diria, com argúcia, Felisbello Freire: "destituídos de programa, queriam uma só causa: a posse do poder"⁽⁷⁾.

Nos principais centros urbanos, como Laranjeiras, Estância e na Capital, Aracaju, vivia uma população que não seria chamada de classe média, na concepção marxista, pois não as ligava a solidariedade. "Os que estavam colocados mais abaixo na escala social não tinham noção de que interesses diferentes poderiam separá-las dos que pertenciam às camadas mais elevadas"⁽⁸⁾. Poderíamos denominá-las de camadas médias ou estratos urbanos.

em Laranjeiras onde concretar-se-iam, no Manifesto de 18 de outubro de 1888, as idéias republicanas que já vinham sendo divulgadas nos jornais, "O Horizonte", "O Laranjeirense" e o "Republicano". No estabelecimento do Clube, em 1º de novembro desse ano de 1888, foi lançado os fundamentos do Partido Republicano de Sergipe. O mentor intelectual era Sílvio Romero, que residia no Rio, atuando na imprensa com destaque.

Como aconteceu no plano nacional, também em Sergipe os setores médios da população, com a predominância das profissões liberais para os quais o Império representava o atraso, o conformismo, e a República simbolizava o novo, abrindo perspectivas largas para a realização de reformas intransferíveis, perceberam que só conseguiriam a efetivação de suas aspirações na aliança com uma das facções da classe senhorial dominante, descontente com o rumo dos acontecimentos.

Felisbello Freire procurou trazer para as fileiras republicanas os senhores de engenho desgostosos com a abolição feita sem indenização, acarretando-lhes grandes prejuízos financeiros. Baltazar de Góis diria muito bem que se conseguiu "atrair um grupo de cidadãos respeitáveis e prestigiosos", retirados "de lá, onde o justo despeito pelo prejuízo de 13 de maio tinha ateado a faísca da rebelião" (11). Sobressaem-se entre eles, pela participação nos acontecimentos que se sucederam, Vicente Luís de Oliveira Ribeiro, Antonio de Siqueira Horta, Francisco Barros Pimentel Franco, Sílvio Bastos, entre outros.

O Manifesto de 18 de outubro de 1888, assinado por Felisbello Freire e mais 40 pessoas, é conciso e assim se inicia: "Nós abaixo assinados, declaramos não pertencer mais a nenhum dos partidos monárquicos deste país — liberal ou conservador — e sim ao patriótico e democrático partido republicano". Constituem estes signatários os republicanos históricos de Sergipe.

Chama a atenção dos estudiosos a ausência de assinatura, neste Manifesto, de bacharéis. Só um médico o assinou, Felisbello Freire. Era a pressão da política de clientela mantida pelas oligarquias dominantes. Apenas teria oportunidade de galgar qualquer posto no aparato político-administrativo da Província, quem estivesse ligado, por laços consangüíneos ou por apadrinhamento, aos "coronéis" donos do poder. Daí a explicação de ter Fausto Cardoso, então Promotor em Sergipe, se refugiado sob o pseudônimo Black para escrever nos jornais republicanos, e não ser, como ele mesmo diria mais tarde no Parlamento, um republicano histórico.

A presidência do Partido coube a um abastado proprietário, o coronel Vicente Luís de Oliveira Ribeiro, egresso do partido *conservador*, enquanto assumia a Vice-Presidência o Dr. Felisbello Freire. Na sessão de instalação foi

Entre esses elementos, encontrou acolhida, em Sergipe, a propaganda republicana, que desde o seu Manifesto, em 1870, começava a fermentar no Brasil. O ponto inicial da convergência das novas idéias foi a cidade de Laranjeiras, o principal centro econômico e cultural da zona da Cotinguiba, como era denominada a mais importante região açucareira sergipana.

Ali se encontraram e se insurgiram contra a ordem política vigente, ex-alunos da Faculdade de Direito de Recife, influenciados pelas idéias progressistas de Tobias Barreto e Sílvio Romero, sendo seu representante mais destacado, Fausto Cardoso, tribuno eloquente, agitador das massas, que, em 1906, tombaria na praça pública da Capital Sergipana que leva o seu nome, na luta contra as oligarquias que haviam voltado ao comando político da Província. A esses bacharéis somavam-se jovens egressos das Faculdades de Medicina e de Farmácia da Bahia, como Felisbello Firmo de Oliveira Freire, Serafim Vieira de Almeida e Josino de Menezes, e os jovens oficiais da Marinha e do Exército, Marcelino José Jorge, Moreira Guimarães e José Siqueira de Menezes. Este, no depoimento de um conterrâneo, como discípulo de Bejamim Constant, "seus sentimentos democráticos se apuraram aos raios daquela Ilustração, robusteceram-se com a substância forte daquele exemplo vivo das virtudes cívicas"⁽⁹⁾.

A esse grupo de bacharéis, médicos, farmacêuticos e oficiais da Marinha e do Exército, uniram-se intelectuais pobres, inconformados com a situação que não lhes permitira cursar as Academias do Império. Entre eles sobressaía-se Francisco Antonio de Carvalho Júnior, historiador que até hoje não encontrou um biógrafo à altura da obra que deixou uma grande parte inédita, enquanto outra está dispersa nos jornais da época. Nessa mesma situação estava Baltazar de Góis, professor emérito, fundador e Diretor do renomado Colégio em Laranjeiras, o "Liceu Laranjeirense", e criador de um Clube "Democrático". "Dantes mesmo, começou a dirigir sua ação mais acentuada contra o sistema monárquico e seus partidos. Em palestras e reuniões particulares exteriorizava seu ódio contra a mistificação dos partidos *conservador* e *liberal*, como também sua repugnância pelos princípios de inviolabilidade e hereditariedade do governo supremo da nação"⁽¹⁰⁾.

Em 1870, em Sergipe, o Manifesto Republicano só encontrou receptividade em Laranjeiras, na família de um dos signatários, o exímio poeta e tradutor de Longfellow, Francisco Leite de Bittencourt Sampaio.

Desde 1880, alguns intelectuais mais afoitos, como Carvalho Lima Júnior, já andavam escrevendo a favor da República. Apesar de, em 1887, ter sido tentada em Estância a fundação de um Clube Republicano, seria, porém,

designado para representá-lo, junto ao Partido Republicano na Corte, Sílvio Romero.

Cresce o número dos senhores de terra que vão aderindo ao novo partido, inclusive de outros municípios como Itaporanga, centro açucareiro do vale do Vasa-Barris, onde, como diz Carvalho Lima Júnior, "também foi da lavoura revoltada contra a Princesa Izabel que partiu o brado de represália, por ter sido dado o golpe na instituição decaída sem indenização"⁽¹²⁾.

Assim, os intelectuais e homens de profissões liberais foram buscar nos importantes proprietários rurais, coronéis, majores e capitães da Guarda Nacional, o sustentáculo para a fundação do partido Republicano. Compreenderam que sem eles não conseguiriam ir avante, e enfrentar uma possível oposição dos que ocupavam o poder na Província, inclusive as ameaças de uma guarda negra que chegou a ser criada em Laranjeiras, imitando a que agia no Rio de Janeiro, por gratidão à Princesa Izabel, na defesa do Império.

Carvalho Lima, um dos mais antigos republicanos do Estado, compreendeu que não poderiam, em Sergipe, contar com maiores contingentes dos setores médios da população urbana, ao escrever: "No Aracaju, duas classes sobressaem: a dos funcionários públicos e a dos comerciantes. A primeira, presa pelo estômago; a segunda, em geral mal cultivada e indiferente, não poderiam balançar-se a uma coisa perigosa para aqueles, inútil para estes, que vêem, sob qualquer forma de governo imposto, sempre o imposto".

Em maio de 1889, eram eleitos os representantes para o Congresso Federal do Partido Republicano, o primeiro a ser realizado no país e que teria lugar em São Paulo. Os cinco nomes escolhidos foram de proprietários rurais. Tinham como suplentes os intelectuais radicados no Rio, Sílvio Romero, João Ribeiro, Bittencout Sampaio, e o médico Pereira Guimarães, que vivia em São Paulo, onde fundara, na cidade de Bragança, um partido republicano. Ainda é Carvalho Lima quem diz com ironia: "satisfazia-se a vaidade, se agradava a muitos distintos cidadãos dos mais probos para servirem de escudo aos mais representativos nomes da intelectualidade sergipana"⁽¹³⁾.

Às eleições gerais de 31 de agosto, as últimas do Império, os republicanos se lançaram com entusiasmo e otimismo, confiantes em seus candidatos Sílvio Romero e Josino Menezes, entre outros. Não chegaram sequer a preocupar o Presidente Jerônimo Sodré, que nem a eles se referiu na Fala com que passou o Governo de Sergipe, em 13 de outubro de 1889, ao Vice-Presidente, Dr. Tomás Cruz. Decepcionado, Felisbelo Freire transferiu residência para o Rio, e o movimento republicano perdeu muito do entusiasmo inicial.

A notícia da Proclamação da República ecoou festivamente em Aracaju, tendo atuação destacada nas comemorações a oratória inflamada de Fausto Cardoso. Sem qualquer objeção, o Vice-Presidente, Dr. Tomás Cruz, passou o Governo ao triunvirato escolhido por inspiração do Comandante da Guarnição, embora o Chefe de Polícia e o Chefe do Partido Liberal Barros Pimentel fossem pela reação. Inicialmente, o triunvirato era composto dos proprietários rurais Antônio de Siqueira Horta e Antonio Diniz Dantas Melo, e do capitão do exército, da arma de Engenharia, José de Siqueira Menezes. Os dois primeiros, apesar de republicanos, não aceitaram os cargos, sendo substituídos pelo coronel, senhor de engenho, Vicente Luís de Oliveira Ribeiro e o professor Baltazar de Góis.

A colônia sergipana, radicada no Rio, indicou ao Governo Provisório Republicano, chefiado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, o nome de Felisbello Freire para Presidente de Sergipe.

As adesões foram imediatas, logo que se teve certeza que a República era um fato irreversível. As Câmaras e o povo das cidades e vilas apregoaram logo a ela sua fidelidade. Já no dia 21 de novembro, a Assembléia Provincial trouxe à Junta Provisória o apoio, "em nome do povo", à nova forma de Governo, à qual também daria, "a mais formal e sincera adesão", o Presidente do Partido Liberal.

Felisbello Freire assumiu o governo do Estado de Sergipe em 13 de dezembro de 1889. Apesar de, em sua proclamação, dizer que "eu não vim a Sergipe fazer uma derrubada porque não sou conservador nem liberal. O meu papel é de fiscalização severa, de justiça a todos", não escaparam à perseguição os poucos que se mantiveram intransigentemente monarquistas.

Dentro do partido republicano vão logo surgindo facções, segundo os interesses da classe dominante. Os velhos senhores da economia e da política não tencionavam ceder o comando do mecanismo político-administrativo do novo regime implantado aos que vinham das camadas médias da população, e que tanto haviam batalhado e enfrentado os riscos para que a República triunfasse.

Por não atender à pretensão do coronel do exército Rosa Júnior, amigo de Deodoro, à senatoria, Felisbello foi demitido em agosto de 1890, sendo substituído pelo capitão de fragata Augusto César, irmão daquele pretendente, que, tranqüilamente, se elegeu senador.

A República começava impondo ao Estado a vontade do Presidente. Neste aspecto, não diferiam as eleições das realizadas na época imperial.

Segue-se um período de instabilidade política, em que influenciaram, sobretudo, o golpe de Estado de Deodoro, em 3 de novembro de 1891, bem como sua renúncia no dia 23 do mesmo mês, e a substituição por Floriano Peixoto.

Os partidos políticos não se estruturavam ideologicamente. Houve a tentativa do Padre Olímpio Campos da filiação ao partido católico, de âmbito nacional, que deveria se contrapor à política de laicização implantada pela República. Mas, prevaleceram os interesses locais sobre a ideologia, e o partido católico não vingou. O poder central seguiu manipulando as eleições, às quais já concorrem, desenvoltos, os antigos monarquistas, em franca adesão ao novo regime.

Em 18 de maio de 1892 foi votada e aprovada a Constituição Republicana de Sergipe. Dentro de suas disposições, realizou-se a eleição para Presidente do Estado, sendo escolhido um jovem militar, capitão do exército, do corpo de engenharia, José Calasans. Homem equilibrado, acima das disputas locais, iniciou um governo profícuo, regularizando as finanças desorganizadas pela instabilidade de governos, vinda desde a Proclamação da República. "A probidade foi o seu lema"⁽¹⁴⁾.

Mas as oligarquias, recompostas rapidamente, lutando pelo comando político sergipano, não viam com simpatia a imparcialidade do Capitão-Presidente.

Servirá de instrumento dessa insatisfação outro militar, o coronel Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão. Com nome firmado nos campos paraguaios, presente nos acontecimentos militares que desembocaram na proclamação da República, amigo de Floriano, que o fizera Chefe de Polícia da Capital Federal, veio para Sergipe disputar as eleições de junho de 1894. Fez que a guarnição federal, aquartelada em Aracaju, se intrometesse abertamente no processo eleitoral. Contra isto, em vão, protestou o Capitão Calasans, cioso da imparcialidade que deveriam manter, em tais circunstâncias, o governo e as forças armadas. Os fatos desenrolados criaram uma situação *sui generis*: Sergipe teve duas Assembléias Legislativas, uma na Capital, dos partidários de Valadão, e outra em Rosário, legalista, fiel a Calasans. Tais acontecimentos provocam a cisão das oligarquias e surgem dois partidos: os Pebas, partidários de Valadão, integravam a Assembléia de Aracaju; os Cabaus, apoiando o Capitão Calasans, formavam a Assembléia de Rosário.

A complacência de Floriano daria ganho de causa a Valadão, sendo deposto o Presidente constitucional, Capitão Calasans, em 11 de setembro de 1894. Sem resultados, recorreram seus partidários ao Parlamento Nacional, à

Imprensa local e do Rio, ao Supremo Tribunal Federal contra a ilegalidade que atingira o Capitão Calasans. O "Caso de Sergipe", como foi conhecido, marca a arbitrariedade da jovem República em ascensão.

A política dos governadores criada por Campos Sales, e consolidada com a instituição da verificação dos poderes, prestigiará as oligarquias regionais, e vai fazer com que, mais acirrada, seja a luta em Sergipe pela chegada ao poder. Os blocos partidários se aglutinarão em torno do Coronel Valadão, onde predominam os republicanos que vinham da Propaganda, ou em torno do Padre Olímpio Campos que atraía grande número de tradicionais monarquistas adesistas.

A revolta de Fausto Cardoso em 1906, significou a luta contra as oligarquias, já detentoras do poder, encarnadas em Olímpio Campos para os intelectuais frustrados com o rumo tomado pela República.

Tombando morto, o gesto de Fausto Cardoso vale como o símbolo da luta por uma política identificada com o povo, e não a simples vontade dos detentores do poder econômico. Também é uma alerta aos idealistas de todos os tempos que, sem pressentirem, são levados ao sacrifício por grupos que visam apenas o poder, como era, em grande parte, os que jogaram o grande tribuno na aventura que lhe custou a vida.

O assassinato, no Rio, do Monsenhor Olímpio Campos em 9 de novembro desse mesmo ano de 1906, pelo filho e sobrinho de Fausto Cardoso, que, assim acreditavam vingar sua morte, a cuja responsabilidade atribuíam ao assassinado, não mudaria a vida política sergipana.

Ela continuaria, por toda a Velha Republica, a ser um jogo dos interesses das forças econômicas dominantes, especialmente dos senhores de terra, desde quando era nas atividades agrárias que se assentava a economia sergipana.



BIBLIOGRAFIA

- (1) Nunes, Maria Thetis: História de Sergipe a partir de 1820. Pág. 83 Editora Cátedra - MEC, 1978.
- (2) Ofício do Capitão-Mor José D'Anunciação Borges ao Comandante das Armas, Manuel da Silva Daltro, em 5 de julho de 1824. Arquivo Nacional, Seção dos Ministérios.
- (3) Representação do Juiz Ordinário Presidente da Câmara e do Vereador mais velho em 6 de julho de 1824. Arquivo Nacional, Seção dos Ministérios.

- (4) Freire, Felisbello: História de Sergipe, pág. 279. Rio de Janeiro, 1891.
- (5) Ofício dirigido pelo Comandante das Armas de Sergipe, Brigadeiro Inácio José da Fonseca, ao Ministro Barão de Ladário em 29 de novembro de 1826. Arquivo Nacional, Secção dos Ministérios.
- (6) Lima Júnior, Francisco Antônio de Carvalho: A Propaganda Republicana em Sergipe. Diário da Manhã, Aracaju, 5 de fevereiro de 1918.
- (7) Freire, Felisbello: Obra citada, pág. 260.
- (8) Queiroz, Maria Isaura Pereira de: O Mandonismo local na vida brasileira, pág. 18. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1976.
- (9) Góis, Baltazar: A República em Sergipe, pág. 15. Aracaju, 1891.
- (10) Lins, Eutíchio: In: A República em Sergipe, Baltazar Góis, pág. 20.
- (11) Góis, Baltazar: Obra citada, pág. 42.
- (12) Lima Júnior, Francisco Antônio de Carvalho: Obra citada. Diário da Manhã, 19 de fevereiro de 1918.
- (13) Lima Júnior, Francisco Antônio de Carvalho: Idem.
- (14) Nobre de Lacerda, F: A Década Republicana em Sergipe, pág. 53. Aracaju, 1906.

POPULAÇÃO E ECONOMIA: Aspectos do problema da mão-de-obra escrava em Sergipe (Séculos 18 e 19)

Luiz R. B. Mott (*)

Universidade Federal da Bahia, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da Bahia.

"São muito ativos os moradores de Sergipe, por que com vinte cativos fazem maior quantidade de açúcar do que muitos ricos lavradores do Recôncavo da Bahia com os enfraquecidos braços de cem escravos. Mas eu descobro e apresento a razão de proveito tão vantajoso. Ali são mais bem cuidados estes homens desgraçados, sujeitos à lei do cativo. São nutridos com os saudáveis alimentos vegetais, com feijões e com milhos que por toda a parte colhem com abundância. Os escravos do Recôncavo da Bahia se nutrem com o escasso e nocivo alimento de carne salgada do Rio Grande. Suas pequenas casas são cobertas de palhas e mal os agasalham do rigor da estação, quando as senzalas em Sergipe são cobertas de telhas. Os escravos são vestidos com algodão manufacturado pelas escravas quando os do Recôncavo pela maior parte parecem mudos orangutangos. Em Sergipe se lhes permite a mais doce sociedade: podem casar-se com as escravas da mesma família e ainda de outra, quando os proprietários da vizinha Bahia embarçam a liberdade do matrimônio, obstam a este contrato santo, esse grande sacramento como escreve o Apóstolo". (Marcos Antonio de Souza, ex-Vigário da Freguesia sergipana de Jesus-Maria-José e S. Gonçalo do Pé-do-Banco, ano de 1808).

A historiografia dedicada à escravidão no Brasil revela uma grande disparidade no que tange aos estudos referentes de um lado às grandes e mais im-

portantes Capitânicas, e do outro às pequenas e mais pobres regiões da Colônia e do Império. Já dispomos de importantes trabalhos sobre a escravidão no Pará, em Pernambuco, na Bahia, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul⁽¹⁾. Sobre as pequenas capitânicas — Piauí, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, entre outras, quase tudo está ainda por ser feito. No caso específico de Sergipe del Rey, as fontes que nos informam sobre o grupo dos escravos e dos descendentes de africanos são extremamente raras e incompletas. Se para Pernambuco, Bahia, Pará são possíveis cálculos relativos ao número de escravos introduzidos nos respectivos portos, qual a procedência dos africanos, qual a razão de masculinidade, etc., em Sergipe, assim como na maioria das pequenas capitânicas, como a introdução de africanos se fazia através dos portos das grandes capitânicas, inexistem registros específicos relativos a tal contingente demográfico. As tentativas dos senhores de engenho de Sergipe, no início do século XVIII, de irem resgatar escravos diretamente na Costa d'África não contou com o beneplácito da Coroa⁽²⁾.

Sergipe, a menor das Capitânicas, apresenta muitas semelhanças com sua vizinha-rica, a Bahia, no tocante à sua ecologia, estrutura demográfica, especialização econômica e características sócio-culturais. Não obstante, em termos da estrutura interna da agro-indústria açucareira — tamanho dos engenhos e população escrava neles ocupada — Sergipe apresenta-se bem diferente da Bahia e de seu Recôncavo. Trata-se de uma região ainda muito pouco estudada: sobre a propriedade canavieira, por exemplo, dispomos até o presente apenas de uma nota prévia geral sobre os engenhos, e de um estudo particular de uma unidade açucareira da região da Cotinguiba, o Engenho Pedras⁽³⁾. Assim sendo, este nosso ensaio é uma primeira tentativa de fornecer mais dados quantitativos sobre alguns aspectos básicos da estrutura e organização da mão-de-obra escrava em Sergipe.

Começamos oferecendo no *Quadro I* a relação dos habitantes de Sergipe entre os anos 1707 e 1888. Tal quadro é fruto de pesquisa em fontes as mais variadas, indo do Arquivo Público do Estado de Sergipe, Arquivo do Estado da Bahia, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, até o Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal. Quando possível, apontamos o significado numérico da população escrava comparativamente à população livre. Cumpre lembrar que algumas destas estatísticas são mais fidedignas, posto que tiveram como substrato os recenseamentos periódicos das freguesias, levantados pelos Vigários ou pelos Capitães-Mores. Outras não passam de estimativas, algumas grosseiras, como parece ser o caso dos anos 1839, 1863, 1869; outras, incompletas, como foi o Censo de 1872⁽⁴⁾.

QUADRO I: População de Sergipe – Livres e Escravos

Ano	Livres	Escravos	Total	% Escravo
1707	—	—	17.169	—
1775	—	—	16.454	—
1780	—	—	54.005	—
1802	36.234	19.434	55.668	34,9
1808 a	—	—	72.236	—
1808 b	—	—	75.061	—
1815	—	—	75.669	—
1816	—	—	91.997	—
1819	88.783	26.213	114.996	22,8
1821	—	—	114.916	—
1823	88.000	32.000	120.000	26,7
1825	—	—	101.928	—
1829	—	—	140.512	—
1834	112.640	47.812	160.452	29,7
1837	—	—	128.000	—
1839	—	—	167.397	—
1848	134.454	—	—	—
1849	137.743	—	—	—
1850	163.696	55.924	219.620	25,5
1851	166.426	56.564	222.990	25,4
1854	100.192	32.448	132.640	24,5
1856	101.383	32.741	134.124	24,5
1863	—	—	200.000	—
1869	230.000	50.000	280.000	17,9
1872	153.620	22.623	176.243	12,8
1877	—	32.974	—	—
1881	—	26.381	—	—
1883 a	—	27.254	—	—
1883 b	—	26.190	—	—
1888	283.112	16.888	300.000	5,6

Através deste quadro notamos que a população de Sergipe entre 1707 e 1888 cresceu nas seguintes proporções:

QUADRO II: Crescimento da População Livre e Escrava

	População Livre	População Escrava	Total
1707 - 1802	—	—	3,2
1802 - 1854	2,7	1,6	2,3
1854 - 1888	2,8	menos 5,2	2,2

No que se refere à composição jurídico-social da população, notamos que entre 1819 e 1856, a proporção de escravos face à população livre manteve-se bastante estável, oscilando entre 22,8% a 29,7%. É no segundo ano do século XIX que aparentemente Sergipe contou com a maior porcentagem de cativos face à população forra: mais de 1/3 dos seus habitantes eram cativos. A interrupção do tráfico negreiro parece não ter afetado inicialmente a proporção dos escravos vis-a-vis os livres, pois em 1850 havia 25,5% de escravos, em 1851 eles eram 25,4% e entre 1854 e 1856, seu número manteve-se estável: 24,5%. A grande alteração nessa proporção se dá a partir de 1869, quando os cativos passam a representar 17,9% da população total. Em 1872 são 12,8% e no ano da Abolição, apenas 5,6%. As causas desta diminuição são assaz conhecidas: além da cessação do tráfico, a venda de escravos do Nordeste decadente para as prósperas fazendas de café do Sul, e as diversas leis posteriores a 1850 que emanciparam certas classes de cativos.

Isto posto, vejamos a seguir alguns dados a respeito da distribuição e composição do grupo escravo em Sergipe. Podemos, simplificando, dividir a Província de Sergipe em três zonas ecológicas e econômicas: I) *Zona dos Rios Cotinguiba e Vazabarris*, tradicionalmente a principal área canavieira e centro político-administrativo; II) *Zona Sertaneja*, dedicada principalmente à pecuária; III) *Zona Ribeirinha do Rio S. Francisco*, voltada principalmente à policultura de subsistência e à pesca. Tomando como amostra os Mapas Exatos da População⁽⁵⁾ do ano de 1825, e escolhendo nestas zonas aleatoriamente quatro freguesias, notaremos a seguinte distribuição da população segundo a cor-etnia e de acordo com sua situação jurídico-social:⁽⁶⁾

Quadro III: Distribuição da População segundo a Cor-Etnia (1825)

	Zona de Cana (S. Cristóvão e St ^o Amaro)	Zona de Pecuária (Lagarto)	Zona de Policultura (Propriá)
Branços	21,1%	17,1%	29,0%
Pardos	44,8%	45,0%	51,5%
Pretos	32,8%	36,6%	17,6%
Índios	1,3%	1,3%	1,9%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Quadro IV: Distribuição da População segundo a situação Jurídico-Social (1825)

	Zona de Cana (S. Cristóvão e St ^o Amaro)	Zona de Pecuária (Lagarto)	Zona de Policultura (Propriá)
Ingênuos	44,1%	34,1%	47,1%
Libertos	1,7%	23,1%	4,9%
Cativos	31,8%	24,4%	17,1%
(Branços/ Índios)	22,4%	18,4%	30,9%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

A confrontação destes dois quadros permite-nos observar alguns aspectos importantes da relação entre estrutura demográfica e especialização econômica regional. A *Zona da Cana* é a que revela o menor índice de miscigenação racial e o menor número de libertos. Sendo a área economicamente mais ativa e que mais dependia do trabalho escravo, não havia lugar na estrutura social local para os saídos da escravidão, ou por serem indesejáveis aos senhores de escravos, ou por sentirem-se os libertos ameaçados pela estrutura de poder escravocrata dominante nesta região. É a zona de maior número de cativos. Na *Zona de Pecuária*, exemplificada pela freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Lagarto, é onde, surpreendentemente, aparece o menor número de brancos, e a maior concentração porcentual de negros. Se observarmos o Quadro IV, notaremos que é no sertão que se concentra a maior porcentagem de libertos: enquanto que na zona da cana (representada pela freguesia de Nossa Senhora da Vitória de São Cristóvão, a Capital da Província, e por Santo Amaro

das Brotas), apenas 1,7% dos indivíduos saíram da escravidão através da alforria ou da manumissão, na zona de policultura, os libertos são 4,9% da totalidade da população, em Lagarto, 23,1% dos pardos e pretos eram libertos. Na falta de elementos documentais que nos esclareçam tal fenômeno, arriscamos duas hipóteses que somente novas pesquisas poderão ratificar ou retificar nosso enunciado, a saber: talvez a pecuária extensiva possibilitasse uma maior liberdade e distanciamento dos escravos *vis-a-vis* seus senhores, contando por conseguinte os escravos com maiores chances de acumular o pecúlio necessário à compra de suas alforrias, diferentemente do que devia acontecer nas áreas açucareiras. Outra possibilidade é a de que os escravos alforriados ou manumitidos em outras áreas, notadamente na Cotinguiba e Vazabarris, buscassem a zona sertaneja exatamente para distanciar-se da área mais escravista de Sergipe, isto com a intenção de conseguir mais facilmente ganhar a vida como agregados ou vaqueiros das fazendas de gado, estes últimos pagos, via de regra, com 1/4 das crias que nasciam sob seu cuidado. A *Zona de Policultura* está representada aqui nesta nossa amostra pela freguesia de Santo Antonio do Urubu-de-Baixo de Propriá, situada na beira do rio de São Francisco. É a região que revela o maior índice de miscigenação, concomitantemente ao menor número de pretos e cativos de Sergipe. Os brancos aí são proporcionalmente mais numerosos do que os das demais zonas, o mesmo ocorrendo com os índios(?).

Passando para outro nível demográfico, vejamos algo a respeito da procedência ou origem étnica da escravaria de Sergipe. Conforme dissemos no início, não havendo registros específicos dos africanos entrados nesta Capitania, temos que nos valer de fontes parciais. A principal e única fonte encontrada até então referente à procedência dos escravos de Sergipe, refere-se ao século XVIII: trata-se de cinco listas dos "Lavradores que plantam mandioca" na então Comarca de Sergipe del Rey⁽⁸⁾, no ano de 1785. De um total de 814 escravos arrolados, tal era sua composição quanto à origem e cor:

Quadro V: Composição Demográfica dos Escravos de Sergipe segundo a Origem e Cor (1785)

AFRICANOS	NACIONAIS
Congo-Angola	Crioulos: 340
Angola: 197	Mulatos: 144
Congo: 2	Mestiços: 33
Benguela: 6	Cabras: 19

Costa do Ouro

Mina: 67

Golfo do Benin

Gêge: 4

TOTAL 276 (34%)

TOTAL 538 (66%)

**Quadro VI: Composição Demográfica dos Escravos de Sergipe
segundo a Nacionalidade (1872)**

ORIGEM	TOTAL	%
Nacionais	21.228	93,8
Africanos	1.395	6,2
TOTAL	22.623	100,0

Baseando-se nestes dados, e em outras fontes indiretas, tais como inventários, testamentos, cartas de alforria, anúncios de jornal⁽⁹⁾, calculamos que os cativos oriundos d'África nunca devem ter ultrapassado 1/3 da escravaria total de Sergipe, contrastando portanto fortemente com a realidade observada em outras áreas, como na Bahia e no Rio de Janeiro, nos mesmos períodos⁽¹⁰⁾. A impossibilidade de importar negros diretamente da Costa da África e o próprio estilo de pequena empresa doméstica dos engenhos sergipanos seriam talvez as duas principais razões que explicam a alta taxa de reprodução dos escravos e conseqüentemente, a predominância de crioulos nas terras de Sergipe del Rey. As palavras de D. Marcos Antonio de Souza, na epígrafe deste trabalho, são comprovadas pelas estatísticas. Em 1834, 16,5% dos escravos negros de Sergipe estavam na faixa de 1 a 10 anos. Como via de regra importavam-se sobretudo africanos adolescentes e adultos, supomos que a quase totalidade dos negros escravos com menos de 10 anos devem ter sido crioulos nascidos em Sergipe, indicando outrossim que o grupo escravo devia apresentar significativos índices de auto-reprodução⁽¹¹⁾.

No que se refere à distribuição da população escrava pelos diferentes setores econômicos, de acordo com o censo de 1872, mais de 80% dos cativos concentravam-se na zona rural, trabalhando no eito. A rusticidade da vida urbana local não permitiu o grande desenvolvimento de ocupações ligadas ao setor terciário⁽¹²⁾.

Na zona rural, os engenhos de Sergipe, se comparados com os da Bahia ou mesmo de Pernambuco, não passavam de banguês. Não temos notícia da existência de sequer um "engenho real" no século XVIII. Somente a partir de

1860 que o vapor é introduzido além do Rio Real. Embora tenhamos encontrado referência de dois engenhos no século XIX que possuíam mais de 100 escravos — um com 120, o outro, com 129 — (¹³), a grande maioria dos engenhos sergipanos contavam com menos de 40 cativos, sendo que destes, aproximadamente 1/3 era constituído de mão-de-obra economicamente inativa na lavoura: crianças pequenas, velhos, portadores de doenças crônicas(¹⁴). Numa lista de 31 engenhos, no ano de 1785, onde aparece especificada a idade e a quantidade dos escravos, a propriedade possuidora do maior número de cativos tinha 45, e o engenho “moente e corrente” com o menor número, possuía 7 escravos. Excluindo-se aproximadamente 1/3 de inativos, teremos uma média de aproximadamente 16 escravos por propriedade açucareira em Sergipe. Nos meados do século passado, numa amostra de 58% dos engenhos existentes em Sergipe (447 unidades), a média foi de 20 escravos por propriedade, média bastante inferior aos cálculos feitos para o Recôncavo da Bahia e para Pernambuco (¹⁵).

O último tema a ser tratado neste ensaio sobre aspectos da mão-de-obra escrava em Sergipe, será uma tentativa de relacionar o número de propriedades rurais com a disponibilidade real de braços ocupados na lavoura. O primeiro passo é fornecer um quadro cronológico sobre a evolução numérica dos engenhos(¹⁶).

QUADRO VII: Engenhos de Sergipe

ANO		QUANTIDADE
1612	—	1
1637	—	8
1724/30	—	25
1756	—	46
1798	—	140
1802	—	146
1807	—	148
1808	—	114
1809	—	200
1815	—	100
1817	—	300
1820	—	163
1823	—	347
1824	—	226

1825	—	114
1826	—	232
1838	—	445
1840	—	433
1840	—	344
1852	—	680
1856	—	753
1858	—	769
1862	—	830
1863	—	750
1871	—	646
1872	—	800
1883	—	737
1884	—	800

Este quadro evidencia um enorme crescimento da agro-indústria açucareira nesta pequena região nordestina. De um único engenho existente em 1612, passa a 140 nos fins do século XVIII, a 680 nos meados do século XIX, e a mais de 800 na década da Abolição. Se compararmos o crescimento da população escrava com o aumento do número de engenhos, notaremos que entre os primeiros 50 anos do século XIX, mais exatamente, entre 1802 a 1852, os engenhos aumentaram seu número num índice de 4,6, enquanto que a mão-de-obra escrava cresceu na proporção de 2,9.

Aí se coloca uma questão crucial no estudo do problema da mão-de-obra em Sergipe: inúmeras fontes comprovam fartamente que durante a primeira metade do século XIX, a *população livre de cor* representava mais de 50,5% dos habitantes desta Província⁽¹⁷⁾. Quer dizer: mais da metade da população de Sergipe não era nem Senhor, nem Escravo. Perguntamos então: o que fazia tal contingente populacional? Como viviam? Do que viviam? Nossa hipótese é que tais homens-de-cor livres constituíam importante mão-de-obra nos diversos setores econômicos de Sergipe del Rey. Somente através do auxílio dos "braços livres" é que podemos entender como alguns engenhos apontados nos documentos como "moentes e correntes", isto é, funcionando, podiam trabalhar contando apenas com 7 ou 10 escravos⁽¹⁸⁾. Infelizmente, na fase atual de nossa pesquisa, ainda não dispomos de dados que esclareçam o significado quantitativo e descrevam qualitativamente tal grupo, numericamente o maior desta sociedade escravocrata. Num levantamento de 58% das propriedades rurais de Sergipe, no ano de 1858, calculamos que havia para en-

genho, conforme dissemos anteriormente, uma média de 20 escravos⁽¹⁹⁾. Nestas mesmas propriedades, os *agregados* atingiam a cifra de 5,7 – isto sem falar nos eventuais “diaristas”, “meeiros”, “rendeiros” que compartilhavam com os escravos e agregados o trabalho braçal. Só futuras pesquisas poderão trazer mais luzes sobre este grupo social, o dos homens livres de cor, contingente demográfico que tem sido pouco estudado pelos pesquisadores, e que a nosso ver, desempenhou um papel social e econômico muito mais significativo do que até então se tem pensado.



NOTAS E BIBLIOGRAFIA

- (*) Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a estrutura e dinâmica da população de Sergipe na primeira metade do século XIX. Agradeço mais uma vez à Fundação Ford, “Estudos Populacionais” pelo suporte financeiro que tornou possível a coleta deste material. Este trabalho foi apresentado sob a forma de comunicação, sob o mesmo título, na 28ª Reunião Anual da SBPC, Brasília, 1976, Seção 5.3 (Demografia).
- (1) Para maiores informações sobre a bibliografia relativa à escravidão nas diferentes regiões brasileiras, consulte-se Jacob Gorender, *O Escravismo Colonial*, SP, Ed. Ática, 1979.
- (2) Arquivo Histórico Ultramarino, Cx. 2, Sergipe: “Representação dos Senhores de Engenho de Sergipe a el Rey”, 12-6-1736.
- (3) Maria da Glória Santana de Almeida: “Nota prévia sobre a propriedade canavieira em Sergipe, século XIX” e “Uma unidade açucareira em Sergipe, O Engenho Pedras”: *Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, vol. II, S. Paulo, 1976, p. 483-550.
- (4) Fontes do Quadro I:
- 1707: Marcos Antonio de Souza: *Memória sobre a Capitania de Sergipe, sua fundação, população, produtos e melhoramentos de que é capaz*. Aracaju, IBGE/DEE, 1944, 2ª Edição, p. 38.
 - 1775: “Mapa de todas as freguesias a que pertencem ao Arcebispado da Bahia”, in E. C. Almeida, *Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar de Lisboa*, R. J., 1916, vol. IV, Doc. 8750.
 - 1780: “Mapa da enumeração da gente e povo desta Capitania da Bahia”, in E. C. Almeida, *op. cit.*, Doc. 10.701.
 - 1802: Anônimo. “Descrição Geográfica de Sergipe”, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, II, 33, 16, 3.
 - 1808, a; Souza, M. A. *op. cit.*, p. 44.
 - 1808, b: “Memória oferecida ao Marquês de Caravola”, in *Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários realizados no Brasil*, RJ, DGE, 1922.

- 1815: J. J. Gonnet: "Mapa topográfico da Província de Sergipe del Rey", in Ivo do Prado, *A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias*, RJ, 1919.
 - 1816: Conselheiro Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, in J. N. Sousa e Silva: *Investigações sobre os recenseamentos do Império e de cada Província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje*. RJ, Ministério dos Negócios do Império, 1870.
 - 1819: *idem, ibidem*.
 - 1821: J. A. Fernandes: "Informação sobre a Província de Sergipe em 1821", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, ano I, nº 1, 1912, p. 46-49.
 - 1823: "Memória oferecida ao Marques de Caravelas", *Resumo Histórico*, op. cit., 1922.
 - 1825: J. J. Gonnet, *op. cit.*
 - 1829: "Mapa remetido pelo Presidente Manuel de Deus Machado ao Ministério do Império", of. de 30/5/1829, in M.A. Galvão, "Apontamentos para a História de Sergipe", Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 19-4-13.
 - 1834: Mapa Estatístico da Província de Sergipe, enviado pelo Presidente Joaquim G. de Moraes Navarro, ao Ministério do Império, Arquivo Nacional, Cx. 761, pacote 1.
 - 1837: *Revista Estatística Financeira do Brasil*, Londres, 1837.
 - 1839: J. C. R. M. Saint-Adolphe: *Diccionario Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil*, Paris, Aillard, 1845.
 - 1848: Relatório do Presidente Zacharias de Góes e Vasconcellos, 1/3/1849, in *Resumo Histórico*, op. cit. p. 481.
 - 1849: Quadro da População Livre da Província de Sergipe no ano de 1849, Relatório do Presidente Amâncio João Pereira de Andrade, 1/3/1850.
 - 1850: Mapa estatístico da População Livre e Escrava da Província de Sergipe, Relatório do Presidente Amâncio João Pereira de Andrade, 11/1/1851.
 - 1851: Mapa Estatístico da População Livre e Escrava da Província de Sergipe, Relatório do Presidente José Antonio de Oliveira e Silva, 8/3/1852.
 - 1854: Mapa Estatístico da População Livre e Escrava da Província de Sergipe, por Comarcas, Distritos de Subdelegacias e Quarteirões em 1854, Presidente Inácio Joaquim Barbosa, 9/10/1854, Arquivo Público do Estado de Sergipe, pac. 287.
 - 1856: Mapa da População Livre e Escrava da Província de Sergipe, organizado pelo Tenente-Coronel Manuel Diniz Villas-Boas, in *Resumo Histórico*, op. cit. p. 841.
 - 1863: Relatório do Presidente Joaquim Jacinto de Mendonça, 4/3/1863.
 - 1869: Cálculo do Senador Thomaz Pompeu de Souza Brasil, in *Compêndio Geográfico*, RJ, 1869, apud J. N. Souza e Silva, *Investigações*, op. cit., p. 77.
 - 1872: Recenseamento Geral do Império do Brasil, Província de Sergipe.
 - 1877: Relatório do Presidente José Martins Fontes.
 - 1881: Relatório do Presidente Luiz Alves Oliveira Bello.
 - 1883: Relatório do Presidente José Aires do Nascimento.
 - 1883: Relatório do Presidente José Calazans B. França.
 - 1888: Relatório do Presidente Olímpio M. dos Santos Vital.
- (5) Referências detalhadas sobre os "Mapas Exatos da População" podem ser encontradas nos seguintes artigos: Luiz R. B. Mott, "Branco, pardos, pretos e índios em Sergipe: 1825-1830", *Anais de História*, ano 6, 1974, p. 146 e ss.; "A Etnodemo-

- grafia Histórica e o problema das fontes documentais para o estudo da população de Sergipe na primeira metade do século XIX", *Ciência e Cultura*, Vol. 29, 1976, p. 8 e ss.
- (6) Arquivo Público do Estado de Sergipe, pacotilha 125, Mapas Exatos da População de S. Cristóvão (14/5/1825), Santo Amaro das Grotas (30/4/1825), Lagarto (25/4/1825), Propriá (27/4/1825), realizados pelos respectivos Capitães-Mores das vilas.
- (7) A respeito da população desta zona ribeirinha, consulte-se nosso ensaio, "A população sergipana do Rio São Francisco no primeiro quartel do Século XIX", *Mensário do Arquivo Nacional*, ano IX, nº 9, 1978, p. 3-14.
- (8) Arquivo Público do Estado da Bahia, Maço 188. Registro aqui meus agradecimentos cordiais ao Dr. Stuart Schwartz, da Universidade de Minnesota, pela gentil indicação deste documento.
- (9) L. R. B. Mott, 1976, *op. cit.*
- (10) Katia M. de Queiroz Mattoso, "Os escravos na Bahia no alvorecer do Século XIX", *Revista de História*, 97, 1974; Maria José S. Andrade, "A mão-de-obra escrava em Salvador de 1811 a 1860", *Tese de Mestrado*, Universidade Federal da Bahia, 1975; João José Reis, "População e Rebelião: Notas sobre a população escrava na Bahia na primeira metade do Século XIX", *Revista das Ciências Humanas*, 1980, nº 1, vol. 1, p. 143-154; Mary C. Karash, "Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850", *Ph. D. Dissertation*, University of Wisconsin, 1972.
- (11) L. R. B. Mott, "Pardos e Pretos em Sergipe: 1774-1851", *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 18, 1976, p. 7-37.
- (12) Não podemos nos esquecer que Sergipe não passava de uma pequena e pobre Província, cuja capital, S. Cristóvão, possuía em 1808 apenas 400 moradores (D. Marcos A. Souza, *op. cit.* p. 16), apresentando em 1837 um total de 643 casas, das quais, 45 "inabitáveis" (Arq. Públ. Est. Sergipe, Pac. 801, Lançamento da Dízima de S. Cristóvão em 1837). Larangeiras, por seu turno, a povoação de maior destaque comercial e cultural da Província no século XIX, em 1816 possuía nos seus 752 fogos, 2.035 almas de confissão (Arq. Nacional, Cx. 267, pac. 1, Ofício do Escrivão do Auditório Eclesiástico de S. Cristóvão, 17/12/1816), em 1829, "900 fogos arruados" (Arq. Públ. Est. Sergipe, pac. 34, Representação dos Moradores de Larangeiras ao Presidente da Província, 18/7/1829); contando também as residências de seu distrito (zona rural e urbana), em 1839, Larangeiras contava com 2.132 fogos (Arq. Nacional, 19-4-13, "Apontamentos para a história de Sergipe", Relação do Número de fogos de Sergipe em 1839). De acordo com o Censo de 1872 (*op. cit.*), mais de 80% dos escravos de Sergipe estavam ocupados no setor agropecuário.
- (13) De acordo com a lista dos "Lavradores que plantam mandioca", de 1785, num total de 31 engenhos de açúcar (15 em Socorro, 10 no Vazabarris, 6 em S. Cristóvão), havia um total de 814 escravos, que se distribuíam da seguinte forma: dois engenhos com menos de 10 escravos, 10 eng. com 11 a 19 escravos, 8 eng. com 20 a 29, 7 eng. com 30 a 39 e finalmente, 4 engenhos com 40 a 45 escravos. Quer dizer: mais de 87% dos engenhos das principais áreas canavieiras de Sergipe funcionavam com menos de 40 escravos, situação aberrante dentro dos paradigmas da indústria açucareira da Bahia, pois segundo as palavras de um vigário do Recôncavo, "com menos de 40 escravos não pode engenho algum fabricar açúcar moendo redondamente" (Arq. Hist. Ultramarino, Bahia, doc. 2.691, Ofício do Vigário José Nogueira da Silva, apud J. N. Kennedy, *HAHR*, 1973: 417). Os engenhos sergipanos

- possuidores da maior escravaria de que temos notícia são: Engenho do Mato Grosso, com 26 escravos em 1807 e 120 em 1825 e Engenho Pedras, que chegou a ter 129 cativos em 1866, baixando para 40 em 1872 (respectivamente, Arq. Públ. Estado Sergipe, G¹ - 580, 11 de maio de 1825; M. G. S. Almeida, *op. cit.* 1976, p. 71; 1975, b, p. 45 e 16.
- (14) De um total de 9 engenhos cujos inventários consultamos no 1º Cartório de S. Cristóvão, para uma lista de 512 escravos onde vinha especificado a idade e eventuais características físicas, encontramos 169 (33%) que eram ou crianças, ou velhos ou doentes. Os restantes 343 indivíduos (67%) estavam em princípio em condição de trabalhar nalgum setor da agro-indústria açucareira. Neste número estão incluídos as grávidas, lactentes, os portadores de enfermidades esporádicas. Nosso cálculo concorda com as conclusões da Prof^a Maria da Glória Almeida, que para o Engenho Pedras indica que quase 1/3 da escravaria se constituía de pessoal improdutivo.
- (15) Em recente conferência promovida pelo Mestrado de Ciências Sociais da UFBA (setembro 1980), o prof. Stuart Schwartz apresentou novos elementos sobre a propriedade açucareira na Bahia dos séculos XVIII e XIX, sugerindo que o número de escravos por propriedade deveria ser menor do que até então se tem propalado. Peter Eisenberg, por sua vez, oferece para Pernambuco interessantes elementos sobre a população escrava ocupada nas usinas de açúcar, cf. *Modernização sem Mudança*, Ed. Paz e Terra, RJ, 1977.
- (16) Referências Bibliográficas e Arquivísticas relativas aos Engenhos de Sergipe:
- 1612: *Livro que dá razão ao Estado do Brasil*, apud M. Buescu, in *História Econômica do Brasil*, APEC, RJ, 1970:66.
 - 1637: Manuel Aires de Casal: *Corografia Brasílica*, Liv. Itatiaia - USP, 1976, p. 250.
 - 1724 - 30: Sebastião Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, 1730.
 - 1756: José Antonio Caldas; *Notícia Geral de Toda esta Capitania da Bahia desde o seu Descobrimento até o presente ano de 1759*. Ed. Fac-Símile, 1951, p. 435 - 8.
 - 1798: Luís dos Santos Vilhena: *A Bahia no Século XVIII*. Salvador, Ed. Itapuã, vol. I, 1969, p. 57.
 - 1802: Arquivo Histórico Ultramarino, Sergipe, Caixa 3; Representação de José Borges da Cunha ao Rei, S. Cristóvão, 14/1/1802.
 - 1807: Arq. Público do Est. da Bahia, s/class. Matrícula dos Engenhos da Capitania de Sergipe (Bahia), para pagamento dos dízimos reais administrados pela Junta Real da Fazenda, 30/9/1807.
 - 1808: D. Marcos Antonio de Souza, *op. cit.*
 - 1809: Biblioteca Nacional, II - 33, 15, 17. Ofício do Juiz Ordinário, Vereadores e Procurador da Comarca de São Cristóvão, ao Rei, 29/12/1809.
 - 1815: Arquivo Nacional, Cx. 191, pac. 1, doc. 7. Ofício do Ouvidor da Comarca de Sergipe, José Teixeira da Matta Bacellar, ao Rei, 16/1/1815.
 - 1817: Aires de Casal, *op. cit.* p. 146.
 - 1820: Arq. Públ. Est. Bahia, s/class. Matrícula dos Engenhos da Capitania da Bahia (Sergipe) para pagamento dos Dízimos Reais administrados pela Junta da Real Fazenda, 1820.
 - 1823: Arquivo Público do Estado de Sergipe, Coleção Sebrão Sobrinho, Cópia da Matrícula dos Engenhos da Província de Sergipe, 13/X/1823.

- 1824: Arquivo Público do Estado de Sergipe, G¹, 15, Ofício do Presidente José Antonio Silveira ao Ministério dos Negócios do Interior, 15/4/1824.
 - 1825: J.J. Gonnet, *op. cit.*
 - 1826: Biblioteca Nacional, 19-4-13: Notícia Topográfica da Província de Sergipe realizada no ano de 1826 pelo Pe. Inácio Antonio Dormundo, da Ordem do Conselho do Governo e resolução tomada em sessão de 4/12/1826.
 - 1838: J.C. R. M. Saint-Adolphe, *op. cit.*
 - 1840: Relatório do Presidente José Antonio de Oliveira e Silva, Mapa nº 15, 8/3/1852.
 - 1840: Ofício do Presidente Wenceslau de Oliveira Bello ao Ministério da Marinha, Arquivo Nacional, XM - 68 (67, 159, 73).
 - 1852: Relatório do Presidente José Antonio de Oliveira e Silva, Mapa nº 15, 8/3/1852.
 - 1856: Relatório do Vice-Presidente Barão de Maroim, 26/2/1856, apud M.G.S. Almeida, *op. cit.*, 1976.
 - 1858: Descrição Sinótica da Província de Sergipe, Martinho de Freitas Gomes, in Relatório do Presidente João Dabney d'Avelar Brotero, 20/8/1858.
 - 1862: Relatório do Presidente Joaquim Jacinto de Mendonça, 1/3/1862.
 - 1863: Relatório do Presidente Joaquim Jacinto de Mendonça, 4/3/1863.
 - 1871: Relatório do Presidente Francisco José Cardoso Júnior, 3/3/1871.
 - 1872: Relatório do Presidente Rui Alvares de Azevedo Macedo, 4/3/1872.
 - 1883: Relatório do Presidente José Aires do Nascimento, 1/3/1883.
 - 1884: Relatório do Presidente Francisco de Gouveia Cunha Barreto, 2/3/1884.
- (17) L. R. B. Mott, 1976, *op. cit.* p. 12 e ss.
- (18) Tomemos como exemplo o Engenho Buraco, situado na região do Vazabarris, que em 1785-1786 contava com apenas 7 cativos. (Cf. Lista dos Lavradores que plantam mandioca, já citado).
- (19) Quadro estatístico de alguns estabelecimentos desta Província de Sergipe em 1858. Relatório do Presidente João Dabney A. Brotero.

O PENSAMENTO FILOSÓFICO DE JACKSON DE FIGUEIREDO (*)

José Silvério Leite Fontes

Há vinte e seis anos atrás, publicava eu uma tese de concurso à cadeira de História do Brasil, do Instituto de Educação Rui Barbosa, denominada *Jackson de Figueiredo – Sentido de sua Obra*. Até então a memória e os trabalhos de Jackson haviam sido guardados e estudados pela numerosa grei de seus discípulos. Além dos escritores que colaboraram na publicação em sua homenagem, *In Memoriam*, entre os quais citarei Ronald de Carvalho, Alexandre Correia, Tristão da Cunha, Alcebiades Delamare, Gondin da Fonseca, Lourival Fontes, Perilo Gomes, Graça Aranha, Agripino Grieco, D. Sebastião Leme, Virgílio de Melo Franco, Afrânio Peixoto, Jônathas Serrano, Sobral Pinto, Nestor Victor e muitos outros, houve os trabalhos valiosos de Hamilton Nogueira, Barreto Filho e Tristão de Athayde, artigos publicados na revista *A Ordem*, além de outras referências sobre sua atuação em livros de crítica literária e doutrinária.

A tese que apresentei, com exceção do livro de Hamilton Nogueira, foi o primeiro estudo global sobre vida, apostolado, ação política e pensamento de Jackson de Figueiredo. Depois, surgiram os trabalhos de José Rafael de Menezes, de Cruz Costa e de Antônio Carlos Villaça, estes dois em obras sobre a História da Filosofia no Brasil.

Acredito que, no ano em curso, se multipliquem as publicações, embora, até a presente data não tenha tomado conhecimento de qualquer delas.

Eis o que limita bastante o alcance desta palestra: nesses vinte e seis anos não mais pesquisei ou meditei sobre Jackson de Figueiredo. Não estou a

(*) Palestra proferida a 10/10/1978, por ocasião da 1ª Semana de Cultura de Sergipe, promovida pela Academia Sergipana de Letras.

par da possível recente bibliografia. Por isso, deverei restringir-me ao trabalho que escrevi e às notas feitas para este, na consulta à extensa bibliografia jacksoniana. Não possuo as obras de Jackson. Àquela época as li nas bibliotecas de Salvador e Rio de Janeiro, ou mediante empréstimos. Ora, minhas notas são frutos de seleção operada segundo os critérios então adotados e em função da etapa cultural que havia alcançado.

Torna-se, pois, impossível a revisão satisfatória do que escrevi, embora acredito devesse revisá-lo. À medida que passam os anos e o nosso espírito percorro países antes ignorados, aumenta nossa perspicácia e as passagens de outrora são transfiguradas. Apesar dos óbices, tentarei rever certas posições.

Jackson de Figueiredo não foi um filósofo, no sentido moderno do termo, como já observei em minha tese. Não se dedicou profissionalmente ou habitualmente ao cultivo da Filosofia. Neste sentido, também não o foram Pascal, Dostoyevski, Marx ou Lenine. Rindo, dizia Jackson a Jônathas Serrano, segundo testemunho deste, que até já o chamavam de tal. E acrescenta judiciosamente o último autor: "A lista dos trabalhos permite verificar que Jackson não se ocupou dos problemas da filosofia à maneira de Farias Brito, como filósofo apenas. A sua grande sinceridade, a sua força espiritual à procura de uma Causa a que servisse, se exercitou sobretudo na crítica, nos problemas sociais da hora e só passando pela filosofia pura para chegar à religião. Aí encontrou enfim a Causa que poderá plenamente servir" (1).

Jackson não punha o problema do ser e da verdade em termos exclusivamente intelectuais. Esse lhe aparecia como parte da experiência da vida. Este o dado primário e inexcusável, o imperativo de cada momento e a verdadeira força que nos arrasta. Confessava: "As minhas transcendências não me salvam nem das minhas paixões nem das paixões dos outros. O que me tem salvo é o exercício da própria vida. Já lhe tenho dito a angústia do pecado, a minha tremenda luta comigo mesmo. Mas não vejo meio de fugir a tudo isto que não o de procurar tudo isto na realidade viva, pois só esta dá as coisas as proporções que elas na verdade têm, e que a nossa ânsia de análise aumenta de modo prodigioso" (2). Em seu último ano da vida, repetia o asserto bergsoniano do que "a vida transborda do conceito" (3). Aceitava a realidade do mundo, mas "essa realidade é, em nós, como atividade nossa", apreendêmo-la por conceitos e somente podemos pressentir o que ela seja, situando-a além dos conceitos (4). Como cristão, sabia ser a vida fraturada pelo pecado. Esta a terrível experiência a ser superada. O problema da queda seria "o máximo problema da filosofia". Somente então se colocava o problema da inteligência, para ir ao ser e ver os limites de sua sujeição ao ser (5). Em suma, somente nesse âm-

bito tinha sentido filosofar, como atividade emergente da vida moral e do drama da salvação e para ambos voltada.

Por conseguinte, para Jackson, o importante era viver e atuar. O pensamento aparecia como etapa essencial desse torvelinho, mas nele envolvido. Não valeria a pena dedicar-se à especulação sistemática, quando havia paixões a dominar e almas a salvar. Nada de intelectualismo abstrato e de *nocionismo*. Caber-lhe-ia, sobretudo, "falar da vida tal *como deve ser vivida*" (6), com a "força viva da consciência", cuja função é dizer "qual é a nossa finalidade sobre o planeta" (7).

Com toda a certeza, não subscreveria a famosa fase de Marx, na 11ª tese sobre Feuerbach: "Os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente; trata-se porém de modificá-lo". Não o subscreveria por causa da última parte, mas concordaria com a censura implícita na primeira. Sim, para ele, o problema central não era mudar o mundo, mas transformar os homens. "O que tem valor é o ato de criação da alma. De onde só ter valor o que ela é para além do tempo" (8). O ato de existir com autenticidade, de ser posto na efetividade de si mesmo, este é o centro da Filosofia e o sentido dela. O homem tornava-se, assim, o grande mistério da Filosofia. Focalizado nas entranhas de sua vivência. Nada de "intelectualismo abstrato" e de "nocionismo" (9).

Chamei, a esse método, de introspecção existencial, por operar com a análise da vida interior, sem a preocupação de esgotá-la, lá onde as categorias não prendem o ser, de modo tal, que, a verdade, "já a conhecemos, quando por amor dela, renunciamos à vaidade de estilizá-la em nossa consciência" (10). O próprio Jackson reconhecia o papel essencial da introspectividade de seu proceder (11). Poder-se-ia objetar; apesar de por acento na insuficiência das formas mentais para apreender a realidade, Jackson poderia ter levado mais longe sua análise. Isso é verdade. Mas já vimos suas preocupações dominantes, que o conduziram a empenhar-se no apostolado e também na política. Interessava-lhe viver e meditar o necessário para viver, como fosse devido, em cada circunstância. Daí a inevitável limitação de suas elocubrações filosóficas.

Na minha obra anterior, aceitei basicamente as posições adotadas por Barreto Filho, em sua excelente *Introdução à Correspondência* de Jackson. Para interpretar o pensamento do escritor sergipano, recorre a paralelismos com a linha filosófica existencial de Berdiaeff e com as posições de Henri Bergson. Considerei e considero legítima essa orientação, desde que se tenha o cuidado de observar que os conceitos desses dois autores não correspondem, por seus conteúdos, exatamente, ao pensamento jacksoniano. Mais válida é a

utilização de Bergson, pois é o nosso estudado quem, embora se declarando tomista por diretriz, estava certo "(e não o estará menos Maritain como não o estava Rousselot) que a psicologia clássica enriquecer-se-á dentro em breve com o que há de verdadeiramente vivo no bergsonismo. Daí o não arrecearme de indicar-lhe pontos diversos da minha interiorização de dados da fé, em que tenho as maiores vacilações" (12).

Quanto a Berdiaeff, mais que a influência direta, de que não encontrei indicações claras e freqüentes em seus escritos, se deve a semelhança ao papel das fontes comuns, como Pascal, Dostoyevski e Soloviev, este conhecido através de Michel d'Orbigny (13).

Dadas as condições concretas da meditação jacksoniana, é sempre perigoso transpor para forma sistemática uma reflexão que se construiu no dia-a-dia. Não que lhe falte coerência interna, a coerência própria do processo genético. Mas essa reflexão não se apresentou de uma vez, como um todo acabado. Ela pressupôs desenvolvimentos e vacilações. Acompanhar a gênese é tarefa interessante e convidativa. Mas só o fiz superficialmente em minha tese e não tenho agora condições de atendê-lo devidamente. Mas o farei, na medida do possível.

Jackson de Figueiredo teve uma mocidade agitada, em que se entrecortaram várias influências. De um lado, seu temperamento, tão bem auto-analisado, em várias abordagens. Irreverente, de humor desigual, romântico, afetivo, violento, boêmio, irascível, impetuoso, inquieto, mergulhado na anarquia dos sentimentos. Procurando compreender esse tumulto interior, recorri aos tipos psíquicos-culturais de Spranger e achei que a fase inicial de sua vida se adequava bem ao tipo estético. Escrevia eu então: "Segundo o psicólogo alemão, nesse tipo se observa o abranger com a fantasia as energias totais do espírito, transfigurado pela contemplação, a dor e o prazer, o sofrimento e a alegria. A alma inteira diz — presente! — *em cada trecho da vida*. Das cousas, possui visualidade individual e concreta, aborrecendo as generalizações. Ama, sobretudo, a vida, em seu colorido, em sua plasticidade e em suas manifestações individuais. A verdade é procurada pela beleza. A amizade é sempre aureolada pela fantasia e a contemplação estética do amigo . . . Seu estilo era trágico, como o de Nietzsche, vendo o mundo como dissociação e luta, luz e trevas" (14). Além de Nietzsche, outro ídolo da juventude seria Amiel, o homem do vago e do indefinido, da permanente flutuação. Mas Amiel também abriria os novos caminhos a seguir, por suas palavras sobre a finitude humana e a dor, que precisam de âncoras lançadas no oceano do absoluto, para não se tornarem processos de aniquilamento (15).

Dessa maneira, a inquietação, a angústia ou a dor, como dizia Jackson, constituíram a experiência primeva, portão da plenitude, da segurança e da ordem, mais essenciais ao viver que a própria felicidade, sempre procurada e nunca possuída.

O processo dessa descoberta pode ser acompanhado em *Garcia Rosa, Xavier Marques, Algumas Reflexões sobre a Filosofia de Farias Brito, Pascal e a Inquietação Moderna e Correspondência*.

Em Garcia Rosa, descobriu o homem que sofria a experiência da dor sem desespero, dubitativo que acreditava e lançava longo os fantasmas do ceticismo e do materialismo. Em Xavier Marques, aquele que purificava o sofrimento com a pureza da arte, indicando uma dimensão da experiência humana que importava em transfiguração da amargura do viver⁽¹⁶⁾.

O encontro com o filósofo cearense Farias Brito teve importância decisiva para a vida de Jackson, pois lhe fez compreender a inanidade de todos os *ismos* modernos, filhos do ceticismo quanto às verdades primeiras. Em Farias Brito, descobriu um homem sensível e sofrido, vítima da indiferença ante seu talento e sua mensagem, mas, apesar disso, animado, pela busca da verdade, a não descansar e não desesperar. Ouçamos o testemunho de Jackson, sobre suas próprias reflexões, despertadas pelo diálogo com Farias Brito: "a maior filosofia seria para mim um tratado da Dor, livre das formulazinhas científicas, aquele em que o filósofo demonstrasse a mais dolorosa experiência, mostrasse a consciência ignorada do delírio, a consciência ignorada do moribundo, a consciência ignorada do que foi decepada, a consciência ignorada do terror . . . são divagações de um atribulado, de um sonâmbulo filosófico, como diria N. Muñiz, de um pobre cético que prefere as demonstrações por absurdo — no afã de encontrar uma justificação de sua própria vida — e porque estas, por absurdo, são mais capazes de inspirar a fé, dado de que quem tem a certeza de que nada sabe, só por uma coisa anseia: por uma crença que o cegue e lhe dê o consolo de não ver o que há de alucinante na nossa eterna inquirição diante dos horizontes cada vez mais complexos e desorientadores"⁽¹⁷⁾. A angústia existencial aí descrita, brotando das fronteiras entre o ser e o nada, não reclamava dele a análise fenomenológica desse dado, mas a tomada de posição, a necessidade de definir-se. Somente não sabia como. Nem por isso desmerecia da indagação filosófica. Reconhecia o papel da inteligência, pois se a dor independe da vontade, é mais dor quando possuída pela consciência. Nessa etapa, a religião já lhe parecia, contra Farias Brito, anterior à Filosofia. Por isso, considerava a consciência, em seu âmago, "como o sentimento da eternidade que liga os nossos momentos . . . O conhecimento exato não nos vem

de nenhum esforço especulativo, vem de . . . sermos consciências, isto é, um reflexo na matéria da luz suprema, da Inteligência suprema; o nosso conhecimento é uma fulguração de Deus". Aceitava a realidade da matéria como campo de nossa ação, levada à consideração da mente pela intuição. Em suma, a razão ficava situada entre dois mundos, o da intuição sensível e o das idéias imersas na espontaneidade do espírito. Acrescentava: "o aparecimento da própria razão é um milagre, é inexplicável, e que há . . . no nosso mundo interior, outras forças menos organizadas, sombras de instintos delicadíssimos, cercando esta mesma razão, inferiores ou superiores a ela, que nos guiam também, e a ajudam, nesta tremenda viagem à beira dos abismos". Como o desconhecido, mas presente, o *noumeno* transcendente deste mundo de sombras, está Deus. As sombras dançam no fundo de sua vacuidade e sofrem da ausência dessa plenitude. O verdadeiramente aterrorizador é não existir⁽¹⁸⁾.

Quanto à ordem prática, continua a desenvolver seu próprio pensamento, em confronto com o de Farias Brito. Se, nas linhas anteriores vimos aparecer nítida a influência de Bergson, agora se desenha novo influxo, o de Pascal, que terá papel decisivo nos próximos passos. Essa nova linha de reflexão lhe permitirá também precisar as relações entre a razão e a fé, a Filosofia e a Religião.

Na ordem moral, prevalece a lei do amor. Mas assim como aquele estofo preexistente da inteligência permite à razão julgar dos acontecimentos e das cousas, mas trazendo-a nestes estreitos limites, sem o que, age acima de suas forças e mergulha no ceticismo, assim também o amor supera a inteligência, embora não viva sem ela e não possa dispensar sua luz. "A lei do amor deve amar sobretudo a verdade, sem esta nunca contrariá-lo porque a maior das verdades — a existência mesmo — é ação, é inteligência do amor, é Deus a quem amamos e procuramos"⁽¹⁹⁾.

O amor conduz à fé. Não pudera compreender a Deus. A razão ofusca-o com suas incertezas e delas só lhe restara a incerteza da própria razão. Já vimos que a consciência dá ao homem sua verdadeira condição de existente, quando é consciência do sofrimento, do vazio e da rachadura do ser de cada dia. Mas, a consciência daquilo que chama, pela primeira vez, sob a influência de Pascal, da *queda*, é ao mesmo tempo a consciência da ultrapassagem, numa dialética entre a perfeição exigida pela consciência e a imperfeição da condição humana. "A fé, diz textualmente, é individual, longínqua e quieta, nas profundezas do ser — a sua atividade é aspiração, é o sentimento de um divino perfeito que é a própria consciência além de si mesma: a fé é a vida mesma do ser no abismo de sua degradação atual — e a afirmação da existência é ato

de fé e a consciência dos fins morais da vida é também ato de fé". A consciência vive, sua vida é a fé, e, sendo a própria verdade e o próprio espírito, nada existe dentro de si que a inquiete; "ela sabe o seu fim, que é voltar a sua perfeição e que só esta existe além de si mesma" (20). Destarte, a consciência do existir, detectado em seu ponto nuclear, põe a necessidade da fé como ato de existir da consciência, ou seja, a fé no perfeito, no pleno, no absoluto. Sem ela, a consciência rejeita e nega aquela atividade que ela é: ser desfigurado em busca de sua Face.

Essas posições são as sementes daquilo que Jackson professará durante o resto de sua vida. Faltava-lhe ainda vencer uma etapa: a conversão ao Cristo crucificado. No entanto, as bases estavam lançadas. Na *Correspondência*, com Alceu Amoroso Lima, que cobre os últimos oito anos de sua vida, voltará a repetir essas afirmações e a desenvolvê-las. Por causa delas, Barreto Filho insiste ter ele adotado a distinção bergsoniana entre o *eu cortical* e o *eu profundo*. Eu o repeti na minha tese e utilizei essa distinção para compreender outros aspectos do pensamento jacksoniano. Não tenho por que repudiá-la, mas com uma ressalva: As duas faixas da experiência interior não correspondem, em Jackson, exatamente à concepção de Bergson. Este põe seu *eu profundo*, que vive da intuição pura, na linha do instinto, embora seja de um instinto refinado e espiritual. Para Jackson, o que chamaríamos *eu profundo* se confunde com o ato de inteligir identificado ao ato de existir como ser carente de ser, como ser amante. Sua colocação está mais próxima de Pascal. Este realmente lhe abriu o caminho do Cristo, na ordem da meditação. Não quero dizer que o ato da conversão resultasse apenas da leitura de Pascal. Por isso, passarei a analisar o desenvolvimento da reflexão em *Pascal e a Inquietação Moderna*, obra escrita antes da conversão e depois refundida.

Desejo, porém, demorar-me ainda um pouco na caracterização das posições fundamentais de Jackson. O seu bergsonismo parece-me temperado por certo platonismo ético, importante para a compreensão da dinâmica de seu pensamento. Não se cogita da influência direta de Platão, pelo estudo de sua obra. Mas de um platonismo larvar, que se instalou no centro da projeção bergsoniana. Aqui cresce a figura de Pascal.

Já em *Algumas Reflexões*, distinguia dois ceticismos. Aquele, sem saída, girando eternamente em torno de si mesmo, mas também o que duvida de sua própria dúvida, o que "é confessar a sabedoria da ignorância" (21). Reflexão tão próxima a Sto. Agostinho, sem o perceber, que o levaria inevitavelmente a entregar-se ao agostiniano Pascal e ao encontro de uma nova linha de platonismo.

Por isso, julgo ser preferível aproximar, embora com as devidas reservas, os dois níveis de existência da distinção pascaliana de *esprit géométrique* e *esprit de finesse*. Talvez fosse melhor dizer, numa linguagem mais moderna, *existência inautêntica* e *existência autêntica*.

Acompanhemos agora, prezados, ouvintes, o desenvolvimento dessa problemática em *Pascal e a Inquietação Moderna*.

Para o pensador sergipano, Pascal era um símbolo da alma moderna, distendida entre a dúvida e a afirmação. Encontrava certa afinidade entre sua evolução espiritual e a de Pascal. Dos prazeres à dúvida, da dúvida à angústia — ou sofrimento — e daí à convicção de que o homem é o maior problema para o homem: o ser precário e estéril, diante de Deus absoluto e incognoscível. Esse mistério da queda do espírito, que é reverberação de Deus, nas procelas deste mundo, levou-o à seguinte situação: "Descrer de si, absolutamente, para só crer em Deus, através de Jesus Cristo" (22). De modo semelhante, Pascal é o "sistemizador da dúvida humana. . . . procurava, mesmo através do excesso de dúvida, a razão de descrever da razão, para sentir-se mais seguro de sua fé, não o satisfazendo o gosto amargo de destruir em si mesmo toda possível verdade. Entretanto, porque descreu da razão não a abandonou jamais nem foi jamais abandonado por ela" (23). Já então, convertido, não professava concepção puramente filosófica da fé. Acrescentava que à tomada de consciência do eterno se juntava a graça divina. Mas a tarefa reflexiva de Pascal era vista como um esforço para compelir "o espírito humano a confessar a sua miséria, para que o coração ganhasse mais força de amor e fosse capaz de maior caridade, único sinal indiscutível do que é divino em nossa degradação pois só as correntes de dor nos ligam a todos, nós que nos estraçalhamos, que nos combatemos, na febre de viver o mais possível as loucuras do nosso egoísmo e da nossa sensualidade" (24).

Com Pascal, aprendeu a definir esse amor, esse coração, entendendo-o como a "percepção imediata do conhecimento espontâneo, o que há de absoluto em nosso conhecimento, anterior a qualquer construção filosófica" (25). Diante de Deus ignoto, de sua bondade e de sua misericórdia incompreensíveis, somente ficavam as atitudes de assombro e de submissão, a exigir absoluta capitulação do pensamento e da vontade nas mãos de Deus (26). Em consequência, a atitude própria do cristão é de inteira submissão à Autoridade divina e, por extensão, à autoridade da Igreja do divino Jesus. Esse é o centro do viver humano e do que chamaria depois de ato de criação da alma. Diante dessa realidade decisiva, tudo mais é aparência. Por isso, "ao crente e ao filósofo pouco importa o mundo das aparências sensíveis no que diz respeito ao que

mais se deseja conhecer. A voz moral que nos guia, através este mundo ilusório e passageiro, está no fundo mesmo de nossa própria natureza, que, unicamente pode sentir essa realidade imutável e imperativa, escondida no seu infinito mistério" (27).

Na década de 20, Jackson tomava conhecimento dos escritores tomistas, como Rousselot, Sertillanges e Maritain. Discípulo fiel da Igreja, procuraria, pelo menos, estudar a filosofia de Sto. Tomaz, desde Leão XIII adotada oficialmente nas escolas católicas. Porém, não abandonaria suas teses favoritas, embora tentasse repensá-las à nova luz do tomismo. Entretanto, não houve realmente mudanças substanciais.

Solicitado, na qualidade de líder de um grupo de escol do catolicismo brasileiro, a tomar posições diante dos problemas políticos que afetavam globalmente ao catolicismo e à possibilidade de recristianização, em profundidade, da sociedade nacional, ingressou na luta doutrinária de caráter político, desenvolvendo nova faceta de seu pensamento filosófico.

Seus mestres foram então Louis Veuillot, o jornalista, Joseph de Maistre, o reacionário monarquista católico dos começos do século XIX, e Charles Maurras, fundador da *Action Française*, o novo pensador da reação político-social, teórico do nacionalismo e do autoritarismo político.

Porque essa preferência pelo conservadorismo militante? Pela anti-democracia? Em prol do autoritarismo e, até mesmo, da ditadura? Não entra nos objetivos desta palestra a análise historiográfica do pensamento de Jackson de Figueiredo. Ela visa apenas à divulgação e compreensão de sua posição doutrinária. Muitas causas podem ser apontadas, cujo exame deixo para estudos futuros ou o estudo dos outros. A mentalidade dominante nos meios eclesiais. A crise da sociedade brasileira. A orientação prevalecente na filosofia católica. O fato das doutrinas revolucionárias terem sido elaboradas por agnósticos ou ateus militantes. A hostilidade surda ou declarada dos regimes liberais à Igreja e às suas teses político-religiosas. E muitas outras.

Dois fatores entram, porém, no âmbito de minha exposição: o desenvolvimento coerente dos princípios filosóficos antes adotados e a experiência pessoal de Jackson, condicionada por seu temperamento desarmônico, inquieto, mas violentamente afirmativo, de amante da ação, para que lhe faltava a blandícia necessária da arte política.

Ao Jackson interessado nas pessoas humanas, delicado no trato daquelas que esperava conquistar ou cujos traços de caráter admirava, compreensivo da obra alheia, sempre pronto a não dissociar a obra e o homem, juntava-se agora o político defensor intransigente da autoridade, recomendando a mais

crua violência na repressão das rebeliões, insensível aos problemas sócio-econômicos e feroz inimigo das liberdades políticas que contrariassem a vigência do princípio de autoridade. Eram dois homens diferentes? Ou um só homem, vítima do mal da dupla personalidade? Os fatos respondem negativamente.

Por causa desse desdobramento, Antônio Carlos Villaça pronunciou o seguinte julgamento: "O seu moralismo ignora as situações históricas. Há nele, apesar de tudo, da sua abertura pessoal ou fraternidade, um maniqueísmo permanente Viu as pessoas. Não viu a sociedade. Não foi sensível ao social. Falou, sim, no estrangeiro e nos perigos dele, teve até um começo de lusofobia, condenou o capitalismo internacional dos judeus e maçons. Não viu o todo social, o processo, a evolução" (28). Essas palavras me parecem justas enquanto descrição de suas atitudes, mas falsas quanto ao diagnóstico. Não se tratava de maniqueísmo. A filosofia de Manés separava a luz e as trevas, o Bem e o Mal, como princípios coexistentes e independentes, ambos constitutivos do ser e da ação humana. Como cristão, Jackson não podia ser maniqueu. O que havia era a herança do helenismo próprio da civilização helenística, de que tanto desconfiava, da concepção místico-ascética dos primeiros tempos da Igreja, contemporânea do maniqueísmo, e que tanto tempo representou o pensamento dominante no catolicismo.

Teilhard de Chardin, em estudando o fenômeno moral, distingue dois tipos de Moral: a do equilíbrio e a do movimento. A moral do cristianismo teria de ser, pelos horizontes da mensagem de Cristo, uma moral de movimento. Entretanto, ela pode obedecer a três princípios distintos: "a) Somente é, em última análise, bom o que contribui para o crescimento do Espírito na terra; b) É bom (pelo menos fundamental e parcialmente) tudo o que promova o crescimento espiritual da Terra; c) É, finalmente, o melhor aquilo que assegure seu mais alto desenvolvimento às potências espirituais da Terra" (29). Sem nenhuma dúvida, a mentalidade católica tradicional filiava-se à primeira dessas três opções. A segunda resultava do *aggiornamiento*, iniciado por Leão XIII, e da restauração do tomismo; e a terceira, enquadra-se na linha do próprio Teilhard de Chardin. Está claro que Jackson de Figueiredo aderiu à primeira e isso concordava com as premissas de seu pensamento e de sua experiência pessoal.

Já mostrei que, ao fim de suas dúvidas, ficava-lhe apenas o entregar-se à Fé e à autoridade divina de Jesus Cristo. A falta moral não lhe parecia poder confundir-se com um simples erro intelectual, como o fez Sócrates. O pecado original afetara o homem de tal maneira que a consciência humana ficou deslocada em dois níveis. No mais íntimo, havia a autenticidade da criatura de

Deus, a vida da pessoa, alicerçada no que denominava de fundo dogmático da consciência humana, constituído de idéias inatas, a título de diretrizes de vida. De outro, a consciência projetada nas experiências passionais e sentimentais e nas relações com o mundo. Devido à desarmonia interior, provinha da queda de Adão, fazia-se mister um ato de vontade, como esforço de conversão interior, para redescobrir, no fundo da consciência, as verdades eternas ali depositadas por Deus. O mundo caótico das paixões exige disciplina férrea para ser dominado e para, através dessa ordem conquistada, reencontrar a liberdade interior, essência última do homem⁽³⁰⁾. A presença de Cristo reativou a tensão interna entre a autêntica liberdade e sua contrafacção, as "liberdades" mundanas⁽³¹⁾. No curso do diálogo com Alceu, Jackson não o diz claramente, mas estava subentendido, se terem desencadeado as forças infernais, opostas à graça de Cristo.

Repetidamente se refere a que as coisas e as situações são "imagens" da vida sobrenatural. O contexto do mundo torna-se evanescente. Está aí, mas carece de significação própria, não passa de reflexo ou sombra do divino. Assim como há uma ordem que integra a pessoa em Deus, haverá uma ordem para integrar as consciências e as relações da consciência com o mundo. Embora a naturalidade das ações se ponha diante de nós, seu significado íntimo não repousa nelas, mas na representação do divino ou em sua contrafacção. "Nós ficamos acima da natureza — e ou alcançamos em cheio o sobrenatural ou desecemos violentamente ao preternatural", no sentido do diabólico, segundo explica Barreto Filho⁽³²⁾. Ou então: "O que há é Deus e o mundo. E Deus é que sabe o que quer do mundo. A lei suprema será, pois, extrínseca ao mundo"⁽³³⁾.

As conseqüências desse entendimento foram decisivas para o reacionarismo rígido de sua posição política. Considerava irrelevante o problema econômico e mesmo o problema moral, no mundo moderno⁽³⁴⁾. Bem entendido, porque resolvidos em suas bases, desde a Revelação de Jesus Cristo. Além disso, considerava o econômico apenas como um aspecto do moral. Para ele, o grande problema a enfrentar era o político, pois envolvia a questão da autoridade, esta necessária para manter a ordem nas relações humanas e permitir a expansão da vida das pessoas, desde que a política estabelecesse a disciplina moral e social. A política seria a arte de defender a estrutura social e nada mais.

São estranhas e chocantes tais observações! Como não viu a extensão e a profundidade do problema econômico, que certamente é também moral e político? Lembremo-nos que, para ele, o importante era infundir o Cristo nas

almas. Esperava, da política, a ação repressiva contra o tumulto dos interesses e das paixões, para reintronizar o Cristo na sociedade. Assim como a Igreja, no plano religioso, "templo de definição de deveres", traz a ordem, querida por Deus, assim também deve fazê-lo o Estado no plano temporal: O Estado cristão, a serviço de Deus, da moral cristã, feita de proporção e hierarquia. Não repudiava, em princípio, procedimentos democráticos, desde que salvaguardadas a ordem e a autoridade. Entretanto, no caos em que julgava estar a sociedade de então, concedia que o Estado empregasse meios fortes e cruentes para superar a desordem. Vencer a Revolução pelos processos revolucionários, utilizar *atos de homem* para abrir espaço aos atos humanos⁽³⁵⁾. Assim como, na religião, a salvação está em entregar-se à autoridade de Deus; na vida social, ela está em entregar-se à autoridade do Estado. Fica subentendido que, salvo a necessidade de luta contra-revolucionária, esse Estado deve agir para promover, por meios positivos, a perfeição cristã. Não lhe repugnava a exceção, pois, tal como na vida individual, via a necessidade de violentar as tendências desordenadas, a vida social teria de exigir, em homenagem à ordem, o mais duro tratamento das forças de convulsão e do individualismo dissolvente.

É claro que, entre o Estado, imagem da Igreja, e o Estado contra-revolucionário se introduzia um dado de experiência pessoal da vida moral. Por outro lado, os súditos do Estado eram vistos de fora, como sombras ou imagens, esquecido Jackson que esses indivíduos corporificavam almas imortais, por quem Cristo derramou, na cruz, o seu sangue.

Deixarei de referir-me às posições concretas do político Jackson, pois isso não é objeto desta palestra.

Restaria ainda referir-me a seu pensamento sobre a Arte, tema sobre que versou na maior parte de seus ensaios e artigos. Basta lembrar *Reação do Bom Senso, Humilhados e Luminosos, Algumas Reflexões sobre a Filosofia de Farias Brito, Afirmações, Literatura Reacionária, Auta de Sousa, Durval de Moraes e os Poetas de Nossa Senhora*. Por mais sugestivo que seja esse aspecto, terei de omiti-lo, devido à necessidade de conter esta palestra nos devidos limites de tempo. Direi apenas que considerava a obra de arte como uma forma de espiritualização da natureza. Por meio dela, o caos dos homens e do mundo é domado pelo poder transfigurador da imaginação e da sensibilidade. Não desligava a arte, da moral. Se essa visa a uma certa ordem da sensibilidade como emanção do ser, tanto mais bela será quanto mais expressar a essência mesma do existir, que é feita de ordenação moral. A obra d'arte imoral tem alguma beleza, apesar disso, por contraste, pelas sugestões que provêm de sua mesma carência⁽³⁶⁾.

Já dizia Florentino Meneses, em artigo publicado no Diário da Manhã, de Aracaju, em 1913, com a capacidade de antecipação de seu talento, que, em Jackson, o homem prevalecia sobre o filósofo e o artista. Nesta palestra, tive de dissociar o filósofo e o homem, ou melhor, não tratei suficientemente deste. Mas o ilustre palestrante que me procedeu o fez, preenchendo assim essa lacuna. Porém, não poderia terminar estas palavras sem evocá-lo, como pessoa, no que de mais expressivo deixou, nas amizades com outros seres humanos, de olhos postos nas imagens que eram de Deus eterno e na esperança de induzi-los a recompor essa imagem. Quando isso não era possível, jamais esquecia as fagulhas de eternidade que encontrara na face de cada um. Surge aquela galeria de retratos dos que passaram em sua vida: Garcia Rosa, Xavier Marques, Juca Magalhães, Pedro Kilkerry, Farias Brito, Durval de Moraes, Ronald de Carvalho, Afrânio Peixoto, Mário de Alencar, Perilo Gomes, Hamilton Nogueira, mas sobretudo Alceu Amoroso Lima. Nesses retratos, e na correspondência com os amigos, desenvolveu, como bem disse Barreto Filho, a *Summa Sentimental* raciocinada, que almejava escrever. Este o Jackson de Figueiredo que merece ser mantido vivo na memória social, porque aqui não operou apenas a sua inteligência raciocinante, frágil como a de todos os homens, embora ágil, aguda e penetrante, mas eminentemente a caridade, aquela forma superior de inteligência e existência, que pusera como meta de sua conversão noutro homem, diferente do anarquista ou barão da baixa feudalidade, como se descrevia em sua vida emocional.

As gerações subseqüentes relembram seus heróis. É isto o que fazemos aqui. Recordamos Jackson de Figueiredo, o herói das lutas interiores e da conquista de sua própria alma!



NOTAS

- (1) *Serrano, Jônathas, Farias Brito, Cia.* Editora Nacional, S. Paulo, 1939, págs. 226-227.
- (2) Figueiredo, Jackson de, *Correspondência*, 3ª ed. aumentada, Liv. Agir Ed., Rio de Janeiro, 1946, pág. 148.
- (3) *Ibidem*, pág. 178.
- (4) *Ibidem*, págs. 73-74.
- (5) *Ibidem*, págs. 97, 191-192.

- (6) *Ibidem*, pág. 199; *Idem*, *Literatura Reacionária*, Ed. Centro D. Vital, Rio, 1924, pág. 116.
- (7) *Idem*, *Afirmações*, Ed. Centro D. Vital, Rio, 1921, pág. 194.
- (8) *Idem*, *Correspondência*, ob. cit., pág. 217.
- (9) *Idem*, *Afirmações*, ob. cit., pág. 116.
- (10) *Idem*, *Correspondência*, ob. cit., pág. 193.
- (11) *Idem*, *Algumas Reflexões sobre a Filosofia de Farias Brito*, Tip. Revista dos Tribunais, Rio, 1916, pág. 36.
- (12) *Idem*, *Garcia Rosa*, Tip. Revista dos Tribunais, Rio, 1915, págs. 3-4, 12-13, 20, 32-33, 45; *Idem*, *Xavier Marques*, 2ª ed., Tip. Revista dos Tribunais, Rio, 1916, pág. 10.
- (13) *Idem*, *Correspondência*, ob. cit., pág. 177.
- (14) *Idem*, *Afirmações*, ob. cit., pág. 255.
- (15) *Fontes*, José Silvério Leite, *Jackson de Figueiredo – Sentido de sua Obra*, Liv. Regina Ltda., Aracaju, 1952, págs. 42-43.
- (16) *Figueiredo*, Jackson de, *Correspondência*, ob. cit., págs. 82-87.
- (17) *Idem*, *Algumas Reflexões sobre a Filosofia de Farias Brito*, ob. cit., pág. 23.
- (18) *Ibidem*, págs. 29-48.
- (19) *Ibidem*, pág. 64.
- (20) *Ibidem*, págs. 193-194.
- (21) *Ibidem*, pág. 23.
- (22) *Idem*, *Pascal e a Inquietação Moderna*, Ed. Centro D. Vital Rio, 1922, pág. 60.
- (23) *Ibidem*, págs. 64-65.
- (24) *Ibidem*, pág. 71.
- (25) *Ibidem*, pág. 123.
- (26) *Ibidem*, pág. 130.
- (27) *Ibidem*, pág. 167.
- (28) *Villaça*, Antônio Carlos, *O Pensamento Católico no Brasil*, Zahar Editores, Rio, 1975, pág. 105.
- (29) *Chardin*, Pierre Teilhard de, *La Energia Humana*, trad. esp. Taurus Ediciones S/A, Madrid, 1963, págs. 115-116.
- (30) *Figueiredo*, Jackson de, *Correspondência*, ob. cit., págs. 77-79, 112, 121, 129, 133, 172-173, 177.
- (31) *Ibidem*, págs. 106, 181.
- (32) *Ibidem*, págs. 181, 198.
- (33) *Ibidem*, pág. 203.
- (34) *Ibidem*, pág. 98.
- (35) *Ibidem*, pág. 95.
- (36) *Fontes*, José Silvério Leite, ob. cit., págs. 68-71.

IMAGINÁRIO, HISTÓRIA E ESTÓRIAS

Felte Bezerra

Na exegese da história das religiões, desde os povos antigos, orientais, até as denominadas religiões superiores ou reveladas, há um imenso acervo de material capaz de ser apreciado e analisado, como o tem sido por aficionados de assunto tão vasto e de difícil interpretação. Não apenas os textos em si, mas o muito que a eles se prende e permite exame percuciente, dentro de símbolos e imagens, como o fez, entre outros e proficientemente, Mircea Eliade (1).

Seu ângulo de visão é arejado e amplo no abordar a matéria de diversas viseiras, dentro de grande riqueza de dados e análises na maioria dos casos fora de inspiração psicanalítica.

Como que ele aceita tacitamente os dados da Psicologia Profunda, pois ser-lhe-ia difícil negá-la ou fazer-lhe restrições, quando a doutrina freudiana estava no auge de sua repercussão e em pleno acolhimento.

Se atualmente os scholars se dividem no combater ou aceitar a teoria de Freud, os ensinamentos dela derivados ainda ocuparão, por muito tempo, as cogitações da Psicologia, em que pese a dificuldade de ser entendido o jogo entre o inconsciente de um lado e o consciente de outro, assunto para longas lucubrações. Mergulha-se em um mundo imaginário da Mitologia, rebuscado por muitos e recentemente também devassado pelo método estruturalista de Lévi-Strauss (2).

Também as lendas nascem de fatos históricos que a imaginação distorce, altera e sobretudo tenta transformar em alegorias com roupagens sedutoramente romanescas. Surgem assim os temas lendários, que povoam as tradições de todas as terras e de todos os povos. Os episódios abundam ao longo da História, a dos outros e a nossa própria. Enfeita-os e enriquece-os a ação do imaginário, das lendas, ficções e legendas que se incorporam às narrativas de muitos deles.

O que existe de lendário em torno do "Caçador de Esmeraldas" dispensa análises e cansativas repetições. Contudo, há episódios menos conhecidos e que por igual se enquadram nos impulsos do imaginário, em versões poéticas, romanceadas e até musicais.

José de Alencar inspirou-se nas lendas em torno de jazidas argentíferas que se dizia existirem nos sertões do hinterland nordestino, para escrever suas "Minas de Prata".

Certa versão dava como herói desta famosa "entrada" a Robério Dias, figura central de um relato fantasioso, preso ao ciclo da mineração, que envolveu terras de Sergipe e Bahia.

Em verdade, o personagem real da busca e rebusca de riquezas nos sertões daqueles estados é Belchior Dias Moreia, ligado à conquista de Sergipe del Rey, efetuada pela estratégia de Cristóvão de Barros contra os índios Tupinambá.

Belchior abandonou suas fazendas de gado às margens do Rio Real para consumir oito longos anos devassando aqueles territórios, a ponto de o darem como morto. Apenas descobriu ametistas e salitre, quando já regressava de sua penosa e frustrada "bandeira". Chegara até os vales de afluentes do médio São Francisco e transpusera altiplanos, sofrendo as agruras climáticas onde a altitude substitui a latitude.

Talvez por ser neto de Caramuru-segundo Frei Jaboatão —, e sobrinho do cronista-lavrador Gabriel Soares de Souza, além de pertencer à estirpe dos famigerados Garcias d'Avila, entende-se que o sonho, em cuja convicção veio a falecer, possa responder por sua custosa penetração no interior, através das regiões mais ínvias⁽³⁾.

O pensamento onírico de Dias Moreia foi-lhe uma obsessão.

Nos livros de José de Alencar, indianista por excelência, o imaginário se expande e cria figuras e cenas exuberantes em sua representatividade. "Iracema", "Ubirajara", "O Guarani". Este último foi tema para Carlos Gomes compor a ópera de igual título. Também a pintura deu sua contribuição. Existe excelente tela sobre a alegoria final da obra. Peri rema, de pé, na canoa onde Ceci está deitada e adormecida. Dom Antonio de Mariz, seu pai, na hora trágica da carnificina pelos Aimoré, confiou-a ao fiel aborígine. Encalhada nas folhas de uma palmeira que flutuava, a canoa vai arrastada pela correnteza do rio em cheia, até "desaparecer no horizonte".

Do quadro antes mencionado existe excelente cópia do pintor sergipano Horácio Hora, reprodução que engalana as salas do Museu do Estado de Sergipe.

Aos olhos de hoje, os choques entre indígenas e europeus são retratados para colocar em evidência a "ferocidade" do ameríndio, que apenas reagia contra os espoliadores de sua terra. Não obstante, nesse fim apotéotico o romancista encontrou como projetar a união harmoniosa do europeu invasor com o autóctone da terra brasileira. Ainda hoje, por este processo lírico, muitos bem-intencionados, mas desconhecedores dos nossos nativos, esperam solucionar os problemas atinentes ao assunto.

O lema é persuadir e não destruir. Não devemos ter a preocupação de trazer o indígena à civilização, mas de levarmos até ele o que temos de bom para lhe dar, sem prejuízo de suas tradições fundamentais, isto é, respeitadas as características estruturais de suas culturas. Este é o caminho, por certo, segundo confirmam a experiência de nossos sertanistas e o exame *in loco* de nossos dedicados antropólogos⁽⁴⁾.

A pintura clássica marcou época no Brasil. Há telas e murais representativos de nossos fastos que se tornaram famosos pelo que significam de nossa História. Vitor Meireles e Pedro Américo são os artistas mais conhecidos do período. O primeiro com a célebre "Primeira Missa no Brasil", de grande inspiração, assim como os quadros "Guararapes" e "Moema". Do segundo "O Grito do Ipiranga" é sua maior obra. A presença do imaginário, em todos eles, é exuberante.

Na pintura, as alegorias podem reunir mais de uma representação, combinadas no tempo e no espaço, desde que se prendam a um mesmo motivo.

No Palácio Rio Negro, de Manaus, há uma bela pintura alegórica que reúne, no mesmo quadro, as amazonas cavaleiras e guerreiras, a devastação de terras pelo fogo e no reflexo do clarão do incêndio o perfil do Teatro Amazonas, representativo da cidade. São símbolos que o artista criou, no esforço de, em um só impacto, reunir lenda, história e identificação do povo e da terra.

Outra tela, no mesmo local, representa a técnica de que se utilizam para a pesca os nossos ameríndios. É desafio para os que contemplam o quadro descobrir onde se esconde o peixe visado pelo indígena para fisgá-lo. O que se quer salientar não é a arte da pintura, mas especialmente os recursos da imaginação no sentido de expressar o artista aquilo que tem em mente: a habilidade do indígena no presentir e apanhar o peixe que ainda não aflorou à superfície das águas.

Enquanto a poesia ou a música dispõem do dinamismo que lhes é inerente, a pintura, como a escultura, como a arquitetura, têm que buscar recursos de especial qualidade para as representações estáticas. As duas primeiras

mais do que a última, pois esta tem inestimável ajuda na matemática e na física.

Enquanto isto, pintura e escultura nem sempre são obras de artista conhecedores da anatomia humana, como o foi um Leonardo da Vinci. Na maioria dos casos dita-lhes a inspiração, com apoio exclusivo da observação e da memória, pois muitas vezes também não há modelos vivos. A arte, porém, com seus toques mágicos, tudo supre. Reflete-se exuberantemente a visão mental do artista, que nenhuma psicofisiologia ainda logrou explicar. São os segredos indevassáveis...

Existe certa confusão, por vezes difícil de ser elucidada, entre contos, lendas, legendas, fábulas e parábolas, presentes em todos os povos históricos. Vem desde Esopo, na Grécia, a Fedro em Roma, até chegar-se a La Fontaine na França, sendo inegável certa ligação entre os três, tanto nos temas como nos conceitos emitidos. Há, todavia, muito material da espécie, em todas as regiões e em todas as épocas, já exumado pelos especialistas.

Tentam-se as diferenciações entre as narrativas antes apontadas, o que nem sempre pode ser efetuado com facilidade. Os contos e narrações populares, as estórias, de mistura com dados mitológicos, são hoje, em sua maior parte, incluídas no vasto campo do folclore, conquanto estoutro tenha sua principal característica no anonimato e na origem, incerta do fato. As enciclopédias registram muitas vezes, no campo folclórico, estórias atribuídas a conquistas, que na verdade realizaram elogiável e valiosa coletânea, na pesquisa e reunião de largo acervo, que enche o populário de todas as terras e de todas as gentes.

Os irmãos Grimm, por exemplo, são contistas e folcloristas, tal como, entre nós, o foram Sílvio Romero e João Ribeiro. O grande incremento que o estudo e a pesquisa folclórica têm tomado nas décadas mais recentes em nosso país, já acumularam um extraordinário acervo e pedem uma ampliação do Dicionário Folclórico elaborado por Luiz da Câmara Cascudo.

De origem discutida, a mesma descritiva folclórica, de larga abrangência temática em diversos campos, em um país imenso como o nosso, já pede uma antologia especializada, na qual se incluam tantas colaborações esparsas de grande valia.

É crescido o número de lendas existentes entre as sociedades aborígenes. Muitas são encontradas entre as tribos brasileiras. De características mitológicas, envolvem geralmente plantas, rios e lagos, virgens sacrificadas, enterradas vivas, de onde brota o motivo lendário.

Como evidente, a feição mítica provoca o desencadeamento de larga imaginação. As relações simbólicas se processam dentro de cada contexto, nas ligações de causa e efeito, como é exemplo a lenda da mandioca.

Muitas destas estórias foram transpostas para as subculturas, que as conservam intactas ou com alterações que, como variantes, não prejudicam o conteúdo nuclear da lenda.

As pesquisas feitas por nossos melhores indigenistas, assim como as realizadas entre populações de origem africanas e as subculturas, sobretudo no Nordeste, documentam fartamente a matéria.

Conhecidas desde as anotações dos nossos primeiros sertanistas, muitas delas misturaram-se com as tão divulgadas "Estórias de Trancoso". Assim, no Brasil há uma longa tradição de contos em que ingredientes indígenas, africanos e europeus fomentam o imaginário, através de narrativas fantásticas, cujos relatos as crianças entre 5 e 10 anos escutam com curiosidade e deleite (5). Neste terreno, nosso imaginário se expande nos contos de Monteiro Lobato, que agora a televisão exhibe e atualiza.

Como motivos dominantes as estórias apresentam sempre o bom e o mau, o algoz e a vítima, os animais que falam, distinguidos entre os amigos e os inimigos do homem. Não há critério no selecionamento dos animais sempre denominados "bichos" de uma maneira geral. Uma onça poderá ser boa ou ruim, conforme o canto, uma cobra é sempre má e traiçoeira, um gato poderá ser uma coisa ou outra, o cão é sempre conotado com a fidelidade, a raposa com o ardil, o cordeiro (carneiro) com resignação e passividade, o porco com a estupidez. O macaco é artiloso, manhoso, mais nunca mau, prega peças e cai em armadilhas. Desta maneira fixam-se os estereótipos.

Nestas narrativas existe um mundo de criatividade, de simbolismo de representação capaz de traduzir a moral que toda estória pretende conter invariavelmente.

Na Europa florescem basicamente os "Contos de Fadas". Não falta a luta do bem e do mal. Fadas boas e más, estas últimas também indentificadas como bruxas, cujas figuras o cinema e a televisão já lograram materializar.

Os contos imaginários não são privilégio ou apanágio de qualquer povo nem de qualquer região. São encontrados em todo lugar da terra, dentro das mesmas temáticas. Não faltam, inclusive, os aspectos demoníacos. A presença do gênio do mal é muito freqüente. A demonologia preenche a imaginação e a fantasia. A bipolaridade é assim uma constante.

O simbolismo não é tão-somente característica básica dos mitos em seus aspectos imaginativos ou em narrativas poéticas. Predomina também neste ou-

tro campo do imaginário. Lévi-Strauss investigou, por igual, este terreno, ao aplicar seu método estruturalista nos contos de Wladimir Popp. A unidade dos mitos defendida pelo antropólogo franco-belga estende-se aos contos lendários e estórias de que estamos cuidando.

São notáveis e são roteiro para os pósteros o acervo deixado por João Ribeiro, Sílvio Romero, Couto de Magalhães, Edison Carneiro, Gustavo Barroso e muitos outros no terreno folclórico, que tanto tem ajudado e esclarecido os continuadores de tão fecundo e paciente trabalho.

Se o folclore é a sabedoria popular, terá também, como a mitologia dos nativos de todas as paragens, a manifestação da criatividade e do simbólico do gênio da humanidade. Nada é marcado pela erudição nem a superior capacidade de privilegiados. Tudo está em todas as partes. Há coisas que transcendem nacionalismos, culturas, os povos mais diversos e mais díspares. No horizonte de uma superior compreensão, o mundo é realmente um só.

A História gera motivos com que o imaginário cria lendas e legendas e desenvolve estórias, romanceadas do modo mais amplo e variado, a começar por seu numeroso anedotário, para gáudio do espírito humano, que com este recurso tanto se compraz.



NOTAS

- (1) Mircea Eliade – *Traité des Religions* – Payot, 1949; *Le Mythe del'Eternel Retour* - Gallimard, 1949; *Images et Symboles* - Gallimard, 1952, e outros.
- (2) Claude Lévi-Strauss – ver sua série “*Mythologiques*” (1964-1971); ver também Felte Bezerra – *Problemas de Antropologia – Do estruturalismo de Lévi-Strauss*, Ouvidor, Rio, 1976.
- (3) Felte Bezerra – *Etnias Sergipanas* – Liv. Regina – Aj, 1950: 50 a 53.
- (4) Ver como nos pronunciamos no respeitante ao assunto em nosso livro “*Problemas de Antropologia*” – Ouvidor – Rio, 1976: 157.
- (5) Ver: João Ribeiro – *O Folclore* – ed. cinqüentenário – Simões ed. Sílvio Romero – *História da Literatura Brasileira*; trabalhos e pesquisas de Edison Carneiro, Egon Schaden, René Ribeiro, Eduardo Galvão, Irmãos Vilas Boas e tantos outros.

**A CITRICULTURA NA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA
EM BOQUIM
1980**

**Adelci Figueiredo Santos +
José Augusto Andrade ++**

**+ Professora Titular do Departamento de Geografia da UFS
– Livre Docente em Geografia da População**

**++ Professor Auxiliar de Ensino do Departamento de Geo-
grafia – UFS**

INTRODUÇÃO

O espaço destinado, no Estado de Sergipe, à lavoura vem sendo gradativamente ocupado pelo processo de pecuarização. Entretanto, a região de Boquim foge à regra: hoje é uma zona onde a citricultura adquire posição relevante, expandindo-se, assim, sobre zona tradicionalmente de pecuária. Os citrus avançam e promovem a substituição dos cultivos de subsistência (milho, feijão, mandioca, etc.).

Levando em consideração esse fato, elaboramos o presente trabalho, na tentativa de explicar as transformações operadas na área no tocante à modernização da agricultura e estrutura fundiária após a introdução da citricultura.

METODOLOGIA

A metodologia empregada compreende etapas diferenciadas:

- 1 — Pesquisa bibliográfica — a dificuldade de informações dificultou o dimensionamento da realidade questionada.
- 2 — Coleta de Dados — foram utilizados o Censo Agrícola, 1975 - IBGE; o Cadastramento do INCRA — 1973 a 1979; o Anuário Estatístico do Estado — 1973 e 1979.
- 3 — Aplicação de questionários, tabulações e interpretações. Dentro da área estudada, foi escolhido o Centro-Sul do Município, pois a zona Norte encontra-se integrada à Cooperativa do Treze, onde o sistema de produção é diferenciado do restante do território municipal. Foram aplicados 41 questionários, entrevistados donos de propriedades, funcionários públicos e comerciantes. Checados os questionários, foram obtidos dados para melhor análise da área. A elaboração de tabelas e gráfico permitiram caracterizar a estrutura fundiária e o seu processo de modernização com a introdução dos produtos cítricos. O questionário é constituído de vários itens, como sejam o número de residentes, ocupação do proprietário, área da propriedade, presença de parceiros e assalariados, produtos cultivados, técnicas utilizadas, comercialização e utilização de serviços.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CONDIÇÕES ECOLÓGICAS

Boquim teve origem no povoado de Lagoa Vermelha, integrada à Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Lagarto, na primeira metade do Século XIX. Surgiu de pequeno arraial, constituído de proprietários e seus agregados, à margem do rio Piauí, de colorido avermelhado devido à presença de solos ferrelíticos. As freqüentes inundações, pondo em perigo a vida dos habitantes, fizeram com que a sede fosse transferida para o povoado de Boquim, anteriormente conhecido como Boquinha da Mata. Com essa mudança, desaparece a Vila de Lagoa Vermelha, criada em 1857. O progresso começa a avançar na nova área, possuidora de tabuleiros costeiros, preservados e dissecados em colinas, cristas e interflúvios tabulares. Seu clima, quente e úmido, é agradável, aparecendo duas estações diferenciadas: uma seca, no verão, com duração de 1 a 2 meses, e outra chuvosa, no outono e inverno. Suas temperaturas máxima e mínima variam de 26 a 22°C enquanto sua precipitação média anual é de 1220mm. Possuindo área de 246 km², localiza-se o Município na microrregião do agreste de Lagarto, limitando-se com Lagarto, Salgado, Estância, Arauá e Riachão do Dantas. Seus solos são formados de associação de latosal vermelho-amarelo distrófico e podzólico vermelho-amarelo, tendo sido, em tempos remotos, cobertos por uma floresta primitiva subperenifólia e subcaducifólia devastada, atualmente, e transformada em área de fruticultura, zonas de pastagens, com as gramíneas sempre-verde e pangola, além das culturas de fumo, milho, feijão e mandioca. Boquim foi elevada à categoria de Cidade pelo Decreto-lei nº 69, de 28 de março de 1938, possuindo um único Distrito, o da sede municipal, abrangendo o Termo de Pedrinhas. Situa-se na parte Centro-Sul do Estado, tendo na agricultura a base da sua economia. Paralelamente à produção agrícola de culturas permanentes, o seu rebanho bovino adquire certa expressão, principalmente no que se refere à qualidade. Ocupa as partes occidentadas e as baixadas impróprias para o plantio de laranja, uma vez que o cultivo desse produto vem expandindo-se em direção às vertentes. Não poderíamos deixar de lembrar que foi a implantação dos trilhos do Leste Brasileiro que, aliados ao desenvolvimento da citricultura, possibilitaram uma expansão considerável da cidade de Boquim. O intercâmbio de mercadorias e riquezas estimulou o seu comércio, e o contato e a troca de informações com outros centros modificaram os hábitos e costumes dos seus habitantes.

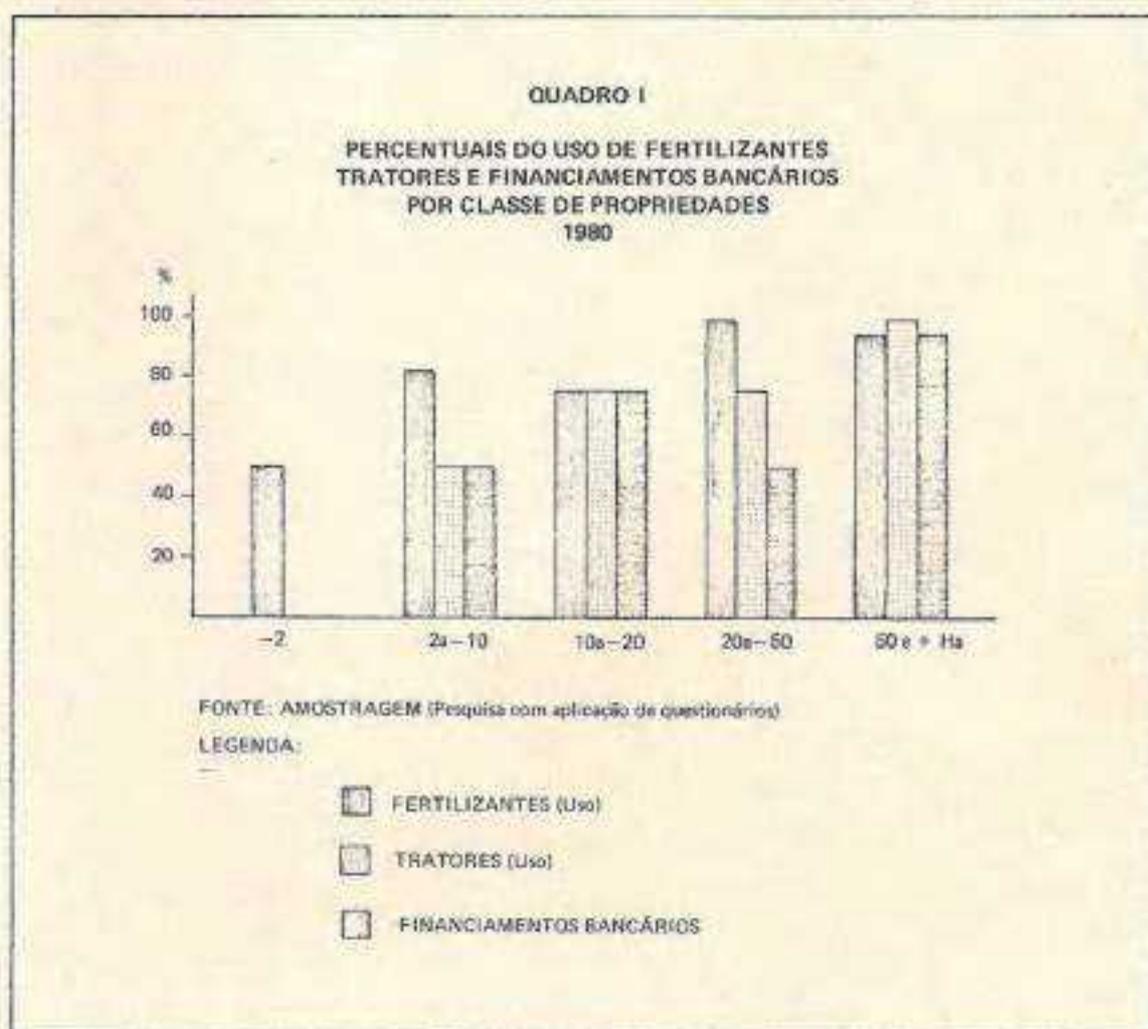
DESENVOLVIMENTO

Visando a uma análise mais objetiva da estrutura fundiária do Município de Boquim, agrupamos as propriedades em 5 classes:

- a) menos de 2 hectares;
- b) de 2 a menos de 10;
- c) de 10 a menos de 20;
- d) de 20 a menos de 50; e
- e) de mais de 50.

Não se pulverizam dados, procura-se certa padronização de informações, tendo em vista os estudos de propriedades agrícolas, que estão sendo levados a efeito nos municípios sergipanos.

Na Tabulação dos 41 questionários (demonstra o Quadro I), foram usadas as seguintes variáveis: uso de fertilizantes, tratores e financiamentos (englobando custeios e investimentos) por serem as que melhor representavam o processo de modernização. Observou-se que as propriedades com menos de 2 hectares não usavam tratores nem sistema de financiamento e apenas 50% utilizavam fertilizantes. Acusavam ainda a presença de trabalho familiar e a prestação de serviços fora da propriedade, o que atesta a insuficiência da renda na manutenção da família. Compreendem o minifúndio propriamente dito.



Na classe de 2 a menos de 10 hectares, notou-se que as propriedades pesquisadas utilizavam, integralmente, fertilizantes, enquanto 50% usavam tratores e utilizam serviços bancários. Vale informar que o uso do trator acontece duas vezes, em média, por ano, através de um sistema de aluguel praticado por empresas públicas e privadas.

Todas as propriedades entre 10 e menos de 20 hectares utilizavam tratores, fertilizantes e crédito na mesma proporção, ou seja, 75%. Algumas delas já possuíam tratores próprios e outros implementos agrícolas, que facilitam a aplicação de fertilizantes e inseticidas.

Quanto às propriedades de 20 a menos de 50 hectares, nota-se que todas usam fertilizantes, 75% tratores e 50% utilizam os serviços bancários.

As situadas na faixa acima de 50 hectares empregam 100% de tratores e 92,3% de fertilizantes e financiamentos. O emprego de trator cresce com o tamanho e importância da propriedade, e, também, com o uso de fertilizantes.

Examinando-se a Tabela I, verifica-se que o município contava em 1973 com 1.189 propriedades, sendo 46% de menos de 2 hectares, ou seja, um total de 552. As de 2 a menos de 10 hectares englobavam 37,3%, ou seja, um total de 443. Assim sendo, estas duas classes representavam 83,6% no total das propriedades. Quanto às de 10 e menos de 20 hectares, constatou-se haver 71

TABELA I
BOQUIM (SE)

PROPRIEDADES POR CLASSES DE TAMANHO
1973 a 1978

Classes (HA)	1 9 7 3		1 9 7 8	
	Nº de Propriedades	%	Nº de Propriedades	%
- 2	552	46,3	596	45,0
2a - 10	443	37,3	472	35,6
10a - 20	71	6,0	73	5,5
20a - 50	64	5,4	63	4,8
50e +	59	5,0	120	9,1
TOTAL	1.189	10,0	1.324	10,0

FONTE: Catálogo de Cadastramento do INCRA. Anos 73 e 78.

propriedades, ou seja, 6% enquanto que, nas de 20 a menos de 50, notou-se a existência de 64, o que equivale a 5,4%. No que se refere às de mais de 50 hectares, o são, 5% ou seja, 59 propriedades.

Em 1978, a situação se modificou pouco, exceto no tocante às de mais de 50 hectares, que passaram a representar 9,1%, ou seja, 120 propriedades. Este fato não pode ser explicado pela aglutinação, pois as classes pouco se modificaram nos dois períodos analisados; entretanto, poderá ser entendido pelo não cadastramento dessas propriedades em 1973.

Analisando a Tabela II, observa-se que, no ano de 1973, 16 produtos do município de Boquim participaram da produção agrícola do Estado. Dentre estes, apenas três apresentaram percentagem superior a 50% sobre o total. É o caso do inhame, com 78,77%, do abacate, 69,77% e da laranja, 57,06%. Destacaram-se ainda a tangerina, com 45,02%; o limão, 29,58%; a banana, com 11,35% e o fumo em folha, com 10,97%. O abacate e o inhame, embora apresentassem nesse período, as maiores percentagens na participação estadual, detinham uma pequena produção bruta, fato que não ocorria com a mandioca que, com apenas 1,62, tinha uma produção de 9.450 t. Isto se explica pelo fato de que os dois primeiros são quase que somente cultivados nesta área do Estado, o que não ocorre com a mandioca, que se difundiu por todos os municípios. Os demais produtos assinalados participaram com menos de 2,5% no global.

Os cítrus, laranja, limão e tangerina, representam uma produção de 188,900t, o que lhes evidencia o predomínio.

Verificando-se a Tabela III, que apresenta a produção agrícola de 1978, evidenciamos apenas doze produtos. Destes, oito tiveram uma redução sensível em relação a 1973. É o caso da banana, do coco-da-Bahia, do fumo, da fava, da mandioca, do milho e da batata-doce. O abacate e o inhame que, em 1973, detinham as maiores percentagens, deixaram de figurar no elenco, bem como o algodão e o café, enquanto que os frutos cítricos passaram para 571.250t, representando um aumento de 302,26%.

O aumento do percentual total do amendoim (8,41%) e do feijão (0,09%), comparando-se com a Tabela I, deve-se à redução da produção estadual. Assim, podemos observar que os produtos cítricos vêm substituindo os anteriormente cultivados na área, criando-se, portanto, uma tendência à monocultura que, inclusive, ultrapassa os limites municipais.

Outra característica importante é haver gerentes à frente das propriedades com mais de 10 hectares, o que influi na rentabilidade da citricultura e a estimula.

TABELA II
BOQUIM (SE)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA
1973

Produtos	Produção (TON.)		% No Estado
	Boquim	Estado	
Abacate	2.200	3.153	69,77
Algodão em caroço	32	9.117	0,35
Amendoim em casca	48	63.489	0,07
Banana	176	1.500	11,35
Batata-Doce	360	15.799	2,28
Café em côco	0	23	—
Caju	0	32.090	—
Coco-da-Bahia	1.711	80.489	2,12
Fava	43	3.263	1,32
Feijão	12	25.794	0,05
Fumo em folha	428	3.900	10,97
Inhame	345	438	78,77
Laranja	180.000	315.464	57,06
Limão	8.000	27.044	29,58
Mandioca	9.450	582.639	1,62
Milho	234	60.317	0,39
Tangerina	990	2.199	45,02

FONTE: Anuário Estatístico de Sergipe — ANO 1973

TABELA III
BOQUIM (SE)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA
1979

Produtos	Produção (TON.)		% No Estado
	Boquim	Estado	
Abacate	—	408	—
Algodão em caroço	—	3.679	—
Amendoim em casca	61	725	8,41
Banana	40	1.608	2,49
Batata-Doce	160	13.384	1,19
Caju	—	—	—
Café em côco	—	—	—
Coco-da-Bahia	480	72.615	0,66
Fava	5	3.040	0,16
Feijão	12	13.161	0,06
Fumo em folha	60	6.779	0,89
Inhame	—	—	—
Laranja	558.704	1.639.000	34,09
Limão	9.690	44.404	21,82
Mandioca	1.000	457.247	0,22
Milho	46	30.588	0,13
Tangerina	2.856	5.955	47,56

FONTE: Anuário Estatístico de Sergipe - ANO 1979

A presença do gerente é, sem dúvida, um dos indicadores da penetração do capitalismo na citricultura sergipana, o que vem demonstrar a conscientização empresarial, em busca de usufruir ao máximo das vantagens advindas da presença do capital, através do sistema de financiamentos, facilidades de pagamento, comercialização do produto, etc. Isto vem reforçar o absentéismo, pelo qual o proprietário procura mais facilmente utilizar-se das vantagens da vida urbana, reforçando cada vez mais o processo de deslocamento populacional.

Ficou constatado que os serviços médicos, odontológicos e creditícios estão centralizados na cidade de Boquim e, esporadicamente, Lagarto ou Aracaju. Outro fato interessante é que, durante a colheita de cada safra, as propriedades com mais de 2 hectares recrutam mão-de-obra temporária, os "volantes", que se integram a esse trabalho percebendo Cr\$ 3,00 a 4,00 por cento retirado.

Também existem na área, "pseudo-empresas" que através de um sistema de empreitadas assumem este serviço. Foi atestado, também, que embora exista um mercado expedidor das frutas cítricas, predomina, como sistema de comercialização nas propriedades até menos de 10 hectares, a venda do produto em sua própria sede. Isto é, a venda do pomar, que se faz através da estimativa da produção no campo ou por contagem dos frutos. Nas propriedades de mais de 10 hectares, o proprietário utiliza o mercado, especulando ao máximo a variação de preços do produto que, em 1980, oscilou entre Cr\$ 50,00 e 200,00 o cento. Tal produção destina-se aos mercados de Fortaleza, Recife, Maceió e Salvador, além da Capital.

CONCLUSÃO

Conclui-se pois que: a) a estrutura fundiária do Município de Boquim permaneceu quase inalterada com a substituição de outras culturas pelos cítrus; b) a modernização ou tecnificação se fez presente a partir da introdução, no Município, da citricultura, haja vista que, antes de 1965, época da introdução da laranja-pêra se praticava, generalizadamente, uma agricultura de subsistência centrada na força humana que impulsionava, sem significativa rentabilidade, a enxada arcaica, tradicional; c) a variação do preço da laranja deve-se ao funcionamento de apenas uma unidade de produção de sucos ficando, assim, o preço sujeito à lei da oferta e da procura. As variáveis transporte e beneficiamento dos frutos também interferem. Levando em conta o surgimento de outras áreas de citricultura, no Nordeste, é de se promover, com urgência,

a instalação de unidade de produção de sucos, em Boquim, ou fazer funcionar em larga escala a já existente no Estado. Estimular-se-ia, assim, a expansão da área citrícola, evitando a possibilidade de qualquer colapso no mercado.



BIBLIOGRAFIA

- IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Vol. XIX.
- INCRA, Cadastro de Imóveis Rurais – 1973 a 1979.
- CONDESE, Anuário Estatístico do Estado – 1973 e 1979.
- IBGE, Censo Agrícola, 1975, SE.

A MISSÃO INDÍGENA DO GERU (*)

Beatriz Góis Dantas

Profª de Antropologia da Universidade Federal de Sergipe

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o histórico de um aldeamento indígena, enfocando as relações entre os índios e os civilizados registradas nos documentos históricos. Constitui o resultado parcial de uma pesquisa de universo mais amplo sobre o índio em Sergipe, da qual vimos nos ocupando, de modo intermitente, desde 1968.

Na historiografia sergipana, os estudos sobre o elemento indígena são bastante escassos. Optamos pelo enfoque das unidades de aldeamento como ponto de partida para o estudo do tema, pois consideramos que a história do índio em Sergipe, pelo menos a partir do século XVII, está intimamente relacionada com a história desses redutos indígenas, onde foram gradativamente reunidos os aborígenes sobreviventes à conquista, enquanto as terras, outrora sob seu domínio, eram ocupadas pelo gado e pela lavoura dos colonos.

Nesses aldeamentos, regidos por governos seculares — aldeias — ou sob a tutela de missionários aí residentes — missões — viviam os índios interagindo com a sociedade envolvente, o mundo dos brancos, dos civilizados.

O termo Kiriri aqui aparecerá sempre escrito no singular, segundo convenção firmada na Primeira Reunião Brasileira de Antropologia (1953) relativamente a grafia dos nomes tribais.

(*) Este trabalho foi escrito em 1973 e apresentado como Comunicação ao V Simpósio de História do Nordeste, sob o título "Subsídios à História da Antiga Missão do Geru" Aracaju, 1973. Ed. mimeografada.

Neste trabalho abordaremos um desses aldeamentos, o de Geru, localizado no sul do Estado, perto do Rio Real, onde hoje se ergue a cidade sede do município do mesmo nome.

Geru foi durante aproximadamente três quartos de século, uma missão residência de padres jesuítas que tinham sob sua tutela os índios da localidade. Este foi um marco significativo na história local e o tomamos como ponto de referência para o nosso estudo.

Estamos certos de que a documentação por nós consultada representa uma parcela da grande quantidade de material que, sobre o assunto, deve existir dispersa nos nossos arquivos, ainda em fase de organização. Pesquisamos, sobretudo, na Biblioteca Pública e no Arquivo Público do Estado; apresentamos assim, à luz da documentação, até então consultada, uma primeira abordagem do assunto.

Na fase de coleta de dados para a elaboração deste trabalho, contamos com a eficiente colaboração das alunas: Alda Alves de Araújo, Ângela Maria Cardoso de Lima, Maria Aparecida Teixeira, Maristher Moura Vasconcelos e Rita de Cássia Andrade de Souza.

1. O Movimento Missionário entre os Kiriri

O surgimento da missão do Geru se inscreve no movimento missionário que na segunda metade do século XVII atinge os Kiriri, índios que formavam importante grupo lingüístico cultural do nordeste brasileiro, cujo habitat se estendia desde o Paraguassu e rio de São Francisco até o Itapicuru⁽¹⁾, afastado da linha de costa, domínio dos povos de língua Tupi. Embora conhecidos dos colonizadores, pelo menos desde 1584, quando Fernão Cardin faz referências aos Kiriri dos sertões baianos, o contato com os civilizados se torna mais freqüente no século seguinte.

Se por volta de 1650 os Kiriri da Bahia começaram a ser aldeados pelo Pe. João de Barros⁽²⁾, é sobretudo a partir da década de 60 que se intensificará a ação dos religiosos jesuítas, capuchinhos e outros, entre os Kiriri, como conseqüência do movimento, rumo ao sertão, emanado do governo central em 1662, em direção às minas Jacobina e ao Rio São Francisco⁽³⁾. Às margens deste rio, fundaram-se várias missões, muitas delas entre os Kiriri que foram reunidos sob a tutela de diferentes ordens religiosas. Vindos de Pernambuco, os capuchinhos aí se estabeleceram por volta de 1670, tendo o Pe. Martinho de Nantes escrito a *"Relation succinte et sincere de la Mission dans le Brezil parmy les Indiens appellés Kiriris"* (1706) e o *"Katecismo indico da lingua*

Kiriri" (1709), elaborado no dialeto Dzubukuá⁽⁴⁾, falado pelos Kiriri da região.

Enquanto isso, procedentes da Bahia, os jesuítas e os franciscanos demandaram o Rio São Francisco, visando o aldeamento e a catequese dos nativos. Nesta "*caminhada civilizadora*" em direção ao grande rio, fundaram os inacianos várias missões entre os Kiriri da Bahia e de Sergipe.

Segundo o Pe. Serafim Leite⁽⁵⁾, é a partir de 1666 que surgem as missões jesuíticas de Canabrava, Natuba e Saco dos Morcegos, localizadas em território baiano e Geru, no Sul de Sergipe.

Referindo-se a esta, diz ainda o autor da História da Companhia de Jesus no Brasil, que com "*todos os contrastes, que teve com a gente da Torre, só vinte anos mais tarde foi possível, por imposição régia, o aldeamento estável da aldeia*"⁽⁶⁾. Muito antes, porém, tinha já a aldeia do Geru uma certa organização que lhe permitia um relacionamento pacífico com os civilizados.

2. A Fase anterior à fixação dos Jesuítas A Aldeia do Geru

Ao que tudo indica, o contato entre os civilizados e os Kiriri da região do Rio Real remonta ao início do século XVII, ou fins do século XVI, época em que a região foi atingida por uma fronteira de expansão pastoril, liderada por Belchior Dias Moreira⁽⁷⁾. Embora desconhecendo como no caso particular se desenrolaram os contatos entre índios e civilizados, e se fez a ocupação dos territórios indígenas pelo gado, consta que índios da região do Geru acompanharam o Moribeca (1542-1622) nas suas andanças em buscas das minas, e que seu filho, Rubélio, era nascido de mãe índia Kiriri da mesma localidade⁽⁸⁾.

Estes antecedentes indicam que já se iniciara na região a acomodação entre os nativos e os colonos, etapa de um processo quase sempre catastrófico para os indígenas, ao longo do qual se reduz a sua população sob o impacto dos choques armados e das moléstias transmitidas pelos civilizados, e se modificam as suas culturas em contato com a "*civilização*".

O que sabemos ao certo é que em 1668, os índios da aldeia do Geru se relacionavam pacificamente com os brancos, prestando-lhes serviços. Assim é que ao ser investido no posto de Capitão da entrada que se fazia aos mocambos de Jeremoabo, Fernão Carrilho recebe instruções para levar índios das aldeias de Tapecuru-Merim e Jassuru⁽⁹⁾, o que é confirmado no Regimento que se lhe dá no ano seguinte, onde se especifica que da Aldeia de Juxurru,

levará 40 tapuias, aos quais, diz o Governador "*mandarei satisfazer o trabalho com o que lhes tocar de presa muito pontualmente*" (10).

A retirada de índios pacíficos das aldeias e missões religiosas para engrossar as tropas dos brancos, era um procedimento habitualmente adotado pelo governo e parece que, a esta altura do século XVII, já bastante freqüente em relação à Aldeia do Geru, pois em 1674, o Governador Afonso Furtado de Castro escreve ao Capitão-mor de Sergipe del Rei nos seguintes termos:

"Ordenando eu ao Sargento-mor Belchior da Fonseca Saraiva há mais de mês e meio que mandasse vir à Torre até 30 Tapuias da Aldeia do Geru para uma entrada, que mando fazer aos mocambos e estando já prevenida a carne e farinha que havia de levar a pessoa que tenho encarregado esta jornada me deu agora conta que se desculpara o Principal da Aldeia com dizer que Vossa Mercê havia levar a maior parte da gente para outra entrada, que tinha mandado fazer" (11).

Para melhor coordenar a utilização dos nativos, transformando-os em força de combate, no ano de 1676, o Governo considera conveniente prover de Capitão a referida aldeia que aparece então com a denominação de Suruaçu. Destarte, para exercer as funções nascidas da interação com a sociedade colonial em implantação, os colonizadores se servem de indivíduos do próprio grupo nativo, e em alguns casos, como no presente, do ocupante da chefia tradicional, conferindo-lhe o título de Capitão, em função do qual ele deverá servir de intermediário entre os civilizados e os indígenas sob o seu domínio. Reza a provisão de nomeação:

"... para estarem mais prontos os Índios della para as occasiões que se offerecem do serviço de Sua Alteza: tendo nos respeito ao bem que Antonio Dias o moço, principal da mesma Aldeia merece occupar o dito posto. Havemos por bem nomear Capitão da dita Aldeia, para que a conserve e recolha todos os Índios e Índias pertencentes a ella, e os tenha sempre prevenidos para o serviço de sua Alteza" (12).

Até o ano de 1683, não encontramos referências à presença efetiva dos jesuítas na localidade, o que está de acordo com a informação do Pe. Serafim Leite, segundo o qual o Catálogo da Companhia de Jesus, desta data não faz menção à missão do Geru, acrescentando que "*já se andaria a organizar pelo fato de se tratar de assegurar as suas subsistências e de comprar neste ano aos Religiosos do Carmo da Baía, um sítio para criação de gado, chamado a Ilha, limítrofe a outras terras já da Companhia e dos Carmelitas...*" (13).

Um outro documento de 1685, também nos indica a ausência dos jesuítas no Geru por essa época. Tendo o Provincial da Companhia de Jesus repre-

sentado ao Governador, que índios de "três missões de Tapuias Gmiris" haviam se ausentado para outras aldeias inclusive a do Suru, ordena o Governador que sejam recolhidos às suas missões de origem, "intimando esta ordem aos Capitães das Aldeotas gentias (entre as quais a do Suru) que não consintam mais nas ditas Aldeias com pena de serem castigados..." (14).

A documentação, por nós consultada, leva a concluir que o Geru, antes de se constituir numa missão sob a égide da Companhia de Jesus, era, já há algum tempo, uma aldeia indígena pacífica, mantendo com a sociedade envolvida vínculos mais ou menos estreitos de ligação, expressos através do Capitão, "doublee" de chefe tradicional e representante do mundo civilizado.

Nessa fase inicial de acomodação, é possível que os jesuítas exercessem papel destacado através das missões ambulantes que costumavam fazer entre os índios. Talvez a ação missionária do Pe. João de Barros tenha atingido o Geru, como assinala Lourenço Hervas (15). Mas somente no ano de 1692 é que o Catálogo da Companhia de Jesus registra a aldeia do Geru como uma missão residência de padres (16).

3. A Fase Jesuítica — A Missão do Geru

Possivelmente, foi depois que os jesuítas se estabeleceram nas vizinhanças para explorar as terras compradas aos Carmelitas (1683) que iniciaram a fundação da missão residência entre os índios da aldeia do Geru, dando-lhes assistência religiosa e, ao mesmo tempo, deles se utilizando como mão-de-obra necessária ao seu novo empreendimento rural. É bem possível que a fundação da residência jesuítica no local seja de 1688, ano em que por ordem do Rei de Portugal se deu aos índios um pedaço de terra (17). A partir de então, os aborígenes do Geru, outrora senhores incontestes de extensas áreas que foram gradativamente ocupadas pelos "brancos", tornaram-se legalmente donos de uma pequena parte do antigo território tribal. Ao que tudo indica, estas terras foram demarcadas e delas tomaram posse os índios da missão, tanto assim que em 1696, quando o Pe. João Andreoni pleiteia a demarcação das Aldeias, enumera, entre as que tinham "distrito certo sinalado", a do Geru (18).

Sabemos que antes do final da centúria, a Igreja já estava edificada. Foi levantada pelo Pe. Luiz Vicencio Mamiani della Rovere (19), jesuíta italiano, cuja presença na missão do Geru é indicada no Catálogo da Companhia de Jesus do ano de 1692, juntamente com dois outros companheiros: o Pe. João Beagel e o Irmão Manuel de Sampaio (20).

Erigida sob a invocação de N. S. do Socorro, a Igreja gradativamente se transforma "*na mais ornada e bela de todas as igrejas missionárias fora da cidade da Bahia*" (21), graças aos donativos angariados junto à nobreza romana pelo Pe. Mamiani, quando em 1701 retorna à Europa, e às contribuições dos membros da Confraria de N. S. do Socorro, sediada na mesma Igreja e da qual participavam as mais destacadas figuras das redondezas (22). Sobre a Igreja do Geru, disse Lúcio Costa que é "*uma obra mestiça e vigorosa que se enquadra no importante surto de arte ocorrido de fins do século XVII a meados de setecentos naquela região (Nordeste) e que constitui a bem dizer uma escola à parte*" (23). Desgastada pela ação do tempo e do homem, a velha igreja permanece ainda como um belo exemplar da arquitetura jesuítica no Brasil.

Mas a atuação do Pe. Mamiani na missão de N. S. do Socorro do Geru não se limitou apenas à construção do famoso templo, hoje elevado à categoria de monumento histórico e artístico nacional, pois considerando "*que já em tempo de se compor hum Catecismo na língua Kiriri, bem como o há nas outras línguas, para facilitar aos novos Missionários a conversão desses Bárbaros*" (24) dedicou-se a estudar no Geru o dialeto Kipea da língua Kiriri falado na região, preparando o Catecismo da "*Doutrina Christã na Língua Brasileira da Nação Kiriri*" que aparece publicado em Lisboa no ano de 1698.

No ano seguinte, sai a lume a "*Arte de Gramática da Língua Brasileira da Nação Kiriri*", composta pelo mesmo Padre (25) da mesma missão do Geru, onde também o Padre Falleto escreve o seu livro "*De Regno Christi in Terris consummato*" (26), produções que atestam o labor intelectual dos inicianos que por aí passaram.

Estabelecidos na missão, e com uma infra-estrutura devidamente montada, os jesuítas desenvolveram sua ação missionária em relação aos índios aldeados.

Tendo como objetivo básico a transmissão dos dogmas e princípios da doutrina cristã e a indução à prática do cerimonial e ritual correspondente, transformando-se os padres em agentes de uma mudança cultural dirigida que, embora orientada especificamente para um setor da cultura, no caso a religião, terminou por atingir o sistema cultural como um todo. A formação da missão, em si, já conduzia à modificação das culturas indígenas, pela quebra das relações do homem com o meio, alterações no sistema econômico, nos padrões de relações intertribais, pela residência fixa numa aldeia regida por um sistema de poder diferente do tradicional. Eram assim os índios das missões no dizer de Thales de Azevedo "*portadores de materiais culturais já sem o seu suporte institucional*" (27). Além do mais, agindo etnocentricamente,

os padres identificaram os elementos da cultura nativa incompatíveis com a doutrina e a ética cristã, como pecados que deveriam ser combatidos, sujeitos por conseguinte a sanções sobrenaturais, e mesmo materiais, aplicadas pelos próprios jesuítas sob a forma de castigos.

Embora a cultura dos índios do Geru, e as modificações sofridas pelo contato com os civilizados, não constituam objeto de análise nesse nosso estudo, convém transcrever um pequeno trecho do Catecismo composto pelo Pe. Mamiani que nos fala das principais crenças e práticas religiosas dos Kiriri, agora interpretados como atentados ao primeiro mandamento da lei dos cristãos.

Elaborado segundo o estilo tridentino de pergunta e resposta, quando inquiridos sobre as determinações do 1º mandamento respondiam os índios:

"D – Manda também que não demos crédito às observâncias vãs e abusões dos nossos avós: porque havemos de crer em um só Deus.

M – Contai-me algumas dessas abusões para melhor guardarmo-nos delas.

D – Curar os doentes com assopro: Curar de palavras ou com cantiga: Pintar o doente com genipapo, para que não seja conhecido do diabo, e o não mate: Espalhar cinza à roda da casa onde está um defunto, para que o diabo daí não passe a matar outros: Botar cinza no caminho, quando se leva um doente, para que o diabo não vá atrás dele: Esfregar uma criança com porco-domato e lavá-la com Aloá, para que, quando for grande seja bom caçador, e bom bebedor: Não sair de casa de madrugada, nem à noite, para não se topar com a bexiga no caminho: fazer vinho, derramá-lo no chão e varrer o adro da casa para correr com as bexigas.

M – De que coisa mais havemo-nos de guardar?

D – De todas as abusões dos Feiticeiros: de advinhar as coisas futuras: de dar crédito e agouros: de botar feitiços para matar o próximo de dar crédito a sonhos. E de todas as festas supersticiosas" (28).

Nesta classificação etnocêntrica dos padres, incluía-se o ritual do Varaquidrá que tinha celebração muito afamada no Geru e, segundo o relato que dele fez o Pe. Manoel Correia (29), durava de três a quatro dias, constatava de cantos, danças, utilização ritual do fumo e tinha como ponto culminante os vaticínios. Contra este e muitos outros costumes, insurgem-se os padres preocupados em fazer dos índios bons cristãos e assim se modifica profundamente sua cultura tradicional.

Como resultado da ação catequética dos padres, consta que no ano de 1694, todos os índios da aldeia eram já batizados, exceto 20, que continua-

vam pagãos, o que denota a intensa atuação dos jesuítas, posto que a população indígena local era constituída em 1.700 de mais de 400 Kiriri⁽³⁰⁾.

Mas a ação dos padres era, por vezes, estorvada pela deserção de índios que pouco afeitos à vida rígida de horários preestabelecidos, trabalhos e rezas vigentes na missão, fugiam para outras aldeias, por vezes distantes, localizadas no São Francisco, onde viviam seus parentes ou membros do mesmo grupo Kiriri. Quando não, era o interesse dos colonos que subtraía, a influência dos padres, os índios do Geru. Contra uns e outros, reclama o Superior da missão de 1714, conseguindo do Governador as providências para que os nativos fossem restituídos à mesma, uma vez que à sua dispersão "*se seguem muitos e gravísimos inconvenientes, como são o da falta de doutrina e sacramentos na vida e na morte, viverem com liberdade em seus vícios gentílicos, e o da impunidade de seus delitos*"⁽³¹⁾, além dos prejuízos materiais que representava para os padres a evasão desta mão-de-obra.

Instalada numa área onde a pecuária se fazia com intensidade, a missão teve também os seus atritos com os criadores de gado, interessados em ampliar as suas pastagens à custa das terras dos índios. Um desses representantes locais da sociedade pastoril, Francisco de Matos de Aguiar, levantara um curral nas terras pertencentes à missão e mesmo depois de ter sido derrubado, tentava teimosamente restaurá-lo. Os indígenas representaram ao Rei contra tal proceder, e este, por Provisão de 1721, manda que os conserve na posse de suas terras⁽³²⁾.

Por vezes, índios fugidos do Geru, homiziavam-se em casa dos moradores da região, a despeito da lei que proibia dar-se asilo em casa particular aos indígenas fugidos das missões. Certamente, a prestação de serviços por parte do refugiado compensava os riscos do desrespeito à lei, sobretudo, quando se dispunha de proteção da parentela ou das autoridades conviventes. Pelo menos um destes casos, que não deviam ser tão raros, ficou registrado na História, pelo fato de ter provocado conflito entre autoridades judiciárias. Relata-o o historiador Felisbello Freire. Índios fugidos da missão do Geru homizaram-se na casa de D. Ignez Carrilho e quando os oficiais da justiça de S. Cristóvão fazem a diligência para restituí-los ao Pe. João Honorato, diretor da missão, o juiz ordinário da Abadia, parente de D. Ignez, prende os representantes da Justiça de Sergipe⁽³³⁾.

Entre querelas com os colonos, o trabalho de evangelização dos nativos e as tentativas de fazê-los aceitar o modo de vida dos civilizados, seus valores e concepções, transcorria a vida da missão do Geru na primeira metade do século XVIII, sob a administração dos jesuítas. Com frequência os índios eram

convocados para prestar serviços a El Rei. Nas muitas entradas que se fizeram para combater os mocambos, o branco dominante se utilizou dos indivíduos de uma das etnias subjugadas — a indígena — para combater a outra etnia que se rebelava — a negra. Noutras vezes, eram índios pacíficos postos a lutar contra “*índios de corso*”, eufemismo com que se designavam os aborígenes que contra-atacavam os brancos. Em diferentes ocasiões, os índios do Geru foram requisitados para pegar em armas e o fizeram em defesa do colonizador. Assim ocorreu em 1715, 1716 e 1721 conforme indicam as várias cartas escritas pelo Governador ao Provincial da Ordem⁽³⁴⁾.

Talvez essa constante participação nas campanhas punitivas movidas pelos brancos contra negros e índios, tenha contribuído para deixar os nativos, aldeados no Geru, inseguros e assustados com o ajuntamento de soldados na aldeia, quando os capitães-mores a título de passarem em revista as ordenanças, utilizavam para esse fim o terreiro da missão.

À desconfiança nascida da concentração das tropas dos brancos no território indígena, somavam-se os desmandos dos soldados cuja conduta escapava ao controle dos missionários gerando a intranquilidade na aldeia. Em face disso, o Governador determinou que tais diligências não mais se fizessem na missão e nem mesmo em distância que pudesse causar inquietação aos índios⁽³⁵⁾.

Dispomos de poucas informações sobre a situação da missão do Geru nos meados de Setecentos. Por essa época, diz Felisbello Freire, que nas aldeias indígenas de Sergipe sucediam-se desordens, revoltando-se os índios contra seus capitães, chegando mesmo a atacar a cidade de São Cristóvão, então capital, uma força de 3.000 índios⁽³⁶⁾. Especificamente, em relação ao Geru, não conhecemos dados que nos autorizem a concordar ou discordar dessa assertiva, e que nos permitam saber do clima reinante na missão por essa época.

4. A fase Pós-Missionária

4.1. A vila de Thomar e o autogoverno dos índios

Quando a política do Marquês de Pombal, relativa ao índio, foi aplicada em Sergipe, na missão do Geru encontravam-se os Pes. Emanuel Souza e Domingos de Matos⁽³⁷⁾. Contra o missionário jesuíta foi feito um libelo⁽³⁸⁾ cujo teor desconhecemos, mas que não deve diferir muito das acusações que por essa época se fizeram aos inacianos: que os padres eram ricos e os índios pobres, que punham os nativos a trabalhar em benefício da Ordem e se utiliza-

vam das terras dos índios para enriquecer etc. Assim, de conformidade com a orientação pombalina de estender a todo o Brasil (Ordenação de 8 de maio de 1758) as medidas anteriormente adotadas no Maranhão e no Pará (1755), objetivando a libertação dos índios e a secularização das missões eclesiásticas, a aldeia do Geru foi elevada à categoria de vila, conforme carta de D. José I, Rei de Portugal, ao Ouvidor da Comarca de Sergipe d'El Rei, Miguel Aires Lobo de Carvalho, com despacho do Conselho Ultramarino de 22 de novembro de 1758⁽³⁹⁾.

Na carta, estão expressos os princípios básicos da política indigenista do Marquês de Pombal: liberdade do índio, auto-administração dos seus bens e autogoverno, para cuja execução ordena ao Ouvidor de Sergipe que estabeleça a vila com o nome de Nova Távora, erga o pelourinho, estabeleça a sede da Câmara e eleja, entre os índios da localidade, o juiz, os vereadores, o alcaide e demais autoridades da vila, podendo o escrivão ser português, no caso de não haver índio capacitado para o cargo.

O termo da nova vila foi então delimitado segundo instruções contidas na referida carta, e de conformidade com o Alvará de 23 de novembro de 1700, foi demarcada "*humã légua de terra em quadra*"⁽⁴⁰⁾, cuja posse era dada aos índios. Nela não seria permitida a presença de arrendatários, dando-se-lhes o prazo de dois anos para colherem suas plantações e delas se retirarem.

Assim, passou a antiga missão dos jesuítas a viver uma nova fase, isenta da tutela eclesiástica. Os inacianos foram expulsos e para dar assistência religiosa aos índios foi indicado o padre secular Inácio Rodrigues Peixoto⁽⁴¹⁾.

Por essa época, a população da vila era constituída de 60 casais de índios, segundo José Antônio Caldas⁽⁴²⁾, enquanto Silveira⁽⁴³⁾ indica a existência de 100 casais, dentre os quais elegiam-se as autoridades locais.

Em 1760, a vila já estava constituída⁽⁴⁴⁾, mas temos poucas notícias sobre a administração do Geru feita nos moldes ditados pelo Marquês de Pombal. Em dois documentos do início do século XIX, encontramos referências ao assunto. Em 1803, o Governador da Bahia sobre o "*Estado Actual da Civilização dos Índios da Comarca de Sergipe d'El Rei*" diz que a vila de Thomar, nome que substituíra Nova Távora, "*tem escrivão, diretor e professor de primeiras letras e por Vigário hum clérigo secular: e hum capitão-mor Índio. A governança da câmara tem alternativa com os portugueses*"⁽⁴⁵⁾.

Alguns anos mais tarde, é D. Marcos Antônio de Souza que nos informa que "*serve na Câmara desta villa todos os anos um juiz ordinário índio e outro branco*"⁽⁴⁶⁾, indicando assim a vigência das normas emanadas do Governo de D. José I. E acrescenta o insigne prelado: "*Estes juizes ignorantes ordi-*

nariamente iludidos pelos seus assessores, que os arrastam por sinistras persuasões a favorecer os seus interesses, a satisfazer as suas vinganças" (47).

Não sabemos se efetivamente chegaram a ser postas em prática as determinações relativas às terras dos índios. Com o correr dos tempos foram desrespeitadas como as que davam liberdade ao aborígine. Destas, fizeram pouco caso os representantes do partido escravista, que durante o século XVIII continuavam a atuar em Sergipe, atacando as missões e as aldeias onde se concentrava o que restara da população indígena. Assim, da investida que à vila de Thomar fizeram em 1763 os comandados de Izidoro Gomes, resultaram mortos e feridos (48) e um clima de intranquilidade passa a dominar a população local constituída de índios e uns poucos portugueses (49). Não obstante, no início do século passado, a vila de Thomar representava uma das maiores concentrações de índios de Sergipe, cujos remanescentes viviam reunidos nas missões de São Pedro do Porto da Folha, Pacatuba e Japarutuba; na aldeia secular de Água Azeda e na vila de Thomar. Dos 1.641 índios aqui existentes em 1802, 458 deles habitavam a extinta missão do Geru (50), que com o passar dos anos, na condição de vila, vai atraindo cada vez mais, maior número de "brancos".

Os dados conhecidos nos permitem elaborar o seguinte quadro, a partir do qual poderemos apreciar as alterações na composição da população local, durante 25 anos, na primeira metade do século passado.

POPULAÇÃO DA FREGUESIA DE NOVA TOMAR DE 1802 a 1826

Anos	População Índia	População Não Índia	Total
1802	458	177	635
1803	Mais de 100 casais
1808	A maior parte do total	...	633
1815	Idem	...	640
1822	479	403	882
1826	425	499	924

FONTES: ANÔNIMO - *Descrição Geográfica da Capitania de Sergipe d'El Rei*, 1802, Ms da Biblioteca Nacional - ALMEIDA, Eduardo de Castro, op. cit. vol. V pág. 176 - SOUZA, Marcos Antonio op. cit. pág. 27 - PRADO, Ivo do, *A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias*, Rio de Janeiro, 1919, Mapa inserto às pp. 343-344 - *Relação nominal de todos os habitantes da Freguesia de Índios de N. S. do Socorro da Vila de Thomar*, 1822, Ms. do APES.

Observa-se na composição da população local que enquanto o número de nativos varia em torno de índices bem reduzidos, há um aumento acentuado da população não índia, que termina por sobrepujar àquela em 1826; donde se conclui que os neobrasileiros transportaram-se para o termo da freguesia do Geru, constituída de apenas uma légua em quadra de terra doada aos índigenas. Desse modo, estabeleceram-se nas terras dos índios e passaram a explorá-las conforme veremos a seguir.

4.2. A ocupação das terras pelos civilizados e a deserção dos índios

Em 1808, D. Marcos referindo-se à vila de Thomar, disse: "*A cultura deste território é muito diminuta, pouca criação de gado vaccum, mas aqui se podiam occupar os braços de 1.600 agricultores, porque o terreno pela fertilidade promete uma recompensa certa ao trabalho*"⁽⁵¹⁾.

Disso estavam convencidos os não índios, tanto assim que alguns anos mais tarde, em 1822, época em que a povoação tinha 141 fogos, era este o quadro de ocupações.

PROFISSÕES E GRUPOS "RACIAIS" NA FREGUESIA DE N. SRA. DO SOCORRO DE TOMAR DO GERU NO ANO DE 1822

Ocupações	Índio	Pardo	Branco	Negros		Total
				Crioulos	Africanos	
Lavradores	118	301	28	15	—	462
Sapateiros	6	13	—	—	—	19
Alfaiates	9	7	—	—	—	16
Ferreiros	10	2	—	—	—	12
Negociantes	—	1	7	—	—	8
Oleiros	—	—	—	1	—	1
Costureiras	1	—	—	—	—	1
Sem ocupação	335	23	1	1	—	360
Sem indicação	—	—	—	—	3	3
TOTAL	479	347	36	17	3	889

FONTE: *Relação nominal de todos os habitantes da Freguesia de Índios de N. S. do Socorro da Vila de Thomar, 1822, APES.*

Observe-se que mais da metade da população vivia da lavoura e que 74,45% dos que se ocupavam desta atividade não eram índios. Em contrapartida 93,33% das pessoas sem ocupação eram indígenas. Mesmo considerando-se que a categoria sem ocupação pode ter sido usada de forma bastante restrita, deixando de fora atividades não convencionais, o dado é significativo.

Alguns anos mais tarde a situação dos índios se tornara mais aflitiva, pois crescera o número de desocupados e diminuía, muito sensivelmente, o número dos que se ocupavam da lavoura. Com efeito, em 1825, dos 426 indígenas aí existentes, 398 viviam sem ocupação e apenas 21 dedicavam-se às lides agrárias⁽⁵²⁾.

Estes dados revelam muito claramente que, no primeiro quartel do século, os brancos ocupavam e exploravam a maior parte das terras que por lei pertenciam aos nativos, gerando conflitos, que por vezes resultavam em mortes, segundo consta nas acusações que contra os aborígenes do Geru fez a Câmara de Itabaianinha:

"Em 24 de Dezembro de 1807 desatinaram-se a darem pancadas nos Povos daquela Freg^a fizeram muitos ferimentos, matarão ahu Homem. Em junho de 1825 atacarão a 1^o Per^a na ocasião em que sahia da missa com sua família e o matarão. Em 7^{bro} de 1826 atacarão aos Proprietários Alfes Mel Al^s Lial, e o Cap^m Fran^{co} Pires de S^{za}, dando um tiro no dito Alfes, e outro no dito Cap^m e matarão hu Vaq^o destes"⁽⁵³⁾.

Esta situação resultava, em parte, da aplicação das leis emanadas do Governo de D. José I sob a inspiração do Marquês de Pombal, pois apesar da extinção dos cargos de diretores de Índios em 1798⁽⁵⁴⁾, em relação às vilas parece que a situação não se modificara, fazendo com que no caso particular se aplique ao Geru, muito apropriadamente, a apreciação que desta política fez um antropólogo, estudioso dos problemas dos aborígenes brasileiros.

"Esta farsa libertária só representou para os índios o direito de serem explorados sem ter para quem apelar. Os administradores das vilas foram recrutados, em geral entre vizinhos que cobiçavam as terras da antiga missão ou a seara representada pelo controle da força de trabalho de todos os índios aldeados.

Em pouco tempo, uma população sertaneja cresceu em torno da igreja e do pelourinho, tomando a direção de todos os negócios e submetendo os índios a tais vexames que os obrigavam a abandonar as suas antigas aldeias ou os condenavam a sobreviver como núcleos marginais em condições incomprimíveis de penúria"⁽⁵⁵⁾.

A ocupação das terras dos índios pelos civilizados, mesmo quando sob a forma de arrendamento ou aforamento era lesiva aos aborígenes que recebiam por elas um pagamento irrisório. Outra alternativa, era que as rendas dessas terras não revertiam em benefício da comunidade indígena, sendo consumidas apenas pelos administradores, por vezes chefias nativas que delas usufruíam em benefício próprio e dos seus familiares. Estas formas de espoliação dos bens dos índios, que têm sido freqüentemente registradas nas comunidades indígenas em conjunção com a sociedade nacional⁽⁵⁶⁾, ocorreram também no Geru⁽⁵⁷⁾.

Nestas circunstâncias, sem terras para plantar, nem rendas que lhes garantissem a sobrevivência, os índios vêem-se forçados a abandonar o território da antiga missão, transferindo-se gradativamente para umas matas muito pouco habitadas que ficam à leste do Geru, onde passaram a fazer suas roças.

Não dispomos de documentos que nos informem quando começou exatamente, esta emigração. Diz o vigário do Geru Antonio Moniz Bitencourt: "... no ano de 1832 quando tomei posse desta Freg^a já os achei transferidos para o interno das Matas que dizem suas..."⁽⁵⁸⁾ e assim talvez se explique a acentuada diminuição da população indígena, aí registrada no período compreendido entre 1822 — 479 índios — e 1839 — 338 índios⁽⁵⁹⁾.

Neste espaço de tempo, ocorreu um fato que não sabemos ao certo até que ponto provocou alterações quantitativas da população indígena local. O Governo Central por portaria de 27 de agosto de 1825, atendendo solicitações dos proprietários de terras, autoriza a remoção dos índios de Água Azeda, aldeia localizada nas proximidades de São Cristóvão, para a vila de Tomar de Geru⁽⁶⁰⁾. Executada a transferência, sabe-se que os índios retornaram à sua antiga aldeia⁽⁶¹⁾.

Se esta ocorrência não chegou a interferir no contingente numérico dos índios do Geru, serviu pelo menos para mostrar, mais uma vez, aos nativos a precariedade de sua situação, e, como os seus destinos eram regidos pelos interesses dos "brancos".

Os atritos torna-se-ão mais acentuados, quando para dar cumprimento ao Código do Processo Criminal do Império procede-se a reorganização da divisão administrativa da Província e por Resolução do Conselho do Governo datada de 4 de maio de 1833, declara-se "*extinta a Villa de Thomar do Geru, fica em seu lugar erecta em Villa a Povoação de Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha*"⁽⁶²⁾. Pouco depois, por decreto Regencial de 3 de junho do mesmo ano, a administração dos bens dos índios passa para o Juiz dos Órfãos sediado na nova vila⁽⁶³⁾.

Estes fatos deram motivo a alguns atos de rebeldia contra as autoridades, pois os índios, ou pelo menos os seus líderes, sentiram-se desprestigiados e duramente atingidos pela decisão que desfazia o ato de D. José I, sob inspiração do Marquês de Pombal. Assim, tentam impedir a mudança do Cartório e do Arquivo da extinta vila, ou, pelo menos, disso são acusados. O fato é que até o ano de 1836 a mudança não se efetudara. Doutro lado, a administração de suas terras era ponto de atrito e neste mesmo ano, são acusados de tentativa de assassinato contra o Juiz dos Órfãos⁽⁶⁴⁾.

Se os mais exaltados, talvez insuflados por "brancos" que tinham interesse em manter a vila no Geru, opunham uma resistência ativa, muitos deles optam passivamente pela emigração para as matas, e assim o movimento que se iniciara anos antes, acentua-se, sendo registrado pelo pároco local. *"Desde o ano de 1832, quando principiei aqui o exercício de pároco, ainda observei neste povoado umas barraquinhas aliás casinhas de índios; depois q esta villa antiga foi desmembrada p^a Itabaiana, logo ao depois forão os Índios descontentes, e p. este motivo, venderão as casinhas e se evadirão p. o interior das Matas que dizem suas..."*⁽⁶⁵⁾.

Por essa época, a sorte dos índios estava *"confiada a todos os órgãos gerais e locais do poder público"*,⁽⁶⁶⁾ segundo determinações do Ato Adicional à Constituição do Império, enquanto os seus bens, conforme dissemos acima, estava sob a guarda dos juízes dos órgãos. Mas as autoridades locais, representantes do mundo civilizado, estavam bastante identificadas com os interesses dos "brancos" para fazerem valer os direitos dos índios sobre as terras que eles cobiçavam. Nessa contingência, a migração dos índios para as matas, que fora facilitada de certo modo pela fraca densidade populacional e indefinição de propriedade das terras da Chapada, por onde eles se dispensaram, atendia aos interesses econômicos dos regionais, que para garantirem a ocupação que tinham feito das terras dos índios, habilmente, servem-se de todos os atritos surgidos entre os indígenas e as autoridades de Itabaianinha. Assim é que no ano de 1836, quando a Câmara daquela vila instrui o Juiz de Paz para que faça o alistamento da Guarda Nacional, no distrito do Geru, os índios aí se reúnem, e contestando aquela autoridade, promovem um alistamento à parte e nele se inscrevem quase todos os cidadãos quer os moradores da Freguesia quer os que têm roças nas matas, pois ameaçavam os índios de expulsar dos limites das suas terras os que aderissem ao alistamento executado pelo Juiz de Paz. A propósito deste fato a Câmara de Itabaianinha, reclama providências junto à Presidência da Província, enumerando uma série de acusações contra os índios; sendo no seu entender *"a vida dessa gente dar pancadas, fazerem*

asacinos, furtarem e intimidarem a tudo", propondo como solução, a dispersão dos aborígenes "*para diferentes lugares q nessa sorte ficarão com as forças quebradas*" (67), uma nova formulação do velho princípio do dividir para melhor governar, política recomendada pelo Conde dos Arcos no manejo dos negros, e sobretudo uma tentativa de afastá-los definitivamente para longe de suas terras e assim considerá-las devolutas.

Por essa época, a vila de Itabaianinha se declara impotente para fazer cumprir as determinações de suas autoridades e se sente insegura sob a ameaça de invasão e revolta: "*Dizem (os índios) de público q estão mto certos no que fizeram seos parentes na Cid^e do Pará e que elles não duvidarão fazer o mesmo*" (68).

Por seu turno, o vigário do Geru, não tinha sobre os índios nenhuma ascendência moral que lhe permitisse manter um certo controle sobre a conduta dos nativos, de modo a coibir os excessos resultantes dos ânimos exaltados. Através da correspondência enviada ao Presidente da Província, revela-se um homem insensível aos problemas dos aborígenes, identificado com os interesses dos proprietários de terra, e comugando dos estereótipos negativos acerca dos índios. Declara em ofício "*... athe a prezente tenho escapado segundo o dito destas feras bravas*" (69), acrescentando que já não tem esperanças de modificá-los.

A dispersão de uma parcela dos índios do Geru pelas matas, não fez cessar contudo os atritos entre eles e a sociedade envolvente. Os choques de interesses com os civilizados tornavam-se cada vez mais acirrados gravitando em torno das terras, que ocupadas pelos brancos a título de arrendamento, legalmente continuavam a pertencer aos índios que reclamavam as taxas pela sua ocupação. Apelam em 1840, para o Presidente da Província, numa representação cujo teor desconhecemos, mas à vista das providências tomadas, infere-se que o tema dominante das reclamações era relativo às suas terras. Com efeito, ao examiná-la, a Assembléia Provincial é do parecer que se peça ao Juiz de Órfãos de Itabaianinha para mandar:

"1ª huma relação do terreno arrendado ou aforado, e o nominal de seos arrendatários e foreiros, e do que se acha p. arrendar, e sua capacidade; 2ª se o terreno arrendado ou aforado está p. anno ou p. vidas e p. quanto, e a quanto monta simé contrato; 3ª quanto se acha arrecadado e p. arrecadar, onde existe o produto arrecadado ou que aplicação tem tido" (70).

A resposta do Juiz é outro documento importante que não conseguimos localizar, mas o fato é que no ano seguinte, uma lei provincial (71) determina que se faça aviventação da demarcação dos terrenos dos índios do Geru e logo

em seguida a Assembléa Provincial é do Parecer "*que se ponha em arrendamento sem perda de tempo por anno ou annos, o terreno dos sobreditos Índios, que por elles não estiver occupado, mediante arrematação em Hasta pública*" por considerar que tais bens constantes de terras aproveitáveis em lavoura e criação, se achão sem legítima Administração, e por conseguinte em total abandono (72). Mas os conflitos continuam e nem mesmo a administração do Diretor Geral dos Índios da Província, criada por Lei Provincial 18/3/1844 para inspecionar as aldeias indígenas de Sergipe, melhorou a situação, e novamente em 1847 vêm os índios do Geru, desta vez pessoalmente, representar a Presidente contra a usurpação das suas terras (73). Neste mesmo ano, o Juiz de Itabaianinha que procedia a aviventação da demarcação das terras dos aborígenes, teve problemas com várias pessoas que se julgavam com direito às terras dos índios (74).

A esta altura, a população indígena do Geru ou pelo menos a maior parte dela, residia nas matas da Chapada, localizadas no atual município de Cristinápolis e as informações sobre a permanência de aborígenes no Geru, no início da segunda metade do século, são bastante contraditórias. O Diretor Geral dos Índios, autoridade encarregada pelo Governo Imperial de cuidar dos interesses dos nativos e fazer valer os seus direitos, que de conformidade com o Regulamento de 1845 substituíra o Diretor criado pela Lei Provincial de 1844, afirma em seu relatório de 23.12.1850 que na aldeia do Geru existiam 522 índios (75), sendo contestado pelo Presidente da Província segundo o qual no ano de 1851 não mais existia aí um só índio (76).

Esta assertiva do Presidente que à primeira vista poderia encobrir interesses escusos de negar a presença de índios, para que suas terras fossem consideradas devolutas, encontra apoio nas informações do Pároco do Geru que desde muito antes registrava o movimento migratório dos índios, e afirma que em 1851 existia aí, apenas uma índia (77). Dela se aproxima a informação de Frei Cândido do Taggia, missionário capuchinho que tomara a defesa dos índios na luta contra o esbulho de suas terras, e que em 1849 diz "*que bem poucos são que abitão naquelle lugar, (Geru) tendo se desterrados quasi todos...*" (78).

Diante desses dados, somos levados a crer que as matas da Chapada terminam por absorver a população indígena do Geru, sendo bem possível que a informação do Diretor Geral dos Índios, que consigna tão elevado número de aborígenes na antiga missão na segunda metade do século passado, resulte de um equívoco, pois nas matas da Chapada os índios continuavam sendo conhecidos como "*índios do Geru*" (79).

Na verdade, ainda que todos eles tivessem mudado de habitat, eram múltiplos os vínculos que os prendiam à velha missão. Além dos laços de solidariedade aos antepassados, havia as terras que lhes pertenciam por lei⁽⁸⁰⁾ e estavam arrendadas aos brancos. Além do mais, na pequena povoação, iam satisfazer as necessidades criadas pela civilização e cristianização. Com o passar dos anos, esta vinculação que era, a princípio bastante estreita, tornar-se-á cada vez mais tênue na dependência de uma série de fatores. Vejamos como isto ocorreu.

A princípio, diz o pároco do Geru, que os índios passavam a semana nas matas, cuidando de suas roças *"e nos dias de sábado vinhão p aqui (Geru) ter suas casas nos Domingos de tarde, hião p as mesmas Matas e antes de suas hidas Baptizavão seus filhos e casavão e recebião os mais sacramentos..."*⁽⁸¹⁾. Na qualidade de pastor de almas, o padre insiste na satisfação das necessidades de ordem espiritual, às quais podemos acrescentar as de ordem material, pois nas suas idas ao Geru suprimiam-se os índios de sal, querosene, fósforos, utensílios e muitos outros produtos indispensáveis a uma população indígena fortemente aculturada. Mas, gradativamente, o Geru vai perdendo sua função de foco de atração dos índios que outrora aí habitaram. Desaparece primeiro sua função de centro abastecedor de produtos do mundo civilizado, pois no final da década de 40, uma feira se formou na localidade da Chapada nas terras ocupadas pelos índios e a esta altura, também, por muitas pessoas que não eram índios. Esta feira que deu origem à atual cidade de Cristinápolis, subtraiu em parte a influência que o Geru exercia sobre os índios, transformando-se em centro de abastecimento dos gêneros de primeira necessidade e de mercado para o excedente da pequena lavoura indígena. A interferência da feira nas relações entre os índios emigrados para a Chapada e a povoação do Geru, foi assim registrada pelo velho vigário desta localidade *"... antes de se instituir a Feira da Chapada vinhão (os índios) assiduamente para aqui receberem os benefícios espiritualistas depois daq^{la} Feira continuarão a vender suas casinhas e estando a Feira em comércio acrescida, foram aplicando-as ali..."*⁽⁸²⁾.

Com o correr do tempo as idas ao Geru reduziam-se ao cumprimento das obrigações religiosas: batizar os vivos e enterrar os mortos, serviços que lhes eram prestados gratuitamente e com certa assiduidade na década de 40, pois as demais povoações ficavam distante e os caminhos cortados por rios se tornavam impraticáveis, sobretudo no inverno.

Conquanto as viagens à antiga missão, com objetivo de enterrar os mortos ainda persistam pela década seguinte, dando margens a reclamações do pá-

roco que se julga lesado em seus interesses, por prestar serviços gratuitamente a indivíduos que já não habitam no termo da sua freguesia, e que se sente importunado pela insistência dos índios em quererem enterrar cada vez mais raras na medida em que, na Chapada, fundam-se cemitérios e erige-se a Igreja, de modo que no ano de 1869, pode o pároco Antonio Muniz Bitencourt dizer que os índios já "*não se lembram do Geru*"⁽⁸³⁾, enquanto, na nova aldeia da Chapada, continuarão seus conflitos com os nacionais, com os quais, apesar de mais de três séculos de contato, não se identificaram e continuaram afirmando-se índios mesmo que sua cultura tradicional estivesse já bastante modificada.

5. Conclusões

1. Quando se deu a fundação da missão-residência jesuítica no Geru, já os índios Kiriri da localidade se relacionavam pacificamente com os civilizados interagindo com a sociedade envolvente e manifestando em relação a esta, uma situação de subordinação expressa sob a forma de prestação de serviços.

2. Conquanto o período missionário seja relativamente curto, marcou a povoação no seu aspecto físico através do erguimento do famoso templo e também no seu aspecto social, agregando os índios das redondezas que passaram a ter, nos padres, intermediários entre eles e o mundo civilizado.

3. O período missionário, fase de intensa desagregação da cultura nativa e sua substituição por padrões culturais da civilização ocidental cristã, enseja a documentação da língua e dos costumes dos aborígenes locais.

4. A aplicação da política do Marquês de Pombal à missão do Geru, e sua conseqüente elevação à categoria de vila, em nada contribuiu para o melhoramento do nível de vida da população indígena local que, entregue a si mesma, é facilmente envolvida pelos regionais, que na satisfação dos seus interesses ignoram os direitos dos índios.

5. Nas relações dos índios do Geru com a sociedade envolvente, colonial e depois nacional, a incorporação da força de trabalho dos aborígenes e de suas terras pelos brancos, constituem no decorrer da história local, constantes elementos de discórdia entre as duas etnias em contato.

6. Os conflitos provocados pelas tentativas de utilização da mão-de-obra indígena, aparecem com freqüência na documentação referente ao período pré-missionário e missionário, mas prolongaram-se pelos anos subseqüentes.

7. Os conflitos por causa das terras, que devem ter sido constantes e acirrados na fase inicial da expansão da fronteira pastoril pela área, arrefeceram um pouco com a demarcação de uma pequena parte do antigo território tribal, reservado aos índios e a presença dos jesuítas na missão. Mas o dispositivo legal não fez cessar os atritos por causa das terras, tanto assim que aparecem documentados já no século XVIII e se intensificam no século XIX, culminando com a ocupação das terras dos índios pelos civilizados, forçando aqueles a abandonarem o território da antiga missão em busca de novas terras que garantissem sua sobrevivência.

8. Depois da emigração para o novo local, os índios continuam vinculados ao Geru onde vão desobrigar-se das necessidades criadas pela civilização e particularmente pela cristianização. Essa vinculação se atenua na medida em que, no novo habitat, vão surgindo núcleos sociais capazes de satisfazerem essas necessidades.

9. Apesar da pressão aculturativa exercida pelos missionários, do contato com os civilizados por mais de três séculos e do convívio direto com os neobrasileiros locais, de quem provavelmente muito pouco diferiam racial e culturalmente, os habitantes índios da antiga missão do Geru não haviam perdido a sua identidade étnica e continuavam afirmando-se índios. Nesta condição emigraram para as matas da Chapada, onde continuarão sua tentativa de sobreviver como entidade étnica diferenciada da nacional.

10. Os dados referentes à população indígena do Geru não confirmam uma vertente interpretativa da historiografia brasileira segundo o qual a transformação das antigas aldeias indígenas em vilas e cidades⁽⁸⁴⁾ seria indicativa do processo de incorporação das populações indígenas locais à nova ordem e de sua assimilação à sociedade nacional. Corroboram antes a análise de Darcy Ribeiro, segundo a qual o processo de transformação das aldeias indígenas em cidade, se fez através da exclusão dos índios, que ora continuaram vivendo "ao lado de cidades que cresceram em seus aldeamentos, sem fundir-se com eles", como é o caso dos Fulniô de Águas-Belas (Pe) ou dos Xocó-Cariri de Porto Real de Colégio (Al), ora "foram compelidos a abandonar as antigas aldeias transformadas em vilas e a acoitar-se mais longe, como os Xukuru, da serra de Urubá, em Pernambuco"⁽⁸⁵⁾ e outros grupos aos quais se acrescentam os Kiriri do Geru.

NOTAS

- (1) GARCIA, Rodolfo – Dicionário Histórico, Geográfico do Brasil, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1822, Tomo I pág. 262.
- (2) Idem, *Ibidem*, Tomo I pág. 263.
- (3) EDELWEISS, Frederico – As missões dos Quiriris e de outros Tapuias ao tempo de Frei Martinho de Nantes, in *Anais do II Congresso de História da Bahia 1952*, pág. 371.
- (4) LOUKOTKA, Cestmir – Les Langues non-Tupi du Brésil du NordEst in *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, Ed. Anhembi, S. Paulo – 1955, II vol. pág. 1.033.
- (5) LEITE, Serafim S. I – História da Companhia de Jesus no Brasil, INL – Rio de Janeiro e Livraria Portugália – Lisboa, 1945, Tomo V págs. 286 e 324.
- (6) LEITE, Serafim S. I. op. cit. Tomo V pág. 324.
- (7) FREIRE, Felisbello História de Sergipe – Rio de Janeiro, 1891, pág. 48.
- (8) Idem, *Ibidem* pág. 53.
- (9) Documentos Históricos, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1929, Vol. XII pág. 38-40.
- (10) Idem, vol. IV págs. 192-194.
- (11) Idem, vol. VIII págs. 412-413.
- (12) Idem, vol. XII págs. 367-387.
- (13) LEITE, Serafim S. I. op. cit. vol. V pág. 324.
- (14) Documentos Históricos, vol. XXXII pág. 230.
- (15) FERRARI, Afonso Trujillo. Os Kariri de Porto Real de Colégio – um grupo tribal abasileirado, in *Revista de Sociologia S. Paulo*, 1956 vol. XVIII nº 3, pág. 283.
- (16) LEITE, Serafim S. I. op. cit. vol. V pág. 325.
- (17) Ofício do Pároco do Geru ao Presidente da Província em 1.1, 1853 Ms. do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). Clero. Pacotilha 118.
- (18) Documento transcrito por DIAS, Eduardo – Para a História dos Ávilas da Bahia, in *Anais do 1º Congresso de História da Bahia IHGB*, 1950, vol. II, pág. 379.
- (19) LEITE, Serafim S. I. op. cit. Tomo V pág. 326.
- (20) Idem, *Ibidem* pág. 326.
- (21) Idem, *Ibidem* pág. 326.
- (22) Idem, *Ibidem* pág. 326.
- (23) COSTA, Lúcio – A arquitetura dos jesuítas no Brasil in *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, 1941 nº 5 pág. 42.
- (24) MAMIANI, Luiz Vicêncio – Catecismo Kiriri, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1942.
- (25) O Pe. Serafim Leite atribui a autoria do Catecismo e da Gramática Kiriri ao Pe. João de Barros, reservando ao Pe. Mamiani apenas o trabalho de prepará-la para publicação, opinião da qual discorda EDELWEISS op. cit. pág. 374.
- (26) LEITE, Serafim S. I. op. cit. Tomo V pág. 326.
- (27) AZEVEDO, Thales, Catequese e aculturação in *Cultura e Situação Racial no Brasil*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 1966, pág. 154.
- (28) MAMIANI, Luiz Vicêncio, op. cit. pág. 84.
- (29) LEITE, Serafim S. I. op. cit. Tomo V págs. 297 a 299.
- (30) Idem, *Ibidem*, pág. 327.
- (31) Documentos Históricos, vol. III págs. 313-314.
- (32) Idem, vol. LXIV págs. 81-82.

- (33) FREIRE, Felisbello, op. cit. pág. 188.
- (34) Documentos Históricos, vol. LXII pág. 254. vol. XLII págs. 334-335 e vol. XLIV págs. 139-140.
- (35) Idem, vol. XLV págs. 90-91.
- (36) FREIRE, Felisbello, op. cit. pág. 189.
- (37) LEITE, Serafim S. I. op. cit. Tomo VII pág. 435.
- (38) Idem, Tomo V pág. 325.
- (39) FREIRE, Felisbello, op. cit. pág. 194.
- (40) Documentos Históricos, vol. LXIV pág. 67.
- (41) LEITE, Serafim S. I. op. cit. Tomo V pág. 325.
- (42) CALDAS, José Antonio — Notícia Geral desta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, nº 57.
- (43) Citado por LEITE, Serafim S. I. op. cit. Tomo pág. 327.
- (44) ALMEIDA, Eduardo Castro de, Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, Rio de Janeiro, 1914, vol. I pág. 368.
- (45) Idem, vol. V. pág. 176.
- (46) SOUZA, Marcos Antonio — Memória sobre a Capitania de Sergipe — Aracaju, 1944, pág. 27.
- (47) Idem, Ibidem, pág. 27.
- (48) FREIRE, Felisbello, op. cit. pág. 200.
- (49) Documento transcrito por ACCIOLI E AMARAL B. in Memórias Históricas e políticas da Bahia, Imprensa Oficial do Estado, Bahia, 1937, vol. V pág. 128.
- (50) ANÔNIMO — Descrição Geográfica da Capitania de Sergipe d'El Rei 1802 — Ms da Biblioteca Nacional (Cópia xerográfica do Departamento de História e Filosofia da UFS).
- (51) SOUZA, Marcos Antonio, op. cit. pág. 27.
- (52) Idem, Ibidem e Relação Nominal de todos os índios da Freguesia da Villa de Thomar do Geru, Província de Sergipe d'El Rei, 1825 Ms. do APES Pacotilha sn.
- (53) Ofício da Câmara Municipal de Itabaianinha ao Presidente da Província, 30.1.1836 Ms. do APES. Pacotilha 114.
- (54) OTÁVIO, Rodrigo — Os Selvagens Americanos Perante o Direito — Companhia Editora Nacional, Brasileira, vol. 251, 1945, pág. 111.
- (55) RIBEIRO, Darcy — Os Índios e a Civilização, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970, pág. 52.
- (56) Citemos apenas alguns exemplos estudados por: PINTO, Estevão, Etnologia Brasileira — Fulniô os últimos Tapuias — Companhia Editora Nacional, S. Paulo 1956 pág. 14 seg. MELATTI, Julio César — Índios e Criadores. Ed. do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro, 1967, p. 78 seg.
- (57) Relação exacta q faz o R^{mo} Miss. Fr. Cândido de Taggia à sua Excia o Senr. Presid^{te} da Província de Sergipe o Dr. Zacarias de Gois e Vasconcelos, 1849. Ms do APES. Clero, Pacotilha 117.
- (58) Ofício do Pároco do Geru ao Presidente da Província, 1.1.1853. Ms do APES. Clero, Pacotilha 118.
- (59) Mapa exato da População da Freguesia de Índios de N. S. do Socorro da Villa de Thomar do Geru, 1830, Ms. do APES. Pacotilha sn.
- (60) Ofício do Presidente da Província ao Ministro e Secretário do Estado de Negócios do Império 5.11.1825, Ms. do APES G¹ 267 pág. 133.

- (61) Ofício do Presidente da Província ao Ministro e Secretário do Estado de Negócios do Império. 10.2.1829. Ms. do APES, G¹ 276 pág. 31.
- (62) Livro de Atas do Conselho do Governo – 1932-1834, APES sn. pág. 16.
- (63) Circular aos Juizes de Órfãos da Província. 8.11.1833. Ms. do APES G¹ 280 pág. 28.
- (64) Ofício do Juiz de Paz do Distrito de Geru ao Presidente da Província, 11.3.1835. Ms. do APES. Pacotilha 383 e Ofício da Câmara Municipal de Itabaianinha ao Presidente da Província, 30.1.1836. Ms. do APES. Clero, Pacotilha 114.
- (65) Ofício do Pároco do Geru ao Presidente da Província, 24.11.1851. Ms. do APES. Clero, Pacotilha 118.
- (66) OTÁVIO, Rodrigo – op. cit. pág. 150.
- (67) Ofício da Câmara Municipal de Itabaianinha ao Presidente da Província, 30.1.1836. Ms. do APES. Clero. Pacotilha 114.
- (68) Idem, Ibidem.
- (69) Ofício do Pároco do Geru ao Presidente da Província, 16.3.1836. Ms. do APES. Clero. Pacotilha 114.
- (70) Ofício da Assembléa Legislativa ao Secretário do Governo da Província, 5.2.1840. Ms. do APES. Pacotilha 9.
- (71) Lei Provincial nº 52 de 11.2.1841. Livro de Leis Sergipanas.
- (72) Parecer anexo ao ofício da Assembléa Provincial ao Secretário do Governo da Província, 18.2.1841. Ms. do APES. Pacotilha 9.
- (73) Falla com que o Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. José Ferreira Souto, abriu a 2ª sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe, em o dia 3 de maio de 1847. In Correio Sergipense Anno X nº 45, 19.6.1847. BPES.
- (74) Expediente do Governo da Província, 20.11.1847 Correio Sergipense, Ano X, nº 18, 6.3.1847 – BPES.
- (75) Ofício do Presidente da Província ao Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Império. 24.3.1851. Ms. do APES. G¹ 243.
- (76) Idem, Ibidem.
- (77) Ofício do Pároco do Geru ao Presidente da Província, 24.11.1851. Ms. do APES. Clero. Pacotilha 118.
- (78) Relação exata q faz o R^{mo} Pe. miss. Fr. Cândido de Taggia à sua Excia o Senr. Presid^{te} da Província de Sergipe. o Dr. Zacarias de Gois e Vasconcelos, 1849. Ms. do APES. Clero. Pacotilha 117.
- (79) Ofício da Câmara do Espírito Santo ao Presidente da Província em 9.4.1850. Ms. do APES. Pacotilha 43. Em vários outros documentos encontra-se também essa referência.
- (80) Ofício do Pároco do Geru ao Presidente da Província, 27.11.1859. Ms. do APES. Clero.
- (81) Ofício do Pároco do Geru ao Presidente da Província, 2.10.1869. Ms. do APES. Clero. Pacotilha 121.
- (82) Idem, Ibidem.
- (83) Ofício do Pároco do Geru ao Presidente da Província, 2.9.1850. Ms. do APES. Clero. Pacotilha 118.
- (84) Ofício do Pároco do Geru ao Presidente da Província, 2.10.1869. Ms. do APES. Clero. Pacotilha 121.
- (85) Capistrano de Abreu apresenta uma extensa relação de antigas aldeias indígenas transformadas em Vilas. Vide Capítulos de História Colonial 1500-1800 – Rio de Janeiro, Briquet, 1954. Encarte às págs. 282-283.

FAUSTO CARDOSO: AS IDÉIAS DE UM LÍDER

Terezinha Oliva de Souza

(Capítulo da Dissertação "Fausto Cardoso: um movimento anti-oligárquico?")

Ensina Plekhanov que o indivíduo faz História, quando "descobre a lógica das relações sociais e passa a influir sobre a psicologia social" (1). Não é de hoje este ensinamento, mas o herói ainda teima em sobrepor-se ao ser coletivo, no contexto da arraigada tendência do culto ao indivíduo, abstraído da realidade histórica que o gerou. Neste particular, pecam as versões sobre a revolta de 1906, que, em Sergipe, no quadro da política dos governadores, pretendeu derrubar o Governo Guilherme Campos, expressão do continuísmo oligárquico do mais poderoso grupo político sergipano dos começos da República. O movimento que, aliás, passou à História com o nome de "revolta Fausto Cardoso", é sempre visto como o embate entre duas personalidades, a do oligarca, configurada no Monsenhor Olímpio Campos, e a do "libertador", encarnada no deputado Fausto de Aguiar Cardoso. Nesta linha, ignora-se o contexto em que ocorreu a revolta, e foge-se de explicações mais consistentes e menos personalistas, que levem em conta o fenômeno da oligarquização e o momento crucial de uma crise econômica persistente, em que se debatia o pequeno Sergipe, na oportunidade da eclosão do movimento.

Levando em conta esta orientação, não se desconhece entretanto a importância dos agentes históricos. Importa saber se Fausto Cardoso teria descoberto a lógica das relações sociais, ou se falhou no papel que a História lhe teria confiado. Impõe-se assim um estudo, ainda que panorâmico, da sua atuação e das idéias que nortearam basicamente a sua atividade política. Poeta, pensador, jurista, jornalista e orador, não será possível aqui uma abordagem completa da sua obra, pretendendo-se apenas a apresentação de um conjunto

de idéias estranhamente ignoradas, ou, no mínimo, pouco conhecidas. A obra do pensador, do expoente do monismo haeckeliano, aparecerá apenas como referência, já que Fausto Cardoso pautou sua atividade político-jornalística nas idéias que abraçou, fruto da convivência com Tobias Barreto, mestre da Faculdade de Direito de Recife. Esta é, aliás, a parte mais divulgada da sua obra, nas análises de conjunto sobre a Escola do Recife⁽²⁾, ou nos estudos sobre a produção cultural na Primeira República.

Não se encontram com facilidade os livros de Fausto Cardoso; quase todos, esgotados ou desaparecidos, existem em raras bibliotecas. Além dos poemas insertos em Antologias, dos artigos de jornais e da coletânea sobre a atuação política de Martinho Garcez que organizou, tudo o mais na sua obra revela o esforço de explicação da História e do Direito, segundo a filosofia monística⁽³⁾.

Segundo Clóvis Beviláqua, a Escola do Recife foi

"uma orientação filosófica progressiva que não impedia a cada um investigar, por sua conta e ter idéias próprias, contanto que norteadas cientificamente"⁽⁴⁾.

Assim, se Fausto Cardoso conheceu, através do mestre, o Monismo, não lhe seguiu os passos no caminho da indagação filosófica. Estudando Kant e Noiré, Tobias Barreto abandonara o monismo "naturalístico" de Haeckel, abraçando o monismo de Noiré, a que denominou "filosófico". É que ele percebeu a cultura como antítese da natureza, relacionando aquela com a idéia de finalidade e esta com a de causalidade⁽⁵⁾. Para Noiré, o universo é composto de átomos iguais, com duas propriedades inseparáveis, o sentimento (propriedade interna) e o movimento (propriedade externa). O predomínio do sentimento secundado pela causa final, enquanto o do movimento secundado pela causa eficiente.

Fausto Cardoso compreendia, no monismo filosófico, uma posição dualista que não podia aceitar. Para ele, seguindo Haeckel, o universo se reduz à unidade pura e simples, obedecendo a uma lei única, a lei de biogenia fundamental de Haeckel. De acordo com ela,

"a história dos gêneros resume a história da espécie, ou, mais explicitamente, a série das formas pelas quais passa o organismo individual, a partir da célula primordial até o seu pleno desenvolvimento, não é mais do que uma recapitulação em miniatura da lon-

ga série de transformações sofridas pelos antepassados do mesmo organismo, desde os tempos mais afastados até os nossos dias"⁽⁶⁾.

Fausto Cardoso é considerado a maior expressão do monismo radical no Brasil. Um autor português, que escreveu obra de crítica à cultura brasileira, realçou o seu papel como pensador "*de certa originalidade*"⁽⁷⁾, que cerceou as arestas do teleologismo deixadas por Tobias Barreto. Ele fez discípulos, como Graça Aranha e Almaquio Diniz, e, por isto, chega a ser considerado por Machado Neto como o chefe de "*uma dissidência ou sub-escola dentro do movimento do Recife*"⁽⁸⁾.

Pensava escrever vasta obra, difundindo a sua interpretação monística da sociedade e da História, sob o título genérico de "*Cosmos do Direito e da Moral*". Dela saíram apenas a "*Concepção Monística do Universo*", de 1894 e a "*Taxinomia Social*" de 1898. Deixou uma outra, "*Lei fundamental da História*", que parece ter-se perdido num incêndio da Imprensa Nacional⁽⁹⁾. Nestas obras, sua contribuição consistiu em aplicar o Monismo a determinados campos da cultura. Na primeira, aplicou a interpretação monística ao Direito e na segunda, à História. Quis ser o "*Kepler da mecânica social*"⁽¹⁰⁾ e formulou, parodiando Kaeckel, a lei fundamental da História a que Graça Aranha, prefaciando a "*Concepção Monística do Universo*", propôs que se desse o nome de

"lei do sr. Fausto Cardoso, como uma homenagem ao primeiro que formulou a relação existente no mundo dos fatos e até hoje estranha ao nosso pensamento"⁽¹¹⁾.

Esta lei tem o seguinte enunciado:

"A história de cada sociedade, seja qual for a sua posição na escala histórica em geral, é uma recapitulação em miniatura, abreviada, das fases anteriores da história universal"⁽¹²⁾.

Fausto Cardoso estava convencido da cientificidade da História. Porém, segundo o espírito positivo e monista, entendia que era necessário encontrar a lei única de explicação dos fatos históricos. Disso tratou em vários artigos publicados nos jornais em que colaborou e na série "*A Ciência da História*", publicação inconclusa da Revista Brasileira, na qual traçando uma panorâmica da historiografia, criticou a visão comteana e afirmou suas esperanças na His-

tória como ciência. A lei fundamental da História aparecia assim como a solução do problema. Acreditava que o progresso e a conquista da liberdade eram metas da História e via na luta de classes um componente necessário do processo histórico. Entretanto, embora certamente conhecesse Marx, não se refere às suas obras ou à contribuição marxista para a História científica. Conforme a crítica de André Bruno, Fausto Cardoso "não pôde ultrapassar a concepção mesológica de Buckle" (13).

Procurou aplicar à História do Brasil suas concepções e em 1892, escreveu a "*Cosmogonia Política e Americana*", onde, segundo o biógrafo Armino Guaraná, estudou a história política do Brasil, da Monarquia à República, argumentando ser a República o único regime político aceitável na América e explicando "*A razão de ser do militarismo no país*" (14).

Situa-se entre 1892 e 1899 o período mais profícuo na vida do pensador e publicista. Egresso de Sergipe em 1890, onde se desentendera com o primeiro governador republicano, o mesmo que ajudara a colocar no poder, Fausto Cardoso seria, na capital federal, advogado, professor de Direito e História e exerceria cargos importantes, como o de diretor do Pedagogium, Secretário Geral da Prefeitura do Rio de Janeiro e Delegado Auxiliar. Em 1893 candidatou-se a deputado pelo Distrito Federal, numa eleição que perdeu no Reconhecimento, porque o então coronel Oliveira Valadão, desejando agradecer ao Presidente da República, interferiu, fazendo eleger um protegido do Marechal (15).

Tudo isto era combinado com intensa atividade jornalística, na qual o bacharel sergipano se revelou além de repórter, cronista e polemista, nas páginas de "*O Dia*", "*Correio do Povo*", "*União Federal*", "*Diário de Notícias*", "*O Debate*", "*A Imprensa*" e "*A Aurora*". Nestes jornais conservava Fausto Cardoso o mesmo estilo que marcou o hebdomadário "*O Sahara*", de vida curta, que, junto com Helvécio Guimarães dirigiu em Recife nos tempos de acadêmico (1883) e no qual combatia a oligarquização do Governo de Pernambuco e difundia as idéias de Tobias Barreto. É o estilo agressivo, a frase contundente e desabusada, que cultivou na sua passagem pela imprensa sergipana e conservou nos jornais do Rio, particularmente em "*O Debate*", "*A Imprensa*" e "*A Aurora*". Redator de "*O Debate*", foi prudentista e anti-jacobino ferrenho, vendo na defesa de Prudente de Moraes, a luta pela República, a defesa do que considerava o republicanismo legítimo. Entrou para "*A Imprensa*" em 1901, sublinhando, da coluna de que dispunha como colaborador, as idéias que defendia na tribuna da Câmara. Desse jornal, dirigido por Rui Barbosa, afastou-se com escândalo. Discordava da redação do diário quanto à

reforma de ensino decretada pelo Governo Federal, que golpeava o ensino livre e tentava estabelecer diretrizes para o ensino superior. Fausto Cardoso estava, neste particular, do lado dos estudantes e professores que protestavam contra a reforma, e reagiu violentamente a um editorial em que se criticou a "leviandade" dos professores e a "imaturidade" dos alunos que não queriam submeter-se aos ditames da reforma. Com um artigo intitulado "Fiquem-se!", publicado na primeira página do próprio jornal, o deputado sergipano despedia-se da redação, injuriando-a pela posição assumida.

No ano seguinte fundaria seu próprio jornal, "A Aurora", que se intitulava "jornal intransigente" e tinha como lemas "A verdade será dita ainda que cause escândalo" e "Faça-se justiça ainda que o mundo pereça". Este jornal, que sobreviveu por pouco mais de um mês, foi um fracasso financeiro. Pregava a ditadura como "única solução do problema nacional" e lamentava a crise de caráter que o país atravessava. Nele, um certo E. Gasiot conclamava os operários à união, atendendo ao apelo de Marx, para conseguir "a libertação completa das "classes" pela supressão do salariado e pela aplicação das doutrinas socialistas" (16).

Contava Fausto Cardoso 26 anos quando chegou ao Rio de Janeiro, trazendo uma experiência anterior de seis anos de promotoria em Sergipe, nas comarcas de Capela, Gararu, Riachuelo e Laranjeiras. Era originário de uma família de senhores de engenho, da então vila de Divina Pastora, onde nasceu, a 22 de dezembro de 1864, aparentado com importantes políticos dos dois partidos da Monarquia na Província. Seu pai, conforme declarou à Câmara, era elemento importante do Partido Conservador. Aos vinte anos, depois de ter estudado em Sergipe e na Bahia, Fausto Cardoso graduava-se pela Faculdade de Direito de Recife, para onde se dirigira em 1880, distinguindo-se então mais pelos arroubos do temperamento, pela participação nos movimentos da estudantada, pela presença espirituosa e irreverente, do que pelo brilho nos estudos. Conquistou entretanto incomum afeto de Tobias Barreto, segundo afirmam seus biógrafos (17).

Voltando a Sergipe filiou-se ao Partido Liberal, desgostando seu pai, que então, retirou-se da política. Entre 1884 e 1890, conforme foi visto, exerceu as funções de promotor, participou da propaganda republicana e dos primeiros passos para a implantação do Governo republicano em Sergipe. Integra o grupo dos bacharéis de Recife, que, junto aos ex-alunos da Faculdade de Medicina da Bahia, influenciados todos por Tobias Barreto, empreenderam um trabalho de renovação intelectual e política na Província de Sergipe. No estreitismo do Sergipe de fins do século, agitaram os bacharéis primeiro a ban-

deira do abolicionismo, depois a da República. Terminaram tragados pelas divisões da política, alguns em posições inconciliáveis, empenhados na luta pela sobrevivência, numa realidade que não deixava espaços à independência, nos limites da política oligárquica. Aos que não se acomodavam ao jogo da política local, restava a aventura de tentar projetar-se fora da terra e impor-se então como candidatos à representação sergipana no Congresso. Este foi o itinerário de Fausto Cardoso, que a partir da frustrada experiência de 1893, perseguiu com objetividade um lugar na política.

Numa época em que o Parlamento era a platéia dos grandes oradores por excelência, e em que falar bem se constituía forte argumento para um pretendente à política, o jornalista e professor, orador já conhecido, sentia a necessidade da consagração na tribuna parlamentar. A queda de Valadão e o acordo assinado entre Martinho Garcez e Olímpio Campos em Sergipe, com a formação do Partido Constitucional Sergipano, era a oportunidade esperada.

Servindo-se do trabalho que realizou em *"O Debate"*, apelou Fausto Cardoso para o ex-Presidente Prudente de Moraes⁽¹⁸⁾, que o recomendou às eleições em Sergipe, levando assim Olímpio Campos a aceitar o seu nome, junto com o de Sílvio Romero, candidatos de Martinho Garcez à chapa do novo Partido para as eleições de 1900. Da importância que tinha a ida de um orador para a Câmara, pode-se avaliar pelas considerações que faz Afonso Arinos sobre o que significava, por exemplo, a estréia de um deputado nos começos da República.

"Naquela Câmara homogênea – diz ele – formada de profissionais liberais (principalmente advogados), de altas patentes militares e de fazendeiros, naquela Câmara que era a nata das classes superiores da sociedade, havia qualquer coisa de solene, de teatral, que fazia do indivíduo o centro da atenção geral, e não propriamente as idéias que ele esposava".

E ainda:

"Uma estréia era longamente preparada, pelos homens que vinham precedidos de reputação. Era episódio comentado nos corredores, nos jornais, na rua do Ouvidor. Dela dependia em grande parte, o sucesso da carreira parlamentar"⁽¹⁹⁾.

A estréia do novo representante de Sergipe não decepcionou. Integrando uma das comissões de Verificação de Poderes, defendeu o seu voto em separado, no exame das eleições de Goiás, em favor de um candidato que se queria expurgar. Estreou como um veterano, mantendo aceso debate com prestigiosas figuras da Câmara e anunciando-se como defensor da verdade e da justiça. Abraçava assim, segundo dizia então, um programa difícil de cumprir, que importava em cultivar a verdade e a justiça no "*templo da política*", que é a arte da conveniência. Com a firmeza de um crente, jurava palmilhar o caminho que escolhera,

"com a resolução firme e inabalável dos convencidos, que se traçam uma norma de conduta na vida, e abrem o peito ao punhal, se o punhal é a consequência que se lhe depara na reta inalterável de sua estrada" (20).

A Câmara recebeu-o com entusiasmo e até um deputado classificou de brilhante a sua discussão. Inaugurava-se um estilo ímpar entre os representantes de Sergipe e insólito em toda a Câmara. Fausto Cardoso era o orador empolgante, firme, desabusado, incisivo e corajoso, que tomava com paixão incontida as questões que levava ao Parlamento. Era também brilhante, de raciocínio vivo e rápido, capaz de responder a apartes seguidos e inseri-los no contexto da sua oração, sem nunca perder o ritmo ou descuidar-se da lógica do raciocínio. Era enfim um orador bem ao gosto da época: verboso, parecia deliciar-se com as próprias palavras, que fluíam como uma torrente. Jamais era, porém, enfadonho. Em seus discursos, longuíssimos às vezes, a ponto de se estenderem por até quatro sessões seguidas, equilibravam-se a denúncia agressiva, o ataque mordaz, irreverente e ferino, com demonstrações de erudição, análises sobre a História e a sociedade. Jamais se descuidou da forma nem abriu mão de gestos heróicos, em que se colocava sozinho, contra toda a Câmara, jurando defender com a vida as idéias que esposara e demonstrando um corajoso desprezo pelo seu futuro político. Mesmo os mais ferrenhos adversários louvavam o talento da "*catadupa sergipana*", como o chamou certa vez o deputado Martins Teixeira (21). Apresentado por Prudente de Moraes, era por ele que falava, pela ala do PRF que, imune à vaga jacobinista, continuara fiel ao primeiro presidente civil.

Inexplicavelmente, Fausto Cardoso é um desconhecido na sua atuação parlamentar. Foi, entretanto, a voz destoante na unanimidade com que a Câmara apoiou o Governo de Campos Sales e facilitou a obra de saneamento fi-

nanceiro do seu ministro da Fazenda. Naquela conjuntura difícil, ser republicano era, após os diversos conflitos do Governo Prudente de Moraes, estar incondicionalmente ao lado do Governo e evitar a denúncia dos erros do regime que se consolidava. O representante de Sergipe foi republicano a seu modo, lamentando a crise que era, a seu ver, a crise do caráter nacional e vergastando os erros do regime. A obra deste "*Jeremias*", como lhe chamaram os contemporâneos, era a de um destruidor. Destruidor, não do regime, ou do status quo, mas daquilo que identificava como vício, como falha, que deveria ser expurgado para a purificação do regime. Não lhe faltaram acusações de restaurador, de monarquista: ele porém se proclamava "*a voz do partido republicano estrangulado e morto*" (22), e se considerava um reformador (23). Na luta em que se empenhou foi terrível. As sessões da Câmara foram, por várias vezes, suspensas, em razão do tumulto que provocavam as discussões encetadas. Era então, agressivo, irreverente, satírico. Pelas suas atitudes, chegou a ser chamado de doido, em plenário, e não permitiu que a agressão lhe fosse retirada. Pode-se identificar nesse estilo a marca dos discípulos de Tobias Barreto, que herdaram do mestre a característica de serem implacáveis na luta. Um estudioso da obra de Gumersindo Bessa (24) acentuou, a propósito, que o "*entusiasmo agressivo*" de Tobias Barreto fez escola entre os seus prosélitos e citou Tristão de Ataíde, na sua afirmação de que Tobias usou a injúria sem hesitação, por amor às idéias. É sem dúvida o mesmo desassombro que caracteriza a atuação de Fausto Cardoso na Câmara dos Deputados.

Essa atuação, que consistia em denunciar os erros do Regime, esteve sempre pautada nas idéias filosóficas que professava. Fausto Cardoso formulara a lei fundamental da História. Para ele, todas as sociedades na História deveriam cumprir certos estágios naturais na sua evolução, e qualquer desvio no caminho dessa evolução redundaria em crises e distorções tais como a inadequação das leis à realidade. Isto, a seu ver, acontecia com o Brasil, cuja História fora — se é possível dizer — ludibriada pela transferência da Corte portuguesa, e depois pelo Império, que impusera um regime representativo parlamentar a uma nação que ainda não cumprira estágios anteriores do seu desenvolvimento. Eis porque a crise de consolidação do regime republicano era para o deputado uma crise de caráter, e porque assumira ele a missão de denunciar os erros, visando a correção da História brasileira. O deputado, que tantas vezes, nos seus escritos, condenara os pensadores que tentavam adaptar a realidade aos seus princípios em vez de se renderem aos fatos, agora, convencido da verdade irrecorrível da lei que descobrira, tentava corrigir a realidade.

Considerando-se sem partido e sem chefes, tomou a si a tarefa de representar a nação dentro de um programa que procurou seguir à risca e que consistia em:

"destruir, no primeiro ano de legislatura, a obra que a República assentara sobre a lama do império; por em relevo, no segundo, as grandes necessidades nacionais e assinalar as grandes solicitações da história pátria; e, no terceiro, dar, em projetos de lei, corpo às medidas que lhe puderem desobstruir o caminho e lhe facilitar a ascensão"(²⁵).

Destruidor foi Fausto Cardoso, em 1900, quando se empenhou na tarefa de criticar a política financeira do Governo Campos Sales. Com o ministro Joaquim Murtinho assinalara-se a vitória da teoria metalista, na política financeira do Brasil, em reação ao surto papelista dos primeiros anos da República, provocado pela política liberal do ministro Rui Barbosa (²⁶). Após o encilhamento que, como se sabe, resultou da euforia papelista, Joaquim Murtinho empregava regras rígidas na aplicação da política financeira, visando conseguir, a curto prazo, o restabelecimento do crédito externo e a queda da pressão sobre a balança de pagamentos. Esta política demonstrou-se deflacionista, na queima constante do papel-moeda, no controle do comércio internacional, na valorização do câmbio e era aplicada em plena crise do café, diminuindo os lucros dos cafeicultores e levando à falência importantes empreendimentos financeiros.

Ardoroso defensor das idéias de Rui Barbosa e convicto de que, para os países novos o protecionismo era a única política viável, Fausto Cardoso travou na Câmara embates memoráveis com grandes defensores da política de Murtinho tais como Serzedelo Correa. Demonstrou-se aliado implacável dos cafeicultores, entendendo a íntima relação entre o destino da economia brasileira e a sorte do café, mas foi também nacionalista ferrenho, condenando o Funding-Loan, no qual viu um ataque à soberania nacional e verberando qualquer submissão das finanças brasileiras a interesses externos. Denunciou *"o corte, o imposto e a queima da moeda, ordenados pelos judeus da City, para salvar as nossas finanças, quando, eles, apenas, defendem as próprias"*(²⁷). Reconhecia ser o Brasil um país economicamente dependente do comércio externo e achava que as medidas de Murtinho apenas contribuíam para aumentar esta dependência. Previu a crise que se sucederia à deflação e, analisando as falhas do pensamento econômico do Ministro da Fazenda, apontou, em várias ocasiões, as soluções para a crise que o país atravessava.

Para o deputado sergipano, os erros do Ministro vinham das suas convicções filosóficas, da fusão, no seu espírito, de verdades opostas, que lhe faziam confundir as causas dos fenómenos com os seus efeitos. Spencerista, acostumara-se a identificar as causas, mas médico homeopata, tratava dos sintomas, confundindo então causas e sintomas na prática política (28). Diante da unanimidade com que os políticos apoiavam o programa financeiro de Campos Sales, unanimidade aliás garantida também pela "política dos governadores", a voz destoante de Fausto Cardoso soava exdrúxula e violenta. Atribua os poderes que Murtinho enfeixava à falta de fibra e de fé dos brasileiros, num momento em que o país vivia uma crise de carácter, de que advinham todos os males:

"... eis porque não admiro que seja Ministro da Fazenda um homem que faz um acordo imoral, ilegal e lesivo aos cofres públicos com o máximo desprezo pela lei, pelo direito, pela justiça, e com o sacrifício pela riqueza pública (29); eis porque não admiro que seja Ministro da Fazenda um homem que, para valorizar o café, lhe reduz a produção, quando o comércio internacional acusa um consumo maior; que, para fazer essa redução, que aconselha a vesguice intelectual, lança mão de um argentário, que transforma buldogue de sequestro, para despojar de suas propriedades agrícolas uma infinidade de fazendeiros e atirá-los na miséria; eis porque não admiro que seja Ministro da Fazenda um homem que dirige, trata e sanciona, por detrás das cortinas, às ocultas o acordo de onde, de presas aguçadas, devia sair esse buldogue, destinado a executar a idéia da depredação dos produtores do café, que se gera e se nutre em seu espírito maléfico, como um verme se nutre, se dilata e cresce nas dobras de um intestino infeccionado; eis porque não admiro que seja Ministro da Fazenda um homem que arremessa ao fogo uma massa enorme de papel-moeda, arrancada das mãos do contribuinte, fazendo crer que, com isto levanta a riqueza pública, quando está a avolumar a riqueza dos capitalistas que não pagam impostos, e o valor dos títulos do funding-loan em poder dos seus patrões ingleses; eis porque não admiro que seja Ministro da Fazenda um homem que nunca sofreu as influências do meio social e as do da família, porque, rico, ficou a cavaleiro do primeiro, e, celibatário, do segundo e que, por isso mesmo que é celibatário e rico e, como tal, não possui afetos puros e pode,

sem receio da luta pela vida dar curso à liberdade, aos impulsos do seu caráter; que sente desprezo a tudo quanto tem independência, alma, energia, vigor, só encontra duas sociedades, onde se sente satisfeito, alegre e feliz: a dos banqueiros, que lhe exploram a posição, e a das mulheres dissolutas, que lhe exploram a bolsa; eis porque, finalmente, não admiro que continue como Ministro da Fazenda um homem que manda reproduzir nas notas do Tesouro, dos dinheiros do Estado, como símbolo da República, o retrato de meretrizes”⁽³⁰⁾.

Neste discurso, que provocou protestos, tumulto e a suspensão da sessão da Câmara, estão sintetizadas as principais críticas que Fausto Cardoso desenvolveu, através de várias sessões tumultuadas, ao Ministro da Fazenda. Entre elas destacam-se as que dirigiu contra a política adotada em relação ao café. Segundo o deputado, reduzir a produção era desconhecer as causas do problema e lançar a economia do país num círculo vicioso, que se resolveria sempre pela crise. Redução — aumento do preço — lucro — estímulo à produção — crise, eis, para ele, o círculo de ferro preparado pela política ministerial, que não enxergava as verdadeiras causas da crise, todas de origem interna.

O produto brasileiro não conseguia preço por causa da sua má qualidade, não por uma retração do mercado. Provando que o mercado achava-se em crescimento, Fausto Cardoso criticava a especulação dos intermediários, a mistura de grãos, as más condições de transporte e o acondicionamento em sacos de aniagem, que prejudicavam a qualidade e o sabor do produto, além de ameaçar com a superprodução a cultura do algodão que poderia ser absorvida, proporcionando a melhor embalagem para o café. Dizia que a crise deveria resolver-se por si mesma, deixando-se aos produtores a lição das dificuldades, que os encaminharia para a melhora da qualidade. A verdadeira solução viria entretanto, com o monopólio do café, que passou a advogar. Não só o do café, como o da borracha, pois só com a nacionalização dos dois maiores produtos de exportação, o Brasil controlaria os preços, segundo os seus interesses. Caberia também ao Governo, aproveitar a crise, para incentivar as novas culturas para as quais se encaminhavam antigos produtores de café, com o que, o país se libertaria da monocultura⁽³¹⁾.

Seu ataque à incineração do papel-moeda foi contundente. Neste sentido, descartava os efeitos apregoados pelo Ministro, demonstrando que a queima da moeda não implicava num aumento da riqueza do país, nem influa na elevação do câmbio, beneficiando apenas os ricos, que teriam incorporado à

sua fortuna o valor da moeda retirada de circulação. Só o trabalho produz riqueza e traz equilíbrio econômico-financeiro. A solução para os problemas do país estaria pois em ampliar a produção, desenvolvendo-se a agricultura e estimulando-se, através de prêmios, o crescimento e a criação de indústrias, proporcionando-lhes, principalmente, adequados meios de escoamento da produção⁽³²⁾.

Pode-se dizer que Fausto Cardoso lutava por um controle da economia e dos instrumentos financeiros pela burguesia nacional, e divisava, nas medidas do Ministro Murтинho, o aumento do controle externo da economia. A prova mais evidente disso, além das constantes denúncias — como aquela que atribuía à elevação do câmbio, apregoada por Murтинho, apenas uma manobra para a valorização dos títulos do funding — foi a luta que sustentou contra os Bancos estrangeiros estabelecidos no Brasil e particularmente contra a entrega da gerência do Banco da República a um funcionário alemão. O principal estabelecimento bancário do país sobrevivia unicamente em razão dos empréstimos conseguidos do Governo. Nem esses empréstimos nem a redução da sua dívida foram suficientes para extinguir as dificuldades. As divergências entre o Governo e o presidente do Banco levaram este a pedir demissão, provocando uma crise bancária que resultou no fechamento do Banco da República no que foi acompanhado por vários outros bancos. Mas uma vez o Governo precisou intervir. Na Câmara, Serzedelo Correa lançava, em caráter de urgência, um projeto que autorizava o Governo a recolher até 1.000.000 esterlino ao Banco da República. Fausto Cardoso combateu com tenacidade este projeto. Para ele, depositar num Banco falido⁽³³⁾ a soma que representava o lastro do papel em circulação, era preparar a falência do Tesouro Nacional. Além disso, dizia que a história desse empréstimo revelava a submissão do Brasil aos banqueiros estrangeiros. Segundo ele, ciente de que o Banco iria à falência, o Governo teria telegrafado aos Rotschild

"fazendo ver que o crédito do país estava comprometido com a situação do seu principal estabelecimento bancário e perguntando como seria recebido um empréstimo a esse Banco"⁽³⁴⁾.

Os Rotschild manifestaram não ter confiança na administração do Banco e por isso decidiu-se entregar a gerência a um funcionário alemão, que vinha de experiência semelhante no Banco Alemão. Esta decisão, considerava o parlamentar sergipano, poderia ter conseqüências bastante graves para a economia do país:

“Entregar esse Banco a um estrangeiro é entregar-lhe a ditadura econômica e financeira do país, porque a consequência dessa nomeação é a anulação da diretoria brasileira do banco, é a anulação do seu regulamento, é o enfeixamento de um poder descrionário nas mãos do estrangeiro quanto à gestão desse estabelecimento, à qual tão grandes interesses comerciais e econômicos estão intimamente ligados”⁽³⁵⁾.

Seu discurso contra o projeto foi recebido com indignação. Serzedelo Correa o tachou de anti-patriota, enquanto outros deputados lhe tentaram ridicularizar a atitude *“quixotesca”* e levantaram suspeitas sobre — sua origem política e sobre a legitimidade eleitoral do seu diploma⁽³⁶⁾. Sabendo-se vencido e isolado em todas as questões discutidas na Câmara, baseou sua atuação em requerimentos que dirigia ao Governo, pleiteando explicações ao povo sobre os assuntos da política financeira. Assim, requereu informações sobre as quantias remetidas para Londres em virtude do *funding-loan*; pediu que fosse publicada no Diário Oficial a lista dos devedores do Banco da República que não garantiram seus empréstimos com penhor ou hipoteca⁽³⁷⁾; solicitou informações sobre as quantias pagas pelo Tesouro em indenizações entre 1890 e 1899 e sobre as quantias remetidas para o fundo de garantia de março a setembro de 1900⁽³⁸⁾; também requereu informações sobre os títulos emitidos pelo Banco da República (inscrições) e sobre a existência de contrato com o gerente alemão do mesmo Banco⁽³⁹⁾, assim como pediu que o Governo informasse o valor dos gastos com publicações oficiais na imprensa nacional e estrangeira, especificando a natureza de tais publicações⁽⁴⁰⁾. Ouvindo a palavra de deputados que pediam à Câmara que não aprovasse os requerimentos, percebendo maquinações para esvaziá-los e sendo chamado de destruidor imaturo e pueril, Fausto Cardoso continuava provocando tumultos, através dos seus requerimentos, que para ele tinham um só objetivo:

“deixar nos Anais do Parlamento Brasileiro vários documentos do momento histórico que atravessamos, quer quanto ao domínio das finanças, quer quanto ao domínio da política nacional”⁽⁴¹⁾.

Sabia pois, que não devia esperar sequer a aprovação dos seus requerimentos, diante do apoio unânime da Câmara à política do Governo, mas continuava enviando-os à Mesa. A 19 de novembro, verificando que o Governo suspendera a incineração de notas, depois de ter divulgado que o faria no mês

de setembro, requereu informações sobre os motivos de tal decisão e sobre a transferência do serviço de troca de notas da Caixa de Amortização para o Banco da República (42). Então, depois de tumultos graves, que provocaram uma reunião secreta na Câmara, esta resolveu esvaziar os requerimentos, apoiando-os sem debate. Fausto prosseguiu, inquirindo sobre a natureza do contrato assinado com o gerente alemão do Banco da República (43) e ainda sobre a transação efetuada entre o Banco e a Empresa Industrial Brasileira, que provocou de Rui Barbosa a denúncia de que o Banco da República começava a encampar os maus negócios do Banco Alemão e a transferir para este os seus negócios. O deputado pedia explicações do Governo sobre a conveniência e legalidade da transferência da dívida contraída pela Empresa Industrial Brasileira com o Banco Alemão para o Banco da República com a necessária liquidação da dívida junto ao Banco estrangeiro (44). A apresentação desse requerimento inscreve-se na luta sustentada contra o capital estrangeiro e principalmente contra a evasão de rendas. Para Fausto Cardoso, os bancos estrangeiros eram um mal de que o Brasil deveria procurar livrar-se. Assim, combateu a realização de uma reunião de bancos estrangeiros para tratar sobre a repressão à especulação no mercado cambial e neste sentido endereçou ao Governo novo requerimento, para saber de quem tinha partido a iniciativa da reunião (45). Contra os bancos estrangeiros também apresentou um projeto com o seguinte teor:

"O Congresso Nacional decreta:

Art. 19 — Enquanto a circulação monetária do Brasil não for exclusivamente metálica, ou de papel conversível em ouro à vontade do portador, fica proibido o estabelecimento de bancos estrangeiros e de suas sucursais que façam habitualmente operações de câmbio em território brasileiro.

§ 19 — Os existentes na data desta lei deverão liquidar suas operações, dentro de seis meses, contados da mesma data.

§ 29 — Para o futuro só o Congresso Nacional poderá autorizar o estabelecimento de bancos ou sucursais de bancos estrangeiros, no Brasil; mas o Governo continuará competente para cassar a autorização sempre que algum deles exceda os seus limites ou abusar dela.

§ 39 — Excetuam-se da sanção desse artigo os bancos estrangeiros ou as suas sucursais, cujo capital for exclusivamente destinado a operações de crédito real sobre imóveis.

*Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário,
Sala das sessões, 26 de outubro de 1900. – Fausto Cardoso”*⁽⁴⁶⁾.

A situação de Fausto Cardoso tornou-o muito popular. Seus discursos eram acompanhados com interesse e das galerias vinham sempre, calorosos aplausos e bravos. Um contemporâneo testemunhou que

“o povo carioca vitoriava-o: repetidas vezes ele saiu da Câmara pela rua do Ouvidor, acompanhado de grande massa, que o envolvia em aplausos delirantes”⁽⁴⁷⁾.

Fora do Rio também difundia-se sua fama. Dos mais diferentes Estados lhe chegavam queixas e solicitações, deixando constrangidas as respectivas bancadas, quando, por exemplo, reclamava do Governo providências sobre a seca do Ceará ou sobre as dificuldades enfrentadas pelos comerciantes do Maranhão, obrigados a fazer um depósito de cem contos para comerciarem com cambiais. Sergipe, porém, só o ocuparia no fim do mandato. Na verdade, Sergipe fora então mero pretexto para a sua eleição. Interessavam-lhe os problemas nacionais de modo geral. No Estado natal só se achava ligado a Martinho Garcez que o elegera. Este Senador, porém, lhe teria dado carta branca para servir ao país como melhor lhe aprouvesse. Proclamava-se republicano convicto por adesão, ignorando estranhamente sua discreta – mas comprometedor – participação na propaganda republicana em Laranjeiras⁽⁴⁸⁾. Republicano e prudentista, adversário do Partido Republicano do Rio Grande do Sul e opositorista, eis como se definia politicamente.

Opositorista ferrenho em 1900, Fausto Cardoso surpreendeu a todos no ano seguinte, apoiando o candidato oficial à Presidência da República, o Conselheiro da Monarquia Rodrigues Alves, contra o republicano Quintino Bocaiuva, apoiado pelos Estados do Rio, Maranhão e Pernambuco. Considerando-se guardião do Partido Republicano, via a hora de ascender ao Governo um dos seus antigos companheiros de redação de *O Debate*, na defesa intransigente de Prudente de Moraes contra a vaga jacobinista. Foi então acusado de “vendido” por um jornal monarquista⁽⁴⁹⁾. Em defesa própria, lembrou seu horror ao dinheiro, o amor à pobreza e ao trabalho, sua conduta intocável. Descobriu nessa acusação o interesse monarquista em utilizar-se do seu oposicionismo destruidor, para a obra de restauração; suspeitou também do Ministro da Fazenda, a quem desafiou confirmar a acusação. Nem a retratação do jornal livrou-o porém de que crescessem, em torno do seu nome, as acusações

de "vendido" ou de incoerente. Alguma coisa certamente mudara. Acontecimentos importantes, como a revolta popular contra o aumento das tarifas de bonde da Companhia de São Cristóvão no Rio de Janeiro ocorrida em junho, mereceram do deputado estranho silêncio ou, como no caso citado, apenas rápido comentário.

É que outra era a situação da Câmara, e, no complexo raciocínio do deputado sergipano, os fatos mais paradoxais conduziam à lógica do seu plano de ação. Começara para Campos Sales o chamado teste da sucessão. Cindia-se a unanimidade política, com o surgimento de um oposicionismo parlamentar, liderado pelo Vice-Presidente da República. Para Fausto Cardoso a "*política do vice-presidente*"⁽⁵⁰⁾ representara sempre um perigo para o Regime, pois dela resultava o militarismo, prenúncio da anarquia, da separação, ou da restauração. Segundo o que elaborara na sua "*Taxinomia Social*", o Brasil enquadrava-se como

"uma civilização deslocada de outro meio; um produto de fusão de raças em graus diversos de cultura; uma sociedade, enfim, que se vasa em moldes novos"⁽⁵¹⁾.

Este é o terreno mais próprio para o florescimento do militarismo, "*expressão política das sociedades bárbaras*", que se caracteriza pelas "*sucessões militares no poder sem o voto da nação e contra ele*"⁽⁵²⁾. É o predomínio do arbítrio. A vitória do Vice-Presidente, derrotando um Presidente constitucional, é o seu caminho mais lógico, como o fora com Floriano, que entretanto conseguira conter o avanço do militarismo; como o fora com Manoel Vitorino, terminando no assassinato político e como ameaçava ser com Rosa e Silva, num momento difícil, quando a República só tinha diante de si quatro caminhos: "*o da restauração, o do predomínio do estrangeiro, o da separação e o da ditadura dos incompetentes*"⁽⁵³⁾. Oposicionista mas antes de tudo republicano, Fausto Cardoso encarou então a defesa do Governo como a defesa da República. Desta forma, ainda que não se tivesse tornado governista, e continuasse atacando a política financeira, não se alinhou também com a nova oposição, a seu ver movida apenas por interesses e ódios pessoais.

Quando o Presidente da República foi acusado na Câmara de contrabandista, o deputado sergipano disse, indignado, que Campos Sales era inatacável na sua honra pessoal⁽⁵⁴⁾. Mas a defesa do Presidente da República custou-lhe o enfrentamento com uma manifestação popular, na qual foi violentamente atingido. A 22 de agosto, depois de uma sessão tumultuada na Câmara, em

que o deputado Barbosa Lima apresentara os candidatos da oposição à Presidência da República, e, frisando que a hora era dos republicanos históricos, atacara o Governo, Fausto Cardoso, que apoiava Rodrigues Alves, protestou contra uma candidatura que vinha do Clube Militar e verberou a divisão entre históricos e adesistas que considerou um desserviço à República. Depois de lembrar o seu papel de opositor na Câmara, prognosticou o caos para o país⁽⁵⁵⁾.

À saída do edifício da Câmara, uma multidão gritava *"vendido, traidor, bandido!"*, enquanto vários deputados vinham em sua defesa. O deputado Adalberto Ferraz chegou a ser ferido quando procurou defendê-lo. Sob apupos seguiu o caminho de casa e, ao tomar o bonde, no Largo da Carioca, uma bengala que o deveria atingir, quebrou-se contra o bonde⁽⁵⁶⁾. A imprensa explorou estes fatos com sensacionalismo, enquanto Fausto Cardoso, na Câmara e em presença dos filhos fazia a sua defesa, expondo as provas da sua pobreza. No resumo publicado do seu discurso, destaca-se o seguinte trecho:

"Vendido!... exclama o orador, e querem mais uma prova irrefragável da enormidade dessa infâmia? Aqui estão cautelas de uma casa de penhor, onde o orador foi empenhar as jóias de sua mulher, para que os seus filhos não morressem de fome! Os seus filhos... coitados, eles aí estão: vieram ouvir a defesa de seu pai, e quantas vezes eles deixam de ir ao colégio, porque não têm botinas?"⁽⁵⁷⁾.

Para ele, a defesa da República justificava a aparente incoerência de sua nova posição. Foi por isto que discutiu, da tribuna, o célebre artigo com que Alberto Sales, irmão do Presidente da República, analisou os dez anos de Regime. Costuma-se elogiar Alberto Sales pela coragem que teve em malsinar os erros da República, sem entretanto anunciar a sua falência⁽⁵⁸⁾. Neste sentido, a posição de Fausto Cardoso parece mais corajosa. O *"Jeremias"* sergipano se expusera, atacando o Governo quando todos o apoiavam, e se expunha agora, defendendo-o, quando já se formava uma oposição na Câmara. Respondeu ao autor do *"Balanço Político"* argumentando que a forma de Governo é fundamental e condenando o desencanto demonstrado pelo articulista, diante da distância entre os ideais da propaganda e o Regime. Disse que a divergência entre idéias e fatos é inerente à alma humana e não se justifica o pasmo diante da República que se conseguiu fazer, nem o derrotismo da *"ridícula"* expressão *"Esta não é a República dos meus sonhos!"*⁽⁵⁹⁾.

Se a questão política ocupou mais sua atenção neste segundo ano de mandato, não foi entretanto esquecida a questão econômico-financeira. Ainda a 19 de julho, quando Serzedelo Correa propunha à Câmara um voto de congratulações ao Governo e ao povo brasileiro pelo fim do Funding-Loan, Fausto Cardoso votou sozinho contra o requerimento. Por uma questão de coerência, disse que nunca poderia dar seu voto a semelhante requerimento, "*porque o povo está sendo devorado por três lepras terríveis: o imposto, a diminuição de salário e a grande propriedade*" (60). E prosseguiu:

"Para que felicitar o povo, se a crise bancária arrastou esse próprio povo à mais dura das misérias?

Pela sua parte — continua o resumo do discurso — como representante do Estado de Sergipe, onde a desgraça, lavra em todo o seu cortejo de horrores, o orador declara que não se conforma com essa manifestação que antes de tudo lhe parece uma ironia mordaz".

E ainda:

"Lembremos que estamos a felicitar um Governo que paga as dívidas depredando a Nação, que faz contratos como o da Companhia S. Cristóvão e, que quando o povo, exausto, protesta, manda tratá-lo à bala" (61).

Este foi sem dúvida o discurso mais forte contra o Governo em 1901, que tem ainda, acentuado apelo populista. Aliás nesse ano em que a tônica foi o julgamento das atitudes do deputado, ressaltou-se na Câmara este seu lado populista. Respondendo por exemplo a um discurso de Cassiano do Nascimento, disse Fausto Cardoso:

"A acusação velada feita por S. Ex. de que o orador procura armar à popularidade, toda vez que toma a palavra neste recinto, também não tem fundamento. Quem arma à popularidade procura assuntos que ferem a alma popular, e o orador tanto não o procura que sozinho impugnou nesta Câmara a dotação ao Dr. Chapot (62). Não escolhe assunto, agarra-se àquele que se opõe à execução do seu programa, porque, confessa, tem a infelicidade de tê-lo" (63).

O ataque à política econômico-financeira do Governo foi seu cavalo de batalha. Pleiteando um papel intervencionista para o Estado, entendia que o Governo deveria proporcionar a posse da terra a quem a pudesse "colonizar", pois via no salário um verme, "que corroe o organismo de uma nação", já que não liga o homem à terra⁽⁶⁴⁾. Para o deputado sergipano, só a intervenção direta do Estado na economia debelaria a crise; por esta razão, ainda em 1901, apresentou um projeto de lei outorgando ao Governo Federal o direito exclusivo de compra e venda do café e da borracha. Para ele, esta era a chave para a crise econômico-financeira do país, pois o monopólio estatal do café e da borracha serviria para

"primeiro, manter e enriquecer o preço do numerário, que é uma coisa que falta; segundo, valorizar o café; terceiro, regularizar o aparelho da troca cambial, de forma a se por cobro à agiotagem e à especulação"⁽⁶⁵⁾.

De acordo com o projeto, o Governo poderia conceder o monopólio a uma empresa que se organizasse no Brasil com este objetivo. Esta empresa ficaria obrigada a fundar um banco, com sucursais nas maiores praças do comércio dos produtos do monopólio e filiais nos centros produtores e portos de embarque no Brasil, ao qual se concederia a faculdade de emitir a importância do capital realizado em papel-moeda e o direito exclusivo sobre a venda de cambiais. Caso não se estabelecesse tal empresa, previa o projeto a exploração do monopólio do café, da borracha e do mercado cambial pelo Governo, por via administrativa⁽⁶⁶⁾. Verificando o constante aumento da dívida externa do Brasil, cumulada de juros e acrescentada de acordo com o movimento cambial, Fausto Cardoso concluía que isto se devia ao fato de que no Brasil, o ouro era monopolizado pelos estrangeiros, que o taxavam de maneira a prejudicar sempre os interesses do país que, ainda exportando mais, tinha um resultado sempre menor. Neste sentido, o Brasil não passava de colônia da Inglaterra e

"não há colônia que apure tão pouco como o Brasil apura do café. Mas — concluía — por que eles depreciam o café que é o nosso ouro, ao mesmo tempo que elevam a moeda, que é o ouro deles? É porque o café tem também todos os característicos do produto que se deve monopolizar..."⁽⁶⁷⁾.

Para ele, o grande erro de Joaquim Murinho estava exatamente em atribuir ao excesso de papel-moeda a baixa do câmbio. Entendia que o câmbio não obedece ao meio circulante, e que no Brasil, as operações cambiais dependiam apenas de interesses estranhos ao país: aumentar o ágio de ouro para engolir os saldos. Sem o monopólio do café, o Brasil permaneceria vítima da Inglaterra — monopolizadora do ouro — e dos Estados Unidos, o verdadeiro monopolizador do café⁽⁶⁸⁾.

Tais conclusões lhe vinham como fruto de minucioso estudo. Requereu informações do Governo sobre a soma de importação e exportação de 1880 a 1900 e sobre o volume dos empréstimos externos contraídos no mesmo período discriminados os valores em Libras, os juros e comissões e a diferença em Libras entre os valores reais e nominais dos empréstimos bem como o valor das importâncias recebidas⁽⁶⁹⁾. Mesmo sem resposta, o parlamentar sergipano pôde elaborar uma tabela demonstrando a relação entre a circulação, a exportação, a importação, a balança comercial e o câmbio, entre 1840 a julho de 1901. Tudo isto visou demonstrar os equívocos do Ministro da Fazenda, de quem pediu ao Governo, a demissão⁽⁷⁰⁾.

Sua luta pelo princípio da intervenção do Estado na economia proporcionou-lhe, pela primeira vez, lembrar-se do Estado que o elegera, trazendo à Câmara um projeto que concedia garantia de juros para a criação de um Banco Agrícola em Sergipe. O pequeno Estado vivia o auge da crise do açúcar, com a quebra das principais casas comissárias que lhe garantiam capitais e escoamento necessários à sobrevivência da sua atividade econômica mais importante. O projeto apresentado por Fausto Cardoso baseava-se num plano do jornalista João Barreto, que se proponha fundar em Sergipe o referido Banco. Ele pleiteava do Governo Federal um auxílio de 700:000\$ e a garantia de juros de 7% e de amortização em vinte anos sobre o capital de 1.000:000\$. O Banco se destinaria a auxiliar os produtores de cana e algodão através de empréstimos garantidos sob penhor das safras e produtos armazenados; abrir uma secção comissária para o Norte até Manaus e para o Sul até o Rio Grande; promover a navegação a vapor de Aracaju ao Rio Grande do Sul e promover o estabelecimento de um campo agrícola experimental⁽⁷¹⁾.

Acolhido na Comissão de Orçamento com voto favorável inclusive de Serzedelo Correa, o projeto foi aprovado sem debate, mas depois da última discussão, o deputado gaúcho Cassiano do Nascimento, argumentando ser necessário reduzir as despesas da União, deu-lhe voto contrário. Categórico, chegou a concluir que "*Se Sergipe não se pode manter como Estado, transforme-se em território*"⁽⁷²⁾. Levantara-se o problema da autonomia dos Estados em

relação à União. Dizia-se que a aprovação do projeto criaria uma situação especial. Mesmo a imprensa, que acolhera a princípio a idéia com simpatia, argumentava que a aprovação do projeto só serviria a Fausto Cardoso, aos seus planos de reeleger-se. É preciso dizer entretanto que mesmo este deputado se mantivera longo tempo omissos sobre o problema. Confessou que lhe constrangia a idéia de ter o seu Estado que apelar para a ajuda da União. Somente quando ficou convencido de que essa ajuda era inadiável é que tomou a si a tarefa de conseguí-la. A oposição de Cassiano do Nascimento motivou-lhe patética defesa dos interesses de Sergipe. Demonstrou como todos os Estados aceitavam auxílios da União e demorou-se em enumerar os favores concedidos à Paraíba, cuja bancada apresentara uma emenda, dificultando a aprovação do projeto. Disse que somente Sergipe nunca recebera o menor favor, seja da Metrópole, do Império ou da República, e no entanto fora o Estado que dera ao país as mais importantes contribuições no terreno do pensamento, com a obra de Tobias Barreto e Sílvio Romero. Sergipe era assim a

"terra pequenina e abandonada, a qual, como uma grande flor machucada pela nação, a embriaga desse esquisito perfume cujas emanações são luminosas - o talento" (73).

Os problemas de Sergipe ocuparam-no com mais freqüência no seu último ano de mandato. Foi quando Gumersindo Bessa começou em Aracaju a campanha contra o Presidente Olímpio Campos e escrevendo a Fausto Cardoso, denunciou arbitrariedades cometidas por aquele governante. Da tribuna da Câmara, começou a lendária disputa entre Fausto Cardoso e Olímpio Campos. O deputado denunciou a preferência ilegal do Presidente do Estado para com uma Companhia de Seguros pernambucana, isentando de impostos os animais nela segurados; denunciou também que, tendo o Governo estadual concedido uma ajuda em dinheiro aos padres salesianos para a fundação de uma colônia agrícola para órfãos em Sergipe, Olímpio Campos lhes vendera pela mesma quantia concedida um sítio de sua propriedade, acusando-o portanto de mau uso dos dinheiros públicos (74). Chamado de ingrato e injusto pelos deputados Rodrigues Dória e Joviniano Carvalho que fizeram a defesa do Chefe político sergipano, Fausto Cardoso aproveitou para criticar mais uma vez a "política dos governadores", e declarou só dever sua eleição a Martinho Garcez. Argumentaram-lhe que ele a devia também ao povo, ao que respondeu: "Somos vinte e um eleitores sintetizados numa só vontade que está no Catete" (75). Rompeu então publicamente com o Presidente de Sergipe. Mantendo violen-

ta polêmica com os deputados Joviniano Carvalho e Rodrigues Dória em que procurou inclusive ridicularizar perante a Câmara os dois colegas de bancada, Fausto Cardoso transcreveu em seus discursos os artigos de Gumersindo Bessa contra o Monsenhor Olímpio Campos, bem como trechos que considerou ofensivos, de artigos do Monsenhor contra si e contra Sílvio Romero (76).

Enquanto isto se dava na Câmara, no Senado Martinho Garcez verberava a política olimpista e era apoiado pelo senador cearense Joaquim Catunda, que, num estranho discurso, concitara o povo sergipano à revolução, à deposição do Governo. Num longo discurso enxertado de artigos e declarações em defesa de Olímpio Campos, Rodrigues Dória encarregou-se de responder a Fausto Cardoso e a Martinho Garcez, afirmando a lisura dos atos do Presidente e a sua tolerância e acato à lei. Nada entretanto convencia ao inflamado orador. Declarou que passava a falar em nome de um novo partido "*o partido que se acaba de constituir em minha terra para resistir ao arbítrio e às violências do seu governador*" (77). Referia-se assim à nova posição de Martinho Garcez, de quem dizia ser o chefe do imaginado partido. A agremiação nunca se concretizou, pois por esta mesma época abria-se a dissidência no partido situacionista em Sergipe, com o rompimento entre Olímpio Campos e os senadores Coelho e Campos e Leandro Maciel. Ao que tudo indica, a dissidência deixou sem perspectivas o partido de Martinho Garcez que Fausto Cardoso anunciava, pois aquele senador deixou de pontuar na política sergipana. O devotamento de Fausto Cardoso a Martinho Garcez é incontestável e o deputado chegou a reunir em livro parte importante da obra do jurista e político. Para um trabalho mais extenso sobre as idéias defendidas por Fausto Cardoso na Câmara, seria interessante o confronto dos seus pronunciamentos com os do senador que dizia ser seu chefe.

Os assuntos de Sergipe ainda ocuparam o deputado algumas vezes nesse 1902 (78), mas a política de Joaquim Murinho não foi esquecida. Requereu informações sobre a fabricação de estampilhas no estrangeiro e a subtração das mesmas da Casa da Moeda, denunciando a sua confecção feita por um sindicato londrino, ao qual estaria ligado um irmão do Ministro da Fazenda (79). Combateu os arrendamentos de estradas de ferro e considerou sua vitória a suspensão da queima de papel-moeda pelo Ministro da Fazenda. Depois voltou a atenção para os escândalos da política administrativa, o jogo de interesses pessoais em que via enrodilhar-se o Governo Campos Sales.

Encampou a denúncia feita por um jornal oposicionista de que a concorrência para o arrendamento da Estrada de Ferro Rio - Minas teria sido ganha, com prejuízo dos interesses do Estado, por um parente do Ministro da

Viação, em sociedade com o diretor do "*Correio da Manhã*"⁽⁸⁰⁾. Descobriu depois a vinculação deste caso com um escândalo administrativo, que o Governo se empenhava em apurar através de inquérito policial: aquele que ficou conhecido como "*o caso das pedras*". É a história do pagamento efetuado pela União ao fornecedor de pedras para a construção da Estrada de Ferro Porto Alegre - Uruguaijana. Segundo demonstrou com documentos à Câmara o deputado Fausto Cardoso, a viúva Lisboa, fornecedora das pedras, recebera do Governo a importância de 520:000\$000, quando lhe eram devidos apenas 32:000\$. Arbitrada aquela quantia pelo Ministro da Fazenda e autorizado o seu pagamento pelo Presidente do Tribunal de Contas sem que o processo fosse submetido aos diretores do Tribunal ou ao representante do Ministério Público, o deputado considerou os dois, Ministro e Presidente do Tribunal, réus de crime. Movera-o a isto, segundo declarou, a maneira injusta como o Governo procurou conduzir o caso, punindo com demissão funcionários vitalícios de segunda categoria, que apenas deram as informações constantes em fichas do arquivo do Ministério da Viação e Indústria. Sob aplausos e vivas no recinto da Câmara e nas galerias, Fausto Cardoso apresentou sobre o caso uma indicação e um requerimento. Indicou que a Câmara se reunisse em Comissão Geral para tratar do assunto, e requereu que se convidasse o Ministro da Fazenda para conferenciar com a mesma Comissão⁽⁸¹⁾.

A reação foi imediata. Um deputado, considerado não haver "*paridade no comparecimento de um ministro chamado por uma comissão permanente para dar explicações sobre qualquer medida governamental*", pediu à Mesa que não aceitasse a indicação⁽⁸²⁾. O líder da maioria, deputado Seabra, criticou acerbamente Fausto Cardoso por antepor-se ao inquérito policial, denunciando culpados sem que tivesse sido encerrada a apuração dos fatos. O *Correio da Manhã* lançou contra Fausto Cardoso mais uma vez, a acusação de "*vendido*", dizendo que ele agia por despeito, por não ter querido o Ministro da Fazenda pagar o seu preço, como o fizera o governador do Pará, comprando-o por doze contos⁽⁸³⁾. O parlamentar sergipano chegou ao auge em sua indignação. Desafiou a bancada baiana — que segundo o jornal sabia do caso — a esmagá-lo ou a limpar-lhe o nome e, num gesto extremado, arremessando para longe um exemplar do jornal, terminou seu discurso exclamando: "*Acusem! Manchem! Porque este miserável pasquim não mancha ninguém!*"⁽⁸⁴⁾.

Deputado e jornal ainda insistiram no assunto. Logo porém o primeiro percebeu que a acusação se prestava a fazê-lo desviar-se da denúncia sobre o caso das pedras, e dando por encerrada a questão, retomou a denúncia, não sem antes comprovar, relendo trechos de discursos seus, que fora oposicionis-

ta nos três anos de mandato. Diante da Câmara e das galerias cheias de gente que lhe gritava bravos, Fausto Cardoso jurou levar sua missão até à morte, lamentando a sorte do país:

"... E este país que se dissolve e se decompõe, que desceu a ser governado por homens que infringiram artigos do Código Penal, que só réus de polícia infringem, precisa de alguém que saiba morrer por um ideal, já que não é possível vencer em nome dele"(⁸⁵).

Postos a votos a indicação e o requerimento foram increpados de inconstitucionalidade e seu autor prometeu levar a denúncia adiante, contra o Presidente da República e seus ministros. O espírito conservador da Câmara entrou em agitação, e pela palavra do gaúcho Soares dos Santos julgou a atitude do deputado em sua fúria inconoclasta, um perigo para as instituições e o Regime, uma arma a favor da revolução. Nada, porém, deteve Fausto Cardoso, nem a demissão do ministro da Fazenda (⁸⁶). A 11 de setembro apresentava à Câmara a denúncia formalizada, fundamentada em 38 documentos e arrolando como testemunhas até mesmo políticos da situação. Acusou o Presidente da República do crime de omissão, porque tolerou e encobriu o crime dos seus subalternos. Denunciou-o também pela cessão do Acre à Bolívia, acusou-o de inaptidão no desempenho de suas funções; incriminou-o por haver intervindo no Mato Grosso com infração ao artigo 6º da Constituição e por atentado contra a autonomia do Distrito Federal, cessando o mandato dos eleitos pelo povo. Disse que o Presidente violou os parágrafos 1º, 4º, 6º e 7º dos artigos 54 da Constituição, 40, 48 e outros da lei de 27/01/1898. Apelou para o Parlamento: punir os culpados era a única forma de preservar a República, para limpá-la do crime (⁸⁷).

Doze dias depois, a Comissão que estudou a denúncia apresentava o seu parecer, julgando que ela não devia ser considerada objeto de deliberação. Foi aprovado por 136 votos contra 1. Na ocasião também foi derrotada, com voto contrário do deputado por Sergipe, a emenda Esmeraldino Bandeira, mandando processar Joaquim Murtinho e demais responsáveis pelo caso das pedras (⁸⁸). Na sua opinião, não tinha sentido a Câmara processar um ex-ministro, porquanto qualquer cidadão poderia fazê-lo na justiça comum. Foi o que fez nos últimos dias de mandato, tendo a justiça recusado a denúncia que apresentou como cidadão comum contra Joaquim Murtinho e outros envolvidos no caso das pedras, por incompetência de foro. O "Jeremias" não desistiu e ainda impetrou recurso por julgar competente o foro (⁸⁹).

Outros assuntos de importância ocuparam-no ainda em 1902, como o pronunciamento contra os impostos inter-estaduais, por considerá-los desagregadores da federação⁽⁹⁰⁾; o apoio à emenda Tosta que autorizava a concessão de empréstimos aos produtores de açúcar; ou a bela oração que proferiu chorando a morte de Prudente de Moraes e exaltando-lhe a virtude da tolerância e o respeito às instituições democráticas⁽⁹¹⁾. Mas ele atuou também na discussão do Código Civil, que se fez em sessões extraordinárias do começo do ano, condenando o projeto apresentado pela Comissão Especial da Câmara para o Projeto de Código Civil e aclamando o Projeto Clóvis Beviláqua, no qual desejou introduzir modificações no sentido do divórcio e da liberdade de testar⁽⁹²⁾.

Mas foi em meio às lutas do seu último ano de mandato que Fausto Cardoso pronunciou o seu mais conhecido, mais belo e mais estranho discurso. É aquele que foi publicado sob o título "*Lei e Arbítrio*", e que ecoou na reunião extraordinária do Congresso Nacional para Verificação de Poderes do Presidente e Vice-Presidente eleitos da República. Com este discurso se cumpria a última parte do seu programa de trabalho: indicar as medidas de desobstrução da História pátria para a sua evolução. Ele é um resumo dos três anos de atuação do deputado, na denúncia dos males do país e na sua ânsia de defender a República, ainda que com o sacrifício das suas qualidades mais caras. Ele é também o fecho de um projeto em que empenhou todos os seus recursos, fundando até mesmo um jornal voltado exclusivamente para a propaganda das suas idéias.

Fausto Cardoso era um liberal e defensor extremado das prerrogativas do Legislativo. Entendia que o regime representativo parlamentar era "*a forma mais elevada da cultura política atual*"⁽⁹³⁾ e não admitia quaisquer críticas, qualquer desrespeito à pessoa do deputado que encarnava o mais alto dos poderes. Sua defesa do Legislativo beirava o ridículo, retirando-se da sessão se a imprensa criticava a constante obstrução dos trabalhos pela retirada dos deputados das sessões, ou votando contra um projeto se a imprensa comentava que era dever dos deputados votar a favor de tal ou qual projeto. Entendia também que a diferença entre um liberal e um conservador residia no fato de que

"conservador é aquele que deixa tudo às evoluções naturais, enquanto que os liberais querem o auxílio do homem, a sua intervenção, a fim de que o progresso se apresse, as reformas se precipitem"⁽⁹⁴⁾.

A intervenção do homem entretanto dava-se dentro de um plano traçado pela História, exterior a ele e imune aos desvios da sua vontade. Se a ação do homem desobedecia ao plano da História esta lhe respondia com as distorções, conflitos, crises, corrupção. O progresso era o destino natural das sociedades, mas ele seria conseguido obedecendo a uma escala evolutiva, cujo percurso era inexorável. O que Fausto Cardoso percebe e põe à conta de distorção histórica é de fato a dupla face da República brasileira, liberal na forma e autoritária no conteúdo. É o que ele chama a "ditadura vesga": um regime representativo, com uma constituição liberal, baseado no sufrágio universal masculino, mas praticado através da "política dos governadores" que sufocava os partidos e anarquizava o voto. O que ele lamentava era o desprestígio das leis liberais, herdado do Império, desde quando

"... Bernardo de Vasconcelos, o liberal, o democrata, (...) em lugar de organizar o país segundo as solicitações da história; de nos formular a lei que se nos derivava de relações políticas fatais e incontratáveis, as contrariou" (95).

A República, ele a vê na sua ambigüidade:

"É como se fôssemos duas nações, se tivéssemos duas repúblicas, nos dividíssemos em duas entidades: uma de convenção, outra real; uma criada pela razão, outra fornecida pela história; uma fictícia outra verdadeira" (96).

A solução de todos os males era submeter o país aos caprichos da História e dar-lhe um Governo consentâneo com a sua realidade — a ditadura. Convicto disso, o liberal sergipano apresentou ao Congresso uma indicação corajosa, estranha, surpreendente.

"Indico que o Congresso Nacional se constitua em convenção e assumas as funções do Poder Executivo para:

1ª Revogar a Constituição.

2ª Dispensar os funcionários do atual Governo, substituindo aqueles cujos cargos se reputam necessários à administração pública, e extinguindo os que o não forem.

3ª Nomear tantas comissões, quantas forem necessárias a esses fins:

- a) *sindicar dos crimes do atual Presidente da República, nos termos do art. 51 da Constituição revogada;*
 - b) *inquirir do destino dos dinheiros fornecidos pelo erário público ao Banco da República desde a sua fundação;*
 - c) *conhecer da origem das fortunas subitamente feitas pelos que têm ocupado cargos públicos, e dos que, com esses, se acharem ligados;*
 - d) *indagar das prevaricações e da incapacidade dos juizes de todas as instâncias da Capital da República;*
 - e) *formar a culpa de todos os que forem considerados criminosos, os quais serão julgados definitivamente pela convenção, que, para esse fim, se unirá em tribunal supremo de justiça.*
- 4º *Decretar o monopólio do café e da borracha nacionais, nos termos do projeto que preferir, entre os apresentados à Câmara em 1901.*
- 5º *Cassar a licença dos bancos de câmbio estrangeiros que funcionam no Brasil, de acordo com o projeto apresentado na mesma Câmara em 1900.*
- 6º *Deportar os jogadores da Bolsa, nacionais e estrangeiros, que forem considerados culpados da especulação cambial que delapida a fortuna pública e particular, e abate o crédito nacional.*
- 7º *Organizar a justiça e o processo civil, e demitir os magistrados que forem considerados intelectual e moralmente incompetentes para o exercício de seus cargos.*
- 8º *Discutir e decretar o Código Civil, em estudo no atual Senado, e votar uma lei que limite o arbítrio do ditador, que será proclamado, à esfera política, proibindo-o de violar as relações jurídicas de ordem puramente privada.*
- 9º *Proclamar um ditador e dissolver-se em seguida" (97).*

Lançando um projeto que submetia o país ao arbítrio, Fausto Cardoso estava consciente de agir como liberal, intervindo para que se apressasse o progresso, e o país pudesse entrar normalmente no regime democrático representativo. Estava cumprido o seu programa de trabalho.

A Câmara o veria de novo em 1906, em estilo bem diferente. Tinha ainda o verbo forte, trazia a mesma crença nas idéias que professava, a mesma bravura nas posições que tomava. Agora porém expunha-se menos. Vinha eleito pela coalizão oposicionista que se organizara em Sergipe. Estava, portanto,

comprometido com a política do seu Estado e com o programa de conseguir a derrubada da oligarquia olimpista que ainda ponteara em Sergipe. Opositor ali, não o era no plano da política nacional. Apoiava o Presidente Rodrigues Alves, num quadro novo, em que a autoridade do Presidente era submetida à "contestação conservadora" de Pinheiro Machado e seu "Bloco". Numa coisa continuava como antes — não se alinhava com o Rio Grande do Sul, não estava, portanto, de fato, do lado do poder. Era agora mais "político", no sentido que ele próprio emprestava ao termo — fazia concessões à conveniência.

Eleito em janeiro e reconhecido em junho, pouco pôde atuar no novo mandato. Nos fins de julho viajava para Sergipe e para a morte, reproduzindo situações que faziam lembrar sua atuação no mandato anterior. Na Câmara, pronunciou-se pelo Reconhecimento do diploma de um candidato opositor do Rio Grande do Sul, respondendo a argumentações contrárias de Davi Campista⁽⁹⁸⁾; apresentou depois um projeto, criando subvenção para os ex-Presidentes da República, que receberiam o título de Senador honorário, com direito a voz no Senado⁽⁹⁹⁾, e assinou ainda três projetos relativos ao funcionalismo público.

Foi ironicamente sobre a revolta de Mato Grosso, congênere daquele movimento em que perderia a vida, que Fausto Cardoso fez seu mais importante pronunciamento neste segundo mandato legislativo. Estando em discussão o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem do Presidente da República em que se submetia ao Congresso um pedido de estado de sítio, o deputado por Sergipe retomou as idéias que expedira, da mesma tribuna da Câmara, em 1902. Analisou o artigo 69 da Constituição, que classificou como instrumento para a restauração da ordem. Deteve-se sobre o conceito de intervenção⁽¹⁰⁰⁾ e examinou a atitude que, segundo a lei, cabia ao Presidente da República. Foi sobre esta figura e o seu papel naquele contexto que Fausto Cardoso falou. Retomou a sua teoria sobre o desenvolvimento do processo histórico e qualificou o momento político como o da desagregação prevista pela lei fundamental da História.

"Por toda parte, disse ele, as confederações antecederam às federações e as federações às centralizações". O Brasil, rompendo a lei através da "centralização artificial" imposta pelo Império, era corrigido pela História, com a federação republicana regredindo à confederação que se poderia resolver em separação. Esta desagregação levava ao desprestígio a autoridade do Presidente da República, transferida para os governadores dos Estados agrupados no "Bloco", em torno de Pinheiro Machado. Foi para aquela autoridade que se

voltou o orador, elogiando o tino político de Rodrigues Alves, pelo seu comportamento no meio da crise. Terminou o discurso anunciando um voto contra as suas convicções, um voto ditado pelo coração, uma homenagem ao poder impotente que se mantinha com dignidade em meio à crise. Votou pelo estado de sítio, pelo poder centralizador contra a lei do processo histórico, consciente porém de que era voto vencido, pela inexorável marcha da História⁽¹⁰¹⁾.

A atuação de Fausto Cardoso no Legislativo fica aqui apenas apresentada. Ela está à espera de um estudo mais acurado pela sua grande importância. O fato de ter sido o deputado sergipano voz isolada no Congresso, na maioria dos assuntos sobre que se pronunciou, não justifica o esquecimento a que sua obra foi relegada. É exatamente pelo seu sentido de contestação no seio de um Parlamento quase unânime, que ela excede em importância, como testemunho de uma das fases críticas da História brasileira. Além disso, a unidade de que se reveste o pensamento de Fausto Cardoso, exemplo raro de pensador ortodoxo, procurando aplicar à política brasileira a teoria que abraçou em sua forma mais radical, torna-o uma figura atraente, quase original, não fora ele tão integrado em sua época, pelo espírito positivo que revelou, pela crença no poder das idéias, pela submissão ao evolucionismo tão em moda naquela fase de oradores e gestos heróicos.



NOTAS

- (1) Jorge Plekanov, O papel do indivíduo na História (Venda Nova - Amadora, M. Rodrigues Xavier, 1971) p. 83.
- (2) Sobre a Escola do Recife veja: Clóvis Beviláqua, História da Faculdade de Direito do Recife (Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1927) 2 vols; Antonio Paim, A filosofia da Escola do Recife (Rio de Janeiro, Saga, 1966) p. 217; Vamireh Chacon, Da Escola do Recife ao Código Civil - Artur Orlando e sua geração (Rio de Janeiro, Simões, 1969) p. 362; A. L. Machado Neto, História das Idéias Jurídicas no Brasil (S. Paulo, Grijalbo - Universidade de S. Paulo, 1969) p. 71-177; e Wilson Martins, História da Inteligência Brasileira (S. Paulo, Cultrix: Ed. da Universidade de S. Paulo, 1977-1978) vols. IV e V.
- (3) De acordo com o Monismo os fenômenos da vida humana e da natureza são regidos por leis imutáveis e fixas; o universo forma um todo unitário, um monon. Cf. Fausto Cardoso, Concepção Monística do Universo (Rio de Janeiro, Laemmert, 1894) p. 293.
- (4) Clóvis Beviláqua, op. cit. p. 121.

- (5) Cf. A. L. Machado Neto, op. cit.
- (6) Cf. Fausto Cardoso, op. cit. p. 15.
- (7) André Bruno, *O Brasil Mental – Esboço crítico* (Porto, Livraria Chardron, 1898) p. 386.
- (8) A. L. Machado Neto, op. cit. p. 127.
- (9) Informação de Armino Guarani, *Diccionario Bio-bibliographico Sergipano* (Rio de Janeiro, Paulo Pongetti; Estado de Sergipe, 1925) p. 80.
- (10) Comentando sobre a impossibilidade de uma observação regular dos fenômenos da História, Tobias Barreto concluiu: . . . “essa mecânica ainda não encontrou o seu Kepler”. Cf. Fausto Cardoso, op. cit. p. 80.
- (11) Graça Aranha, *Prefácio à Concepção Monística do Universo* p. XXIII.
- (12) Fausto Cardoso, *Taxinomia Social (Ensaio)* (Rio de Janeiro, Tipografia Moraes, 1898) p. 70.
- (13) André Bruno, op. cit. p. 387.
- (14) Armino Guarani, op. cit. p. 80.
A obra não foi encontrada em nenhuma das bibliotecas pesquisadas.
- (15) Cf. Fausto Cardoso, *Discurso pronunciado na Sessão de 04/9/1900, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 1ª Sessão, 4ª Legislatura; mês de setembro* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, V) p. 79.
Teria começado aí a rivalidade Fausto/Valadão. Segundo relatou, quando Valadão o procurou depois do fato, disse-lhe: “Consigno nem para o céu irei; se morreremos juntos e juntos tivermos de seguir para o céu, creia-me, deixo-o e tomo o caminho do inferno”.
- (16) E. Gasiot, *As classes operária e proletária – VIII, A Aurora, Seção Livre* (Rio de Janeiro, 10/4/1902) p. 3. Grifo no original.
- (17) Vide Armino Guarani, op. cit. e Moreno Brandão, *Fausto Cardoso – esboço biographico* (Panedo, Tipografia de Carvalho Filho, 1909) 35 p.
- (18) Eis um trecho da carta que dirigiu a Prudente de Moraes:
“Ultimamente, aqui achando-se o dr. Martinho Garcez, Governador de Sergipe, d’onde sou filho, ofereceu-me ele uma cadeira de deputado federal por este Estado. Aceitei o oferecimento, e, desde então, comecei a afagar esse sonho. Acontece, porém, que, com a aproximação do pleito, outras candidaturas surgem, melhor aparelhadas, não de prestígio eleitoral, mas de recomendações valiosas; terreno em que eu sou, sem discussão alguma, o mais fraco, já porque nunca militei em política, já, porque os serviços que aí prestei, poucos e pequenos, como redator de *O Debate*, donde me retirei no mesmo dia em que deixastes o Governo; estão esquecidos. Assim, não podendo desenvolver relações políticas, apenas iniciadas, não posso contar com elas.
Nesta situação, lembrei-me de apelar para V. Excia. que tão elevou o nome (sic) e, que, por certo, não me deixará, por falta de padrinho, morrer pagão”.
I.H.G.B. Arquivo – Lata 596, Pasta 24. Grifo no original.
- (19) Afonso Arinos de Melo Franco, *Um estadista da República – Afranio de Melo Franco e seu tempo* (2 ed, Rio de Janeiro, Nova Aguilar; MEC, 1976) p. 433.
- (20) Fausto Cardoso, *Discurso pronunciado na Sessão de 19/5/1900, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 3ª Sessão da 3ª Legislatura, Sessões de 18/04 a 31/05/1900* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, I) p. 5 (Apêndice).
- (21) Assim Martins Teixeira apreciou a atuação do representante de Sergipe: . . . “Conheço perfeitamente S. Ex.; sei, pela experiência de todos os dias, qual a nature-

- za, superabundância e força de recursos que põe em jogo, quando toma a peito qualquer causa, seja para dedicar-lhe as suas simpatias, seja para votar-lhe a guerra de extermínio” Martins Teixeira, Discurso pronunciado na Sessão de 23/07/1900, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 3ª Sessão da 3ª Legislatura; Sessões de 02 a 31 de julho de 1900 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, III) p. 412.
- (22) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 8/11/1900, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 1ª Sessão da 4ª Legislatura, Sessões de 01 a 30/11/1900 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901, VII) p. 46.
- (23) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 18/7/1900, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 3ª Sessão da 3ª Legislatura; Sessões de 02 a 31/7/1900 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, III) p. 315/316.
- (24) João Dantas Martins dos Reis, Gumersindo Bessa (Aracaju, Regina, 1958) p. 200.
- (25) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na sessão de 06/8/1901, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 2ª Sessão da 4ª Legislatura; Sessões de 01 a 31/08/1901 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901) p. 6 (Apêndice).
- (26) Dênio Nogueira e Carlos Manuel Peláez explicam a dinâmica do pensamento econômico brasileiro no século XIX: “O pensamento econômico brasileiro, no século XIX, caracterizou-se pelo vivo debate entre os “metalistas” (ou escola ortodoxa), que propunham a moeda metálica e as restrições ao sistema bancário, e os “papelistas”, (ou escola de intermediação), propondo o papel-moeda e uma reforma bancária liberal”. Cf. Dênio Nogueira e Carlos Manuel Peláez, O Sistema monetário brasileiro em perspectiva histórica 1800-1906 IN A Moderna História Econômica (Rio de Janeiro, APEC, 1976) p. 61.
Sobre o pensamento econômico brasileiro veja ainda: Nicia Vilela Luz, A luta pela industrialização do Brasil (2 ed, S. Paulo, Alfa-Omega, 1975) p. 224.
- (27) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 26/6/1900, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 3ª Sessão da 3ª Legislatura, Sessões de 01 a 30/06/1900 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, II) p. 488.
- (28) Idem, Discurso pronunciado na Sessão de 31/08/1900, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 3ª Sessão, 3ª Legislatura, mês de agosto (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, IV) p. 658 a 662.
- (29) Refere-se ao acordo de 26/2/1900, com o qual Joaquim Murinho reduziu a dívida do Banco da República com o Tesouro, de 159100:587\$010 e & 574620 esterlinas a 50.000 contos, “metade a vista e metade a prazo”. Cf. Edgard Carone, A República Velha Instituições e Classes Sociais (3 ed, S. Paulo, Difel, 1975) p. 117.
- (30) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 4/9/1900, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 1ª Sessão, 4ª Legislatura, mês de setembro (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, V) p. 82. Grifos no original.
- (31) Cf. Fausto Cardoso, Discursos pronunciados nas sessões de 3 e 4/9/1900 e 26/10/1900, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 1ª Sessão, 4ª Legislatura; mês de setembro (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, V) p. 34 a 46, 63 a 82 e Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 1ª Sessão da 4ª Legislatura; Sessões de 01 a 31/10/1900 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, VI) p. 641-661.
- (32) Cf. Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na sessão de 04/9/1900, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 1ª Sessão, 4ª Legislatura; mês de setembro (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, V) p. 63/82.

- (33) Discurso de Fausto Cardoso pronunciado na sessão de 13/09/1900, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 1ª Sessão, 4ª Legislatura; mês de setembro (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, V) p. 235.
- (34) Ibid. p. 192 (Sessão de 11/09/1900).
- (35) Ibid. p. 192-193.
- (36) Em sessão de 12 de setembro Fausto Cardoso respondeu ao deputado Benedito Souza que, defendendo o Ministro da Fazenda, afirmou não reconhecer no deputado sergipano autoridade moral para atacar Murtinho. Contou então a história da sua candidatura, apresentando documentos que comprovavam o ter sido ele apresentado por Prudente de Moraes e Martinho Garcez, em reconhecimento pelos serviços que prestara ao Governo do ex-Presidente da República, quando dirigia o jornal O Debate, do Partido Republicano. Cf. Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados 5ª sessão, 4ª Legislatura; mês de setembro (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, V) p. 200 a 202.
- (37) Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 1ª Sessão, 4ª Legislatura, mês de setembro (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, V) p. 546 (Sessão de 24/9/1900).
- (38) Ibid. p. 592 (Sessão de 26/09/1900) O fundo de garantia foi criado pela lei nº 581, de 20/07/1899 e seus recursos, que garantiam o papel-moeda em circulação, "viriam da cota de 5% ouro, resultante dos produtos de importação para consumo; do saldo das taxas arrecadadas em ouro; do produto integral do arrendamento das estradas de ferro da União estipulado em ouro, e de todas as outras rendas em ouro". Cf. Edgard Carone, op. cit., p. 116-117.
- (39) Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 1ª Sessão da 4ª Legislatura, Sessões de 01 a 30 de novembro de 1900 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901, VII) p. 59. (Sessão de 08/11/1900).
- (40) Ibid. p. 85 (Sessão de 09/11/1900).
- (41) Ibid. p. 233 (Sessão de 19/11/1900).
- (42) Ibid. p. 234 (Sessão de 19/11/1900).
- (43) Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 1ª Sessão da 4ª Legislatura; Sessões de 01 a 30 de novembro de 1900 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901, VII), p. 293. (Sessão de 21/11/1900).
- (44) Ibid. p. 358-362 (Sessão de 26/11/1900).
- (45) Ibid. p. 567-569 (Sessão de 30/11/1900).
- (46) Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 1ª Sessão da 4ª Legislatura; Sessões de 01 a 31/10/1900 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, VI) p. 660-661. (Sessão de 26/10/1900).
- (47) Diário de Pernambuco, Fausto Cardoso (Recife, 31/8/1906) p. 1 e 2.
- (48) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 22/8/1901, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 2ª Sessão, 4ª Legislatura; Sessões de 01 a 31/08/1901 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901, IV) p. 112. Vide a propósito.
- (49) "Sabemos que um Sr. Deputado, que na legislatura passada fez sucesso na Câmara pela maneira ativa com que sempre se portou, está vendido ao Sr. Campos Sales. O fazendeiro do Banharão o comprou por 30:000\$, dinheiro esse saído das arcas do Tesouro!
Quanta indignidade, quanta torpeza, quanta prostituição de caráter, santo Deus, anda por aí!
Um Deputado vendido por 30:000\$000!

- Sabemos que esse mesmo Deputado vai, brevemente, em passeio, visitar a pátria de Victor Hugo" (Publicado em *A Noite*, do Rio de Janeiro e lido por Fausto Cardoso na Câmara). Cf. Congresso Nacional, *Annaes da Câmara dos Deputados, Segunda Sessão da 4ª Legislatura, Sessões de 27/04 a 31/05/1901* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901, I) p. 271.
- (50) "Existe entre nós uma política do Vice-Presidente, política monstruosa, anárquica, perigosíssima". Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 27/08/1901, Congresso Nacional, *Annaes da Câmara dos Deputados, 2ª Sessão, 4ª Legislatura, Sessões de 01 a 31/08/1901* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901, IV) p. 57 (Apêndice Sessão de 27/8).
- (51) *Ibid.* p. 60.
- (52) *Ibid.* p. 61.
- (53) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 27/8/1901, Congresso Nacional, *Annaes da Câmara dos Deputados, Segunda Sessão da 4ª Legislatura, Sessões de 01 a 31/08/1901* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901, IV) p. 63 (Apêndice).
- (54) *Ibid.* p. 165/166 (Sessão de 10/08).
- (55) *Ibid.* p. 337/379 (Sessão de 22/08).
- (56) *Ibid.* p. 392/394.
- (57) *Ibid.* p. 393 (Sessão de 23/08).
- (58) Cf. Luis Washington Vita, Alberto Sales Ideólogo da República (S. Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965) p. 45. O artigo "Balanço político - Necessidade de uma reforma constitucional" foi publicado em *O Estado de São Paulo* a 17/07/1901.
- (59) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 30/7/1901, Congresso Nacional, *Annaes da Câmara dos Deputados, 2ª Sessão da 4ª Legislatura, Sessões de 01 a 31/07/1901* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901, III) p. 295.
- (60) *Ibid.* p. 8 (Sessão de 01/07/1901).
- (61) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 1/7/1901, Congresso Nacional, *Annaes da Câmara dos Deputados, 2ª Sessão da 4ª Legislatura, Sessões de 01 a 31/07/1901* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901, III) p. 9.
- (62) Refere-se à discussão do projeto que premiava o médico Chapot Prevost pela separação de xipófagas, quando ocupou a tribuna por quatro dias seguidos, defendendo uma opinião isolada que se opunha ao projeto.
- (63) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 03/7/1901, Congresso Nacional, *Annaes da Câmara dos Deputados, 2ª Sessão da 4ª Legislatura, Sessões de 01 a 31/07/1901* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901, III) p. 38 (Resumo).
- (64) *Ibid.* p. 39 (Sessão de 3/7/1901).
- (65) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 31/10/1901, Congresso Nacional, *Annaes da Câmara dos Deputados, 2ª Sessão da 4ª Legislatura, Sessões de 01 a 31/10/1901* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902, VI) p. 713.
- (66) *Ibid.* p. 713 - 714.
- (67) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 11/11/1901, Congresso Nacional, *Annaes da Câmara dos Deputados, 2ª Sessão da 4ª Legislatura, Sessões de 01 a 30/11/1901* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902, VII) p. 193.
- (68) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 5/12/1901, Congresso Nacional, *Annaes da Câmara dos Deputados, 2ª Sessão da 4ª Legislatura, Sessões de 01 a 28/12/1901* (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902, VIII) p. 180-184.

- (69) Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 2ª Sessão da 4ª Legislatura; Sessões de 01 a 30/11/1901 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902, VII) p. 579. (Sessão de 29/11).
- (70) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 5/12/1901, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 2ª Sessão da 4ª Legislatura; Sessões de 01 a 28/12/1901 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902, VIII) p. 110.
- (71) Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 2ª Sessão da 4ª Legislatura; Sessões de 01 a 31/10/1901 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902, VI) p. 146 (Sessão de 08/10).
- (72) Cassiano Nascimento apud Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 08/10/1901, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 2ª Sessão, 4ª Legislatura; Sessões de 01 a 31/10/1901 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902, VI) p. 169.
- (73) Ibid. p. 161.
- (74) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 5/05/1902, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 3ª Sessão da 4ª Legislatura; Sessões de 03 a 22/05/1902 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902, IV) p. 22 a 26.
- (75) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 1/5/1902, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, Sessão extraordinária; Sessões de 1/4 a 2/5/1902 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902, III) p. 431.
- (76) Ibid. p. 85 a 96 Apêndice (Sessão de 16/05).
- (77) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 23/7/1901, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, Sessões de 28/06 a 31/07/1902 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902, V) p. 457.
- (78) Denunciou a prática da pena de galés em Sergipe bem como o estabelecimento da prisão com ferros; apoiou emenda de Rodrigues Dória autorizando o Governo a custear despesas com a retificação dos estudos feitos na barra de Aracaju em 1875 e com a execução de melhorias reclamadas pela navegação em Sergipe.
- (79) Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, Sessão extraordinária; Sessões de 1/4 a 2/5/1902 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902, III) p. 411 (Sessão de 30/04).
- (80) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 11/8/1902, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 2ª Sessão da 4ª Legislatura; Sessões de 01 a 30/08/1902 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902, VI) p. 172-186.
- (81) Ibid. p. 302 (Sessão de 19/08/1902).
- (82) Ibid. p. 303.
- (83) Ibid. p. 316-319 (Sessão de 20/08/1902).
- (84) Ibid. p. 318.
- (85) Ibid. p. 353 (Sessão de 21/08/1902).
- (86) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na sessão de 29/08/1902, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 3ª Sessão da 4ª Legislatura; Sessões de 01 a 30/08/1902 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902, VI) p. 522.
- (87) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na sessão de 11/9/1902, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 3ª Sessão da 4ª Legislatura; Sessões de 01 a 30/09/1902 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902, VII) p. 274-290.
- (88) Ibid. Sessão de 22/09 p. 668-677.
- (89) Cf. Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 19/12/1902, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 3ª Sessão da 4ª Legislatura; Sessões

- de 01 a 31/12/1902 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1903, X e XI) p. 405 - 408.
- (90) Cf. Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 28/12/1902, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 3ª Sessão da 4ª Legislatura; Sessões de 01 a 30/11/1902 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, IX, 1903) p. 708 - 713.
- (91) Fausto Cardoso, Discursos pronunciados nas Sessões de 03 e 04/12/1902, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 3ª Sessão da 4ª Legislatura; Sessões de 01 a 31/12/1902 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1903, X e XI) p. 90 (Sessão de 04/12) e p. 60 a 62 (Sessão de 03/12).
- (92) Cf. Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 26/2/1902, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, Sessão extraordinária; Sessões de 19 a 28/02/1902 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902, I, II) p. 15.
- (93) Fausto Cardoso, Lei e Arbitrio. Discurso proclamando a ditadura no seio do Congresso Nacional, Sessão de 09/06/1902, (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902) p. 59.
- (94) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 2/07/1906, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, 3ª Sessão da 4ª Legislatura; Sessões de 28/06 a 31/07/1902 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902, V) p. 19.
- (95) Fausto Cardoso, Lei e Arbitrio. Discurso proclamando a ditadura no seio do Congresso Nacional, Sessão de 09/06/1902 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902) p. 73.
- (96) Ibid. p. 75.
- (97) Ibid. p. 104 - 106.
- (98) Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 10/5/1906, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, Sessões de 18/04 a 26/05/1906 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1907, I) p. 488 - 449.
- (99) Cf. Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 2/07/1906, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, Sessões de 02 a 31/07/1906 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906, III) p. 10 - 11.
- (100) Vide sobre este conceito a apreciação do mesmo discurso à página 212.
- (101) Cf. Fausto Cardoso, Discurso pronunciado na Sessão de 16/07/1906, Congresso Nacional, Annaes da Câmara dos Deputados, Sessões de 02 a 31/07/1906 (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906, III) p. 213.

OUTUBRO DE 1930

Emmanuel Franco *

Era bem pequeno. Estudava na Escola Laranjeirense, da professora Euphrosina (Zizinha) Guimarães. Antes de 1930, o Brasil era um país de povo rico e de governo pobre.

A República estagnara o país. São Paulo era uma locomotiva que arrastava vinte e um vagões vazios.

No município e no estado, nada se fazia. As últimas obras efetuadas em Laranjeiras, Sergipe, datavam do Império. Eram as pontes de tijolo sobre o Rio Cotinguiba.

Os empregos eram vendidos. Um pretendente a funcionário comprava o emprego de um velho funcionário que ia se aposentar.

Tudo era o mesmo. Tudo se repetia de geração para geração.

Quem era rico, se comia demais, não podia luxar. Quem luxava demais, não podia comer muito. Porque, se fizesse ambas as coisas, morreria pobre.

Quando o açúcar, o algodão, o arroz, o sal subiam de preço, toda a cidade ficava rica, porque o dinheiro escorria das mãos, como se cheias de lama e todo o mundo ganhava e tinha dinheiro.

O feudalismo existia em toda a parte. A posse da terra, o domínio da terra, era o fim de toda a ambição.

Na propriedade, a Polícia somente podia entrar com autorização do dono. Dentro dela, o governo era ele.

Naquela sociedade patriarcal não havia fome. Havia fartura. Havia uma certa responsabilidade do dono da terra com os seus moradores, pois estes eram amparados na velhice ou na doença, com auxílios semanais ou esmolas, mas, eram amparados e não morriam à mingua.

Desde pequenino eu sempre ouvia dizer: "Um trabalhador braçal não pode ganhar por dia, nunca, um salário menor do que 1 quilo de carne de boi. Quando a carne de boi subir, deve-se subir o salário".

* Professor Titular da Universidade Federal de Sergipe.

O trabalhador braçal não ganhava menos.

A comida do pobre era o bacalhau ou a jabá, carne seca ou charque, os mais baratos dos alimentos.

Bebia-se muito. A cachaça era abundante e quase de graça. No fim de feira, os bêbados caíam pelas ruas e estradas.

Jogava-se muito. O jogo era a distração do ano inteiro. Jogava-se com folhinha, caroços de milho ou feijão, moedas de vintém, níquel, centenário, prata e papel. Jogava-se pé-de-parede, sefe-e-meio, vinte-e-um, bacarat, pooker, dama, gamão e víspora. Laranjeiras era a cidade do vício, a Sodoma e Gomorra.

O automóvel chegara a Laranjeiras antes da estrada de rodagem. Antes de 1930 havia vinte e sete automóveis particulares, marcas Opel, Overland, Ford e Chevrollet.

Washington Luiz, o presidente da República, dissera que "governar, era construir estradas". Assim, o presidente do estado, Manoel Dantas, começou a construir estradas de rodagem, começando pela de Aracaju-Laranjeiras-Itabaiana.

Com as estradas de rodagem surgiram as marinetes, transportes coletivos atualmente denominados de ônibus. Marinetti era um poeta italiano que apresentava uma poesia diferente da conhecida na época. Era uma novidade.

Sergipe era um estado muito industrializado e podia se equiparar a qualquer região industrializada européia.

A agroindústria do açúcar contava com perto de cem meio usinas e mais de cem engenhos de açúcar bruto. Quase todos possuíam o seu alambique para fabricar a cachaça.

Usinas de beneficiamento do arroz existiam em todo o Baixo São Francisco.

O algodão, das extensas roças da caatinga, era descarado nas dezenas de usinas de beneficiamento, existentes nas localidades da cotonicultura. Treze fábricas de tecidos teciam o algodão. Em Aracaju, uma fábrica produzia o queque ou torta e óleo de algodão.

O fumo era industrializado nos engenhos de fumo de corda e nas fábricas de charutos e cigarros.

Nas salinhas, produzia-se o sal. Nas fazendas de gado produzia-se o leite, o queijo e o requeijão, que eram vendidos por arrobas.

Fábricas de óleo de coco industrializavam o fruto do coqueiro.

Fabricava-se doces e caramelos.

Havia indústrias mecânicas que fabricavam até vácuos de usinas e consertavam todas as peças e máquinas dos engenhos e fábricas. Eram de propriedade de engenheiros mecânicos alemães.

A agroindústria ocupava a mão-de-obra. No verão, o catingueiro, produtor de algodão, milho e feijão, encontrava trabalho na agroindústria açucareira e nas salinas.

São Paulo era o estado mais alfabetizado do país. O segundo era Sergipe com vinte e cinco por cento de alfabetizados.

As terras mais caras do Brasil se encontravam em Ribeirão Preto, São Paulo e em Riachuelo, Sergipe.

A população brasileira era de 28 milhões de habitantes, enquanto a população da Espanha era de 30 milhões.

Meu pai, José de Barros, da Usina Ribeira, era um homem letrado. Estudara no Colégio Salvador, em Bahia, e gostava de ler jornais.

Assinava os jornais, *A TARDE*, da Bahia: "O País" e a "Aliança Liberal", do Rio de Janeiro.

A TARDE publicava romances-folhetins e minha mãe adorava. Aos domingos, passava toda a tarde lendo os folhetins e depois narrava para nós, seus filhos, as aventuras do Príncipe Bandido, de Roger de L'Isle, de Marcial de Sarmeuse, de Branca de Courtoumier.

"O País", era um jornal conservador, da linha de Washington Luiz e Júlio Prestes. "A Aliança Liberal", com o seu título vermelho, era o jornal da oposição. De Olegário Maciel, João Pessoa e Getúlio Vargas.

Meu pai era um liberal. Apoiou Nilo Peçanha contra Arthur Bernardes e ainda guardava com orgulho, e mostrava a seus filhos, o telegrama que ele passara em 1923, na campanha civilista.

Meu pai mandava que eu e meu irmão Renato lêssemos os jornais para ele ouvir deitado na rede.

Líamos, e, pequeninos, acompanhávamos a agitação política do país. Acompanhávamos a Guerra de Princesa, onde Zé Pereira, apoiado por Estácio de Coimbra, presidente de Pernambuco, lutava contra João Pessoa, presidente da Paraíba.

Sabíamos das aventuras dos tenentes Siqueira Campos, Juarez Távora, Luiz Carlos Prestes, Maynard, Eurípedes e Soarino.

Na Escola Laranjeirense, os meninos acompanhavam os acontecimentos. O trem trazia *A TARDE* da Bahia e os navios traziam os jornais do Rio.

Getúlio Vargas e João Pessoa foram lançados candidatos da Aliança Liberal. Júlio Prestes e Vital Soares foram os candidatos do governo. Os tenen-

tes, os jovens revolucionários de 1922, 1924 e 1926, apoiaram os candidatos da Aliança Liberal.

Em 1929, houve eleição a bico-de-pena, para escolha do presidente e vice-presidente da República. Assistimos a eleição.

A Aliança Liberal teve apenas 16 votos em Laranjeiras. Um deles foi de meu pai.

Na eleição, votavam defuntos. Ninguém podia vencer o Cel. Anísio Ezequiel de Barros que governava Laranjeiras há 24 anos, continuara o seu pai, o Cel. Marcolino Ezequiel, que governara 42 anos seguidos, deixando, ao seu filho, a herança política.

O poder econômico estava em outras mãos, mas, o poder político continuava estático, daí a ferocidade das lutas políticas. Era impossível ganhar legalmente as eleições.

A Aliança Liberal contestou as eleições e a agitação política saiu às ruas das capitais dos estados. O jornal "Aliança Liberal", com seu cabeçalho vermelho, cada vez chegava mais inflamado.

Finalmente matam João Pessoa, em um bar de Recife e a palavra Nego, com uma tarja negra, começa a aparecer.

Todo o mundo esperava que alguma coisa acontecesse. A pancadaria tomou conta das ruas de Aracaju, onde apanharam muitos professores.

No dia 3 de outubro rebenta a revolução. Juarez Távora comanda as tropas do Norte. Olegário Maciel comanda as tropas de Minas Gerais. Getúlio Vargas comanda a gauchada e é o chefe da revolução. As tropas se dirigem contra São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, três focos governistas.

Nesse tempo, corre a notícia em Laranjeiras que Lampião estava tentando entrar nas ricas cidades da Cotinguiba.

Uma noite, às oito horas, estávamos na porta de casa, quando um grupo de homens, parentes e conhecidos, vem dizer à minha mãe, que as notícias corriam que Lampião com seu grupo estava entrando na vizinha Cidade de Maroim e podiam vir para Laranjeiras. Como meu pai estivesse ausente, nós não devíamos ter susto. Pelo telefone, eles tinham se comunicado com o presidente do estado e que ele informou que ia enviar a cavalaria da Polícia para a Cidade de Maroim. Enquanto isto, eles receberiam Lampião a bala e que nós fechássemos as portas e janelas.

De madrugada, ouvia-se os passos da cavalgada pelas ruas silenciosas de Laranjeiras. Era uma tropa de sessenta cavaleiros da Polícia que passava em direção de Maroim. Lampião não tentou mais entrar nas cidades da Cotinguiba.

A revolução continuava e as notícias chegavam pelo telefone, telégrafo e trem. Não havia rádio, nem estação de rádio, naquela época.

Sabia-se que as tropas de Juarez tinham sido vitoriosas e que por trem se dirigiam para Alagoas e Sergipe, em direção de Salvador, Bahia.

Dizia-se que o governo estadual tinha mandado tropas deter a passagem do Rio São Francisco e que os canhões estavam atirando. Depois, correu a notícia de que o presidente Manoel Dantas tinha abandonado o governo e fugira. Correu a notícia de que, no outro dia, os revolucionários passariam de trem por Laranjeiras, vindos de Propriá para Acaraju, trazendo preso Lampião e seu grupo de bandidos.

No outro dia pela manhã, a escola Laranjeirense não funcionou e permitiu que os alunos fossem assistir a passagem das tropas revolucionárias.

Nós, alunos da escola, fomos cedo para a Estação do Leste Brasileiro e ficamos aguardando.

Entre oito e nove horas da manhã, vem chegando um trem, cheio de soldados, armados de cartucheiras. Estavam vestidos de cáqui, a farda da época e com um laço amarrado no pescoço.

O trem passou vagorosamente e saudamos e fomos saudados pelos revolucionários, que não traziam Lampião preso.

A revolução estava vitoriosa. O general Juarez Távora era o ídolo do Norte. Dizia-se que se ele quizesse, assumiria o governo.

Getúlio Vargas assumiu o governo com a gauchada e os tenentes.

A cada tenente distribuiu os governos estaduais. A Maynard Gomes coube Sergipe, que dirigiu como quis.

Todo mundo sabia que a revolução ia mudar tudo no Brasil. E esperou.

A construção da Ponte de Pedra Branca e do canal de Santa Maria foram obras que marcaram fundo, pois foram as primeiras obras feitas em Sergipe pelo governo federal, desde a Proclamação da República em 1889.

Depois destas, outras e outras obras se sucederam até hoje.

O general Juarez Távora, o vitorioso de 1930, o vice-rei no Norte, esqueceu-se das lições da história, em que os vitoriosos se autoneameiam, se autopromovem e se autocoroam para governar, abandona tudo para aceitar as suas promoções a partir de capitão, pelos canais regulares.

Em vez de mandar, passa a ser mandado pelos que nada fizeram, e a ser promovido pelos que lhe invejavam a fama e prestígio.

Lentamente galga os postos militares, se torna uma reserva moral do país e, como reserva moral, morre muito e muitos anos depois.

Getúlio Vargas passa a governar sozinho até morrer, muitos anos depois.

A Revolução de Trinta continua.

Ela era a vitória da cidade contra o campo. Do comércio contra a lavoura.

Lentamente, a cidade vai esmagando o campo, o comércio e a lavoura.

A cidade vai exigindo comida cada vez mais barata e vai crescendo,

O orgulhoso paulista quatrocentão, fazendeiro do café, desaparece. A aristocracia canavieira da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro desaparece com o tempo. Desaparecem o plantador e o descaroador de algodão. Desaparecem os tradicionais plantadores e beneficiadores de arroz do Baixo São Francisco. Os salineiros de Sergipe.

As cidades vão crescendo, vão inchando e a exigirem alimento cada vez mais barato.

O comércio estimula a industrialização do país. Fábricas surgem e exigem mão-de-obra e matérias baratas, para sobreviverem.

Getúlio Vargas, para se perpetuar no poder, bajula a Cidade do Rio de Janeiro. Pede cotas de sacrifício dos agricultores para que o leite, a carne, o café, o açúcar, o arroz etc., sejam vendidos mais baratos no Rio de Janeiro.

O transporte tem que ser barato e exige que a Central, a Leopoldina, os bondes da Light, as barcas da Cantareira mantenham um preço irrisório, em uma inflação criada e estimulada por ele. Assim, as contas de água, luz e telefones. Assim, os aluguéis. Assim, os baixos salários das camadas mais pobres.

Os governos posteriores seguem a mesma trilha.

O campo vai empobrecendo. Negam-lhe qualquer lucro, mas, lhe emprestam dinheiro barato.

A população rural vai se mudando para as cidades. Todo o mundo gosta de tudo barato. Todo mundo quer consumir. Ninguém quer produzir.

Ninguém vai querendo mais plantar. Qualquer emprego dá mais lucro que a colheita de uma grande fazenda.

A população rural vai declinando de perto de 80%, em 1930, para cerca de 20% em 1980. Continuando assim, no ano 2000 será de apenas 5%.

O Brasil vai crescendo, se industrializando, conquistando os espaços vazios e enriquecendo. O crime se transfere para a cidade.

Um dia, o Povo cansado não agüenta mais a exigência da grande Cidade do Rio de Janeiro e muda a capital para Brasília. Nesta, se aloja um grupo de mordomos, que desvirtuando tudo em seu benefício, que talvez não muito longe, a capital tenha que ser mudada de novo, caso a geração atual não queira reprimir todo e qualquer abuso.

O Brasil progrediu muito nos últimos cinqüenta anos, em todos os sentidos. E o povo melhorou?

Hoje o país é rico enquanto o povo é pobre.

Há cinqüenta anos atrás, os pais diziam aos seus filhos, que eles não deveriam pagar ao trabalhador braçal um salário diário menor do que o preço de um quilo de carne de boi por dia de trabalho.

O bacalhau era a comida do pobre. Depois vinha a jabá ou carne seca ou charque. Por fim, a carne de boi, verde.

Será que o salário mínimo de hoje corresponde a isto? Não corresponde.

Neste meio-século, o pobre ficou mais pobre com o empobrecimento do campo. Enriqueceram o banqueiro, o comerciante, o industrial. O Brasil passou a importar alimentos.

Corrigir isto deve ser a meta daqui para diante. Enriquecer o campo, pagando o preço justo das mercadorias produzidas, para que haja abundância. Elevar o nível de vida das camadas mais humildes, pagando-lhes salários que correspondam a uma diária de dois quilos de carne verde e posteriormente a três e quatro quilos.

Esta deve ser a meta dos revolucionários de 1930, nós os alunos da Escola Laranjeirense, que fomos ver a passagem do trem, conduzindo Lampião preso e os revolucionários de lenço vermelho no pescoço e cartucheiras no cinto. E aqueles que assinavam o jornal Aliança Liberal, daqueles tempos já distantes.

O 13 DE JULHO NA HISTÓRIA DE SERGIPE

Prof. Acrízio Cruz *

Testemunha presencial dos fatos que compuseram a revolta do 28º Batalhão de Caçadores, a 13 de julho de 1924, há quase meio século, portanto, e, arrimado em documentos dos arquivos da Biblioteca Pública do Estado, venho prestar aqui o meu depoimento sobre a mesma, acolhendo a indicação que me fez a Câmara de Educação Cívica do Conselho Estadual de Educação.

Tive a vivência dos acontecimentos, de larga repercussão, e, no Governo da Ditadura, fui auxiliar imediato da grande figura das revoluções de 24 a 30, que foi Augusto Maynard Gomes.

A mocidade indaga, a todo instante, sobre o significado do 13 de Julho, pois a sua divulgação foi injustamente sufocada por outros acontecimentos em que não se inclui nem por conexão ou por simples referências, a importância daquela data e o que ela representou na contribuição ao Civismo da Pátria.

Em seu relatório ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra, o General Marçal Nonato de Faria, comandante chefe das tropas de terra e mar incumbidas das operações de Guerra em Sergipe, com o fim de sufocar a revolta do 28º Batalhão de Caçadores, assim se expressou:

"Em consequência das medidas de repressão adotadas pelo Governo Federal, contra os revoltosos da capital de São Paulo, receberam ordem, a 7 de julho, para ficar de prontidão, o 19º, o 20º e 28º Batalhões de Caçadores, isto é, todas as unidades da 6ª Região Militar.

Nada de anormal se passava na região, tendo esses três batalhões estado meses antes na Bahia, prestando muito bons serviços à cau-

* O Prof. Acrízio Cruz, ao lado das atividades desempenhadas no magistério sergipano, ocupou diversos cargos públicos na administração do Estado; faleceu em 1969.

sa da legalidade, por ocasião da sucessão governamental desse Estado, sendo que o 28º BC teve maior demora, pois que ali permaneceu, de dezembro de 1923 a abril de 1924.

A 10 de julho, por ordem superior, embarcou para S. Paulo o 19º Batalhão de Caçadores, o que fez com muita prontidão e disciplina.

O 20º e o 28º Batalhões não tinham ainda recebido ordem de embarque, mantendo-se, todavia, preparados para partir. Estávamos nessa situação de expectativa, quando a 13 de julho, a tarde, tive notícia de que se havia revoltado o 28º Batalhão de Caçadores, estando à sua frente, o Capitão Eurípedes Esteves de Lima, os 1ºs Ttes. Augusto Maynard Gomes e João Soarino de Melo e o 2º Tte. Contador Manoel Messias Mendonça”.

Em face dessa notícia, sobejamente confirmada, recebeu o General Marçal Nonato de Faria, então em Salvador, ordem de repor no Governo de Sergipe, o dr. Maurício Gracho Cardoso, deposto pelos revoltosos na madrugada de 13 de julho.

Agora vejamos por que se revoltaram aqueles oficiais e grande parte de efetivo do 28º BC.

Havia, desde o Governo de Epitácio Pessoa, grande efervescência militar e civil, com os intuitos de moralização do regime. No período governamental imediato, sob a Presidência do Dr. Artur Bernardes, rebentou em S. Paulo, a 5 de julho de 1924 a revolução chefiada pelo General Isidoro Dias Lopes. Essa revolução foi cuidadosamente articulada com unidades militares de muitos outros estados no País. Mas só cumpriu o que ficou combinado, o 28º BC, que se rebelou a 13 de julho. O movimento de S. Paulo foi deflagrado com precipitação e por isso se antecederam. Na época não havia rádio e as comunicações eram, portanto, precaríssimas. Deve-se dizer de antemão que o 13 de julho fez parte da seqüência de revoluções que culminaram na de 1930, que trouxe ao país relevantes benefícios.

A 12 de julho, o Governador do Estado, Dr. Maurício Gracho Cardoso, recebeu o seguinte telegrama.

“Rio, 12. (Palácio Residencial)

Transmito a V. Exa. os comunicados oficiais da meia-noite. Nossas forças continuaram a progressão ontem iniciada. Durante a madrugada de 11 nossa artilharia enfrentou o inimigo durante largo espaço de tempo. Às 6.30 nossas tropas de ataque partiram para a conquista de seus objetivos, que al-

cançaram, apreendendo durante a ação 21 metralhadoras. Reina desânimo entre os rebeldes. Foi proposto um entendimento por meio de um emissário revoltoso. A divisão em operações repeliu a proposta, declarando que só trataria com os insurretos para lhes acertar rendição incondicional. É magnífico o ânimo de nossas tropas. Cordiais saudações. Félix Pacheco, Ministro Interino da Justiça”.

Antes, a 5 de julho, o Governador do Estado recebeu um telegrama urgente e reservado comunicando a sedição de S. Paulo. E incontinentemente pediu chegar ao Palácio o Major Jacinto Dias Ribeiro, então comandante do 28º BC. Em palácio, o Governador do Estado, Dr. Gracho Cardoso, mostrou-lhe o telegrama e afirmou em seu relatório que sindicou como autoridade e amigo particular do Major Jacinto, qual a verdadeira situação do 28º BC e se o Governo da República poderia estar tranqüilo quanto à obediência do mesmo a quaisquer ordens e, finalmente, se deveria confiar na subordinação leal dos oficiais e praças.

O Major Jacinto Dias Ribeiros, argumentando com a recente atitude do 28º BC em Salvador, afirmou estar inteiramente convencido de que o 28º saberia manter o princípio de disciplina. Então o Governador do Estado, enviou, à vista do próprio comandante do 28º BC, a resposta cabível ao chefe da Nação. O Major Jacinto era um rapaz, inteligente, dotado de certo preparo profissional, possuía cultura generalizada, mas não revelava muito pendor para a vida militar.

A SITUAÇÃO DO 28º BC EM 1924

Conquanto essa unidade se houvesse conduzido em Salvador conforme as referências do Major Jacinto, as apreensões políticas de ordem geral, deixavam entrever na referida unidade certa inquietação, liderada por alguns oficiais que já haviam revelado descontentamentos, chegando certa vez a praticarem um desagravo contra o “Diário da Manhã”.

Esse jornal foi empastelado à luz do dia à vista de numerosas pessoas pelo Capitão Eurípedes Esteves de Lima e os 1ºs Tenentes Augusto Maynard Gomes e João Soarino de Melo, em face de um artigo considerado ofensivo à memória do Marechal Hermes da Fonseca.

Havia muita vibração nos elementos expressivos daquela unidade, incluindo-se entre os mesmos, oficiais e sargentos. Na oficialidade distinguiam-se, obedecendo à inversão na ordem hierárquica o 1º Tenente Augusto Maynard Gomes, o Capitão Eurípedes Esteves de Lima, o 1º Tenente João Soarino de

Melo e 2º Tenente Manuel Messias de Mendonça. Esses eram as figuras mais admiradas com quem quase todas as tardes vários civis palestravam e discutiam os acontecimentos políticos da época. O Capitão Eurípedes era um homem sóbrio, circunspecto e de muita reflexão. O 1º Tenente João Soarino de Melo era de uma inteligência brilhante, muito vivaz, culto, enfim um oficial de elite. Não fossem os incidentes de ordem particular na sua vida pessoal, teria sido hoje um grande chefe militar. O 2º Tenente, Manuel Messias Mendonça, estudioso, moderado e muito dedicado à sua carreira. O 1º Tenente Augusto Maynard Gomes, esse era uma figura diferente. Desde moço, como estudante, sempre cabeça de motim, inteligente, irrequieto, ardoroso, admirado e respeitado, como homem decidido e corajoso. Em face de vários acontecimentos que o atingiram desde a fase estudantil, não foi, é bem verdade, um homem de estudos, pois não teve uma vida muito ordenada, como se pode dizer, que o favorecesse na aquisição de maiores conhecimentos. Nessa época o Quartel do 28º BC era no Centro da cidade. Localizava-se na Praça General Valadão precisamente na área hoje do Hotel Palace e do grande edifício em construção na rua Itabaianinha. Havia por isso muita facilidade de contacto entre o elemento civil e militar. Enquanto isso os acontecimentos políticos se desenvolviam com certa celeridade no país. Muitas vezes o povo se aglomerava de frente do Quartel numa grande ansiedade, como que advinhando alguma coisa. E por entre sussurros demorava-se ali horas e horas, registrando-se algumas vezes, episódios interessantes. Em certa ocasião quando Maynard, este era o seu nome de guerra, passava de um lado para outro, nos serviços de rotina no Quartel, o povo prorrompeu em palmas. Maynard era pois, a figura central, o guia, a esperança. Ninguém poderia mais enganar-se. O 28º era um barril de pólvora. O episódio dos 18 do Forte crepitava no seio do povo. Maynard tinha o biótipo de um pícnico e, conseqüentemente, abrangia o temperamento ciclótico. Por isso mesmo sempre alternado, irroso, bravo, destemido nas refregas militares e bondoso, ameno, sensato, depois que dominava a luta.

A MADRUGADA DE 13 de JULHO

Na madrugada de 13 de julho foi deflagrado o movimento sedicioso, tendo à frente aqueles quatro oficiais, muitos sargentos e praças.

Controlada a situação interna, no Quartel, os revoltosos se dividiram em três companhias. A 1ª Companhia, sob o comando do Tte. Soarino e composta dos sargentos José Gonçalves Rabelo Sobrinho, José de Araújo Monteiro

Filho, Gervásio Dantas de Melo e João Florêncio de Sousa, saiu para atacar o Palácio do Governo.

A 2ª Companhia, sob o comando do Tte. Maynard e composta dos sargentos José Vieira de Santana, Antônio Messias de Carvalho, João Meneses de Aquino, Odilon Pereira Leite e Pedro Dantas de Mendonça foi atacar o Quartel de Polícia.

A 3ª Companhia se dividiu, ficando uma parte guardando o portão do fundo, sob o comando de Tte. Messias Mendonça e a outra, no portão da frente sob o comando do Capitão Eurípedes Esteves de Lima. Perto do Quartel do 289 ficava a Cadeia Pública, onde é hoje o Edifício Serigy, da qual foi logo dominada a guarda pelo Sargento Matos. O Major Jacinto Dias Ribeiro morava na Praça General Valadão, numa residência onde vai ser edificada a agência do Banco Nacional de Minas Gerais. Ao perceber o movimento saiu em direção ao Quartel, procurando acalmar os soldados já na praça tentando obrigá-los a depor as armas e voltar para o Quartel. Nisto, o Capitão Eurípedes o de-sautorou e o prendeu em seguida. Houve duas mortes de soldados, uma no ataque ao Palácio do Governo, outra no Quartel de Polícia, além de vários feridos.

O Capitão Eurípedes se encarregou de prender os oficiais que não aderiram ao movimento. E foram logo recolhidos: O capitão Augusto Ferreira, Fiscal do Batalhão, o Capitão Misael Mendonça, Comandante da 1ª Companhia, os 19s Ttes. José Figueiredo Solo e João Batista de Matos, Dr. Galdino Martins, médico e Heráclito Garcês, farmacêutico.

O 1º Tenente médico, Dr. Eronides de Carvalho, conseguiu fugir com destino à cidade de Propriá, de onde comunicou, a revolta, pelo Telégrafo, ao Presidente da República, ao Ministro da Guerra e ao Cte. da Região.

Na mesma madrugada foi preso também o Chefe de Polícia, Dr. Ciro Cordeiro de Farias, irmão do General Osvaldo Cordeiro de Farias.

A Polícia Militar foi dominada facilmente, pois estava despreparada e desprevenida para a luta. Comandava-a o Tte. Cel. Caetano José da Silveira, homem simples, bom, de pouca instrução entretanto, pois, na época, não havia as condições, nem as exigências de hoje quanto à formação de oficiais. O Palácio e o Quartel foram portanto, rapidamente ocupados. O povo acordou por entre o espocar da fuzilaria e o matraquear das metralhadoras. Os que saíram às portas, cedinho, às 5 horas, tomavam conhecimento exato do que se passava e assistiam à passagem de elementos da Polícia já presos e escoltados pelos sediciosos.

Mais tarde, às 11 horas mais ou menos, foi recolhido ao Quartel do 28º BC o Governador do Estado com todos os seus auxiliares. Na época o título legal era "Presidente do Estado". O Governador já estava preso e cercado em sua residência. Houve muitos amigos que insistiram pela sua fuga, ao que ele recusou alegando que o seu lugar era no seu posto, no Estado de Sergipe.

As ruas se encheram de povo. Os revoltosos eram ovacionados a todo instante. Maynard empolgava. Muitos vibravam com a sua presença.

Foi uma desordem dentro da ordem. A população tranqüilizou-se logo. Não só o Governador, bem como seus auxiliares, foram tratados com o máximo respeito no Quartel.

Em seguida foi lançado o seguinte manifesto, redigido pelo prof. Manuel Xavier de Oliveira, expulso da Escola Militar, no 3º ano, como conspirador. Era uma figura de valor, pela inteligência e caráter. Voltou às fileiras do Exército, após a revolução de 30 e faleceu em Petrópolis como capitão.

AO ALTIVO POVO SERGIPANO!

"Não desconhece o valoroso povo de Sergipe a situação do desrespeito e menosprezo aos direitos alheios implantada pelos que, nestes últimos seis anos vêm governando a República Brasileira; não desconhece, também o digno povo sergipano as humilhações, os vexames que esses mesmos dirigentes vêm impondo à *classe militar*, essa classe que, numa hora feliz e majestosa, implantou em nossa cara Pátria o governo republicano, o governo da liberdade, o governo do povo, para o povo e pelo o povo, princípios estes esquecidos e relegados pelos que se têm assenhoreado das posições políticas e administrativas do país. Há bem dois anos uma centena de brasileiros militares, orientada e serquiota de bem servir à Pátria, levantou-se contra os processos anti-republicanos do Governo do Dr. Epitácio Pessoa, cidadão que, apesar de Ministro do mais alto Tribunal da Nação, se mostrou o mais feroz inimigo dos seus governados. O seu sucessor, ao contrário do que se devia esperar, não quis afastar-se dos moldes violentos e prejudiciais de governar daquele que o levava ao posto de chefe de Estado. Até se excedeu na prática de atos da mais ferrenha tirania. Como não mais possível fosse suportar tantas humilhações, tantos desrespeitos à Constituição, tantos ultrajes aos direitos do povo e do Exército Nacional por intermédio de um número considerável de seus representantes se levantou nas plagas do Ipiranga, justamente nas terras em que se verificou o grito da Independência ou Morte.

Ora, a Guarnição Militar de Sergipe não podia de forma alguma ficar indiferente e calada em momento tão sombrio e difícil para a Pátria, resolvendo então, os que abaixo se assinam acompanhar os seus irmãos que no sul se bateram pela grandeza e verdadeira prática do regime republicano.

E tal movimento de solidariedade e de patriotismo consistiu em depor as autoridades que em Sergipe se correspondem com o Governo da República, constituindo-nos, em Junta Governativa Militar, para todos os efeitos, até que, com a vitória final, assumam as rédeas do Poder o verdadeiro escolhido pelo Povo. Os que compõem a Junta Governativa Militar saberão respeitar o direito de todos, nada tendo a temer o glorioso povo sergipano.

A nossa vitória será a vitória de Sergipe e de seus filhos e, por conseguinte, do Brasil e dos brasileiros.

Aracaju, 14 de julho de 1924.

Capitão Eurípedes Esteves de Lima

1º Tte. Augusto Maynard Gomes

1º Tte. João Soarino de Melo

2º Tte. Manuel Messias Mendonça”.

Deve ser evidenciado aqui, de passagem, que esse movimento não visava ao governo do Estado. O seu chefe foi deposto, porque fazia parte, no momento do sistema político dominante e seria, portanto, obstáculo à vitória. O governo estadual era de operosidade, benefício e desenvolvimento. Na época o orçamento anual do Estado continha uma previsão de receita de seis mil e quinhentos contos, ou na moeda atual seis mil e quinhentos cruzeiros novos. Não havia o interesse do governo Federal de encher, de 20 anos para cá e principalmente agora, os Estados de recurso para o seu desenvolvimento. O milagre que realizou Gracho Cardoso foi exclusivamente com a renda interna dos tributos. Tal foi o volume de realizações que se pode, sob esse aspecto, dividir a história de Sergipe em duas fases: antes de Gracho Cardoso e depois de Gracho Cardoso. Não se resiste à impressão de que no seu governo é que se fez Sergipe. E entre as suas realizações podemos enumerar: Início da rede rodoviária, serviço de água e esgoto, bondes elétricos, Matadouro Modelo, Mercado, Penitenciária, Hospital de Cirurgia, Aprendizado Agrícola, Instituto de Química, Instituto Parreiras Horta, Organização do Serviço de Saúde, numerosas construções escolares, tentou a existência do ensino superior, criando as Faculdades de Direito e de Química Industrial. Trouxe para Sergipe, alguns cientistas, técnicos de valor. Na época havia as chamadas “febres de Aracaju”. Ninguém conhecia os focos nem as causas. A mortalidade era alarmante. Vem o cientista Parreiras Horta, ganhando mais do que o Governador do Estado, e

estudou o problema, instalando o Instituto que tem o seu nome, diagnosticando a doença, localizando os focos e as causas e criando aqui a vacina via oral antitífica que se espalhou pelo Brasil inteiro. A hidrofobia era outro mal, irremediável, em Sergipe, e no Instituto recém criado fez-se a vacina anti-rábica, que salvou muitas vidas. Quando uma pessoa aqui era inoculada do micróbio da raiva, morreria, irrecorrivelmente, ou iria para um centro maior em busca de recursos, se tivesse condições financeiras. Trouxe para a Saúde Pública Phoncion Serpa, sanitarista de renome que aqui fez um trabalho importantíssimo e, no Centro de Saúde, havia diariamente uma movimentação extraordinária. Fez prospecção do solo para verificar a existência de petróleo, instituiu a experimentação na agricultura, chegando a plantar um campo de algodão na Barra dos Coqueiros, sob a direção do prof. Day, grande técnico estrangeiro. E nas areias daquele município foi produzido algodão de uma fibra extraordinária, ainda hoje citado em várias Escolas Superiores de muitos países. Por fim, elevou a arrecadação. Apesar de um governo conturbado por dois movimentos sediciosos, o primeiro a 13 de julho de 24 e o segundo a 19 de janeiro de 26 a sua administração se excedeu em empreendimentos notáveis. É um dever de justiça o registro que fazemos aqui.

O GENERAL MARÇAL REÛNE OS ELEMENTOS PARA AS OPERAÇÕES DE GUERRA

No início foram postos à sua disposição os seguintes batalhões de caçadores: o 20 de Alagoas, o 21 de Pernambuco e o 22 da Paraíba, as Polícias da Bahia e Alagoas, os navios Baependy, Borborema, Cte. Miranda, Itapacy, Canavieiras, Maraú e o Contra-torpedeiro Alagoas.

Incorporaram-se a esse destacamento dois contingentes de civis, um no sul, organizado pelo Barão de Santa Rosa em Simão Dias e outro no Norte, em Propriá, organizado pelo Cel. Francisco Porfírio, velho e conceituado chefe político na margem sanfranciscana. O contingente de Simão Dias não chegou a entrar em ação. O de Propriá tomou o nome de Batalhão Hercílio Brito. Face a informação segura de que a barra de Aracaju estava minada, foi planejado um desembarque na costa sergipana, logo contra indicado em virtude dos temporais do mês de julho. Resolveu então o General Marçal adotar outros planos.

Enquanto isso, continuava a euforia em Sergipe. Bernardes caiu! São Paulo está vitorioso! Diziam todos. O povo se aglomerava nas ruas principal-

mente, na "rua do Barão" hoje Rua "João Pessoa". Em toda parte entoavam canções populares sobre o 13 de julho e Maynard.

O prof. José Calazans chegou a coletar várias trovas da época, inclusive estas:

*No dia 13 de julho
Data pra mim sagrada
Acordei com o tiroteio
Às duas horas da madrugada*

*Ontem eu vinha da cidade
Me encontrei com dois tenente
Um era o Soarino
Mainá vinha na frente*

*Vem cá Mainá
Não vou agora
Eu só vou lá
Com a palma da vitória*

Depois seguiu-se o desânimo pela falta de comunicações, pelo isolamento e demora. Maynard convocou voluntariado e chegou a reunir cerca de 1.500 homens.

O primeiro encontro militar deu-se em Carmópolis, antiga "Carmo" contra as forças do Cel. Francisco Porfírio e um contingente de 150 homens da Polícia de Alagoas. Ao todo eram uns 300 homens.

Aqui Maynard já havia dinamizado tudo e mandou preparar e adaptar para ação, canhões velhos do tempo da Colônia. Esses serviços foram feitos nas oficinas do Leste Brasileiro, sob a direção e a perícia de Tomaz Mutti, funcionário da entidade e velho companheiro de Maynard.

Canhões de carregar pela boca, foram exibidos e prontos para entrar em ação.

O encontro de Carmópolis foi rápido e desmoralizante para as forças contrárias. A tropa do 28 que lá se defrontava compunha-se de cem homens, sob o comando do sargento José Vieira de Matos, hoje tenente Matos, já reformado. Com ele estavam ainda os sargentos Bethoven, Lourival Ouro, Francisco Silveira e um artilheiro da Marinha, conhecido pelo sargento Câmara (Antônio Câmara Ribeiro). O sargento Matos teve atuação distinguida, reve-

lando sempre capacidade de decisão e destemor. E quando foi preso, após a rendição, o General Marçal mandou buscá-lo escoltado à sua presença e disse ironicamente. Quis apenas conhecer o grande *estrategista*!

Um daqueles canhões adaptados num dos vagões pranchas da Estrada de Ferro foi disparado pelo contingente do 28º BC contra as forças do Norte. Ao primeiro tiro ensurdecedor, foi uma debandada geral, uma correria desordenada e incontida. Saíram vendendo rifles e fuzis por toda parte, a qualquer preço e sumiram todos. Ao passarem por vários lugares relatavam o fato assombrados e muitos diziam: "Foi um roneão!" Aquilo não era uma carabina. Era uma vovó!

Em Japarutuba reuniram-se os dirigentes dessas forças e lavraram uma ata explicando a retirada. A ata estava assim redigida:

"Nós abaixo assinados, reunidos hoje, às 21 horas no edifício do Governo Municipal de Japarutuba, de comum acôrdo, resolvem recuar até Propriá, em virtude da força aqui existente ser insuficiente para reagir contra o inimigo que se aproxima desta cidade com grande número de praças do Exército e dispondo de alimentos como sejam transportes por via férrea e fluvial, a fim de naquela cidade nos comunicarmos com as autoridades superiores para que seja reforçada nossa coluna, visto ter o telegrafista desta cidade desaparecido para lugar desconhecido.

Japarutuba, 30 de julho de 1924.

*aa) José Rodrigues Lima
Dr. Hebrellano Wanderley
Tte. Cel. Vitalino de Almeida
Capitão Áureo de Carvalho Santa Rosa
Tte. João Luís de Medeiros
Tte. José Pantaleão Filho
Tte. Joaquim Vicente Ferreira".*

No dia seguinte retirou-se, pois, a Polícia de Alagoas, sob o comando do Tte. Cel. Vitalino de Almeida. O Capitão Lucena, famoso comandante de volante, em Alagoas, já se achava em Neópolis, aguardando ordens, com 180 praças de Polícia daquele Estado. A maioria dessa tropa do Norte era constituída de homens sem instrução nem preparo para a luta. Daí a sua ineficiência absoluta.

A alegria dessa vitória parcial foi indizível em Aracaju. Houve uma reanimação geral que não demorou muito. Começavam então a chegar a boca pequena, para depois alastrar-se as notícias que estavam sendo vistos muitos soldados do Exército, por dentro do mato no Município de Estância. E continuavam as notícias! Muitos soldados para o lado de Estância! É que o General Marçal já havia efetuado desembarque a 24 de julho no povoado Crasto, à margem do rio Piauíhy.

A 26 de julho entrou na cidade de Estância onde recebeu um telegrama do Ministro da Justiça, que lhe comunicava achar-se Sergipe em Estado de Sítio.

Ainda em Estância o General Marçal fez publicar uma proclamação em que noticiava a presença, no Estado, de forte destacamento militar, sob seu comando, e declarava nulos todos os atos emanados dos revoltosos e responsabilizados os que se executaram, ordenando que todas as autoridades com ele se entendessem.

A Polícia da Bahia, já em Boquim, aonde chegou por via férrea, recebeu ordens de marchar com destino a Salgado. Deve-se acentuar que, na época, a única estrada de rodagem existente foi a que Gracho Cardoso construiu de Aracaju a S. Cristóvão. A junção das tropas deu-se em Itaporanga, isto é, as de Estância vindas do Crasto e a Polícia da Bahia, vinda de Salgado.

Ciente da presença das tropas legais, os revoltosos foram esperá-las nas vizinhanças de Itaporanga, onde se entrincheiraram em terreno, considerado de parte a parte, desfavorável à ofensiva e favorável à defensiva.

Iniciaram a marcha para a luta o 20 BC, sob o Comando do Capitão José de Oliveira Pimentel, o 21 sob o Comando do Tte. Cel. José Franco da Fonseca e o 22 sob o comando do Tte. Cel. Felizardo Toscano de Brito, além da Polícia da Bahia.

E a seis (6) quilômetros dos revoltosos fizeram alto. O General Marçal era um grande chefe militar, muito sensato e enérgico ao mesmo tempo e agiu com uma prudência tal, que muito lhe ficou a dever Sergipe.

Antes de entrar em ação enviou ao Tte. Augusto Maynard, por intermédio do Cel. Alfredo Franco, da antiga Guarda Nacional e que o acompanhava desde Salvador, a seguinte intimação.

Sr. 1º Tte. Augusto Maynard Gomes:

Quis o destino que ao vosso velho Comandante incumbisse a missão de atacar forças sob o vosso comando. Irão se degladiar, assim, forças do Exército Nacional, que, unidas, deviam defender a Pátria contra o estrangeiro e não se degladiarem inutilmente.

Como camarada, devo dizer-vos que estou fortemente aparelhado para atacar as vossas forças e que as unidades do Exército e das forças auxiliares sob meu Comando, estão prontas a cumprir rigorosamente as minhas ordens. Concomitantemente, as forças do Norte cumprirão o seu dever, batendo-se como for preciso e o destroyer Alagoas bombardeará a vossa bela capital.

Já estando terminado o levante de S. Paulo, do que posso dar-vos a minha palavra de honra, não vejo motivos para que continueis na posição em que vos colocastes. Assim, espero que desistireis do vosso intento, ora tornado improdutivo ao fim que vos propusestes. Caso contrário, serei obrigado a atacar com toda a energia, esperando, porém, que não tomareis sobre os vossos ombros a responsabilidade exclusiva do derrame inútil do sangue de tantos brasileiros, a viuvez, a orfandade e a desolação que, sem piedade, ocasionareis.

Peço resposta urgente.

a) General Marçal Nonato de Faria

Ao receber essa intimação, Maynard, desajustado, como era, fez macriacções, vociferou, xingou a torto e a direito e prendeu o Cel. Alfredo Franco, que deveria estar de volta, em presença do General Marçal a 2 de Agosto. Não havendo regressado o parlamentar, no prazo estabelecido, foi ordenado o avanço, iniciado com um pequeno tiroteio, no povoado Água Bonita, sem nenhuma baixa.

Imediatamente as tropas legais tiveram conhecimento de que os revoltosos abandonavam as posições e se desgregavam geralmente, fato este que foi logo confirmado. Os quatro oficiais da Junta Governativa Militar já estavam cansados mentalmente e fisicamente. Os problemas de administração pública, de ordem, de emergência, de defesa, os assoberbaram durante 21 dias. Sergipe isolado, já se ressentia profundamente da falta de tudo. E, sozinho, tinha sobre ele o peso de todo o Poder Constituído da Nação. A luta era, pois, inútil e impossível face a desigualdade de condições. Ao ter notícia de que a defensiva em Itaporanga estava em desordem, Maynard se dirigiu urgente para lá, por via férrea, e ao encontrar o Tte. Soarino este lhe confirmou a debandada. Travou-se entre ambos uma forte discussão e acalmados voltaram a Aracaju, de onde se separaram. No Quartel do 28 já reinava uma grande confusão. Os oficiais presos conseguiram abrir as prisões, soltando os civis e passaram a dominar as ações, recuperando em seguida as posições anteriores. Saíram imediatamente o Governador e seus auxiliares.

A 4 de Agosto o General Marçal entra em Aracaju, e, às 13 horas do mesmo dia, dá-se a reposição do Dr. Gracho Cardoso, no governo, o que se verificou solenemente, com a presença de autoridades e povo. A Polícia da Ba

hia recebeu ordens de voltar de Itaporanga, e, sob as alegrias de uns e as tristezas de outros, entraram os demais batalhões na capital, onde as respectivas bandas tocavam várias marchas e executavam músicas populares acompanhadas do coro dos soldados.

Defronte do Palácio, no estuário do rio Sergipe, já se achava o contra-torpedeiro Alagoas que forçou a barra desde as primeiras horas da manhã. Vários edifícios públicos serviram de Quartel, inclusive o prédio onde funcionava a antiga Escola Normal Rui Barbosa, vários grupos escolares e a Capitania dos Portos.

Ocupada a capital, foram presos o Capitão Eurípedes, que se apresentou, os tenentes Soarino e Messias Mendonça. Maynard fugiu. Andou alguns dias escondido em várias fazendas do interior e depois desapareceu, tendo sido preso meses após, em S. Paulo, na Casa do Poeta Paulo Gonçalves, onde se achava homisiado. Ele próprio me disse que estava dormindo, de madrugada, quando levantaram o lençol do rosto e lhe perguntaram o nome. Então deu um nome qualquer. Pediram-lhe provas. Ao que Maynard respondeu: Que provas os senhores querem? Nisto já haviam desarrumado uma pequena mala em que havia documentos de identidade e outros comprometedores, inclusive mapas, cartas, bilhetes, relação de senhas, etc. Cercado de forte escolta foi levado ao Rio de Janeiro, de onde o mandaram para Ilha da Trindade. Depois o General Marçal mandou efetuar várias prisões: E foram presos o general reformado José Calazans, velho conspirador, o Capitão dos Portos Frederico Soledade e o Capitão Tte. Afonso de Albuquerque, Cte. da Escola de Aprendizes de Marinheiros. Às vésperas da rendição, Maynard os compeliu a sinalizarem para o contra-torpedeiro Alagoas, nas vizinhanças da Barra, convidando-o a aderir ao movimento sedicioso. Ou os sinais não foram adequados ou precisos e foram apenas simulados, o certo foi que aquela belonave nada respondeu.

A participação daqueles oficiais de marinha, na sedição de 13 de julho, foi muito discutida, senão duvidosa. Tanto assim que no seu despacho de pronúncia, o Juiz Federal, Dr. Paulo Martins Fontes os excluiu assim se manifestando:

“Os atos praticados pelos oficiais de Marinha constituíram apenas uma fraqueza de ânimo, resultante da falta de meios de resistência”.

E foram presos mais os civis Hormindo Menezes, Dr. Edson de Oliveira Ribeiro, Dr. Zaqueu Brandão, Dr. Luiz Freire, jornalista Antenor Lívio Coelho, Frederico Gentil, Tomaz Mutti, que dirigiu o acondicionamento dos canhões velhos nas oficinas do Leste Brasileiro. João Andrade e Heitor Rodri-

gues de Moraes, elementos muito hábeis, que se encarregaram do preparo das bombas para minar a barra.

Além desses, muitos contribuíram para a sedição de 13 de julho: Temístocles Leal Gomes, que era eficiente nos trabalhos de ligação e espionagem e Brasiliano de Jesus, que ajudou a Maynard na fuga e tão empolgado que deu a um filho, na fase da revolta, o nome de Eurípedes Soarino Maynard de Jesus, em homenagem aos quatro oficiais sediciosos.

**PRONUNCIAMENTO DE DR. FERNANDO BARRETO NUNES,
NA SOLENIDADE DE INAUGURAÇÃO DO BUSTO DE
ABDIAS BEZERRA, POR OCASIÃO DE SEU CENTENÁRIO
EM 9/9/1980**

Meus Senhores

A idéia de se comemorar, condignamente, o centenário de nascimento do professor Abdias Bezerra surgiu, há quatro anos atrás, em uma conversa entre este que vos fala e o meu prezado amigo, Cel. Dr. Romeu Carvalho. O tempo foi passando e Romeu não esqueceu o assunto. Em fins do ano passado, passou a cobrar-me, insistentemente, o cumprimento do plano elaborado anteriormente.

Iniciado o movimento, contou Romeu, no Rio de Janeiro, com a entusiástica cooperação do professor João Alfredo Montes e, aqui, encontrei entusiasmada colaboração dos antigos alunos do grande mestre — Prof. Silvério Fontes, Dr. Fernando Porto e Umberto Mandarino.

Aos membros da Comissão foi gratificante a acolhida da idéia por todos que foram procurados para o apoio financeiro necessário ao empreendimento, já que desejava a Comissão que a homenagem tivesse um caráter não oficial e sim espontâneo, por parte dos que estudaram, conheceram e admiraram o Professor Abdias Bezerra.

Em nome da Comissão Organizadora, cabe-me agradecer a todos os que colaboraram para o bom êxito desta festa, especialmente ao Dr. Antônio Carlos Valadares, digno Secretário de Educação e Cultura e seus auxiliares; ao Prof. Luiz Antonio Barreto, digno Secretário de Educação e Cultura do Município de Aracaju; à professora Julieta Mendonça; à Gazeta de Sergipe, tradicional órgão da imprensa sergipana; ao Senhor Carlos Satler, Venerável da Loja Cotinguiba; à empresa Transportadora Sergipana Ltda. e ao escultor Honório Peçanha, autor do busto que ora inauguramos.

Meus senhores:

Que singularidade possuiu Abdias Bezerra para merecer esta homenagem?

Que magia possuía este micro-longilíneo Abdias Bezerra que conseguiu ser, ao mesmo tempo, temido e admirado, querido e respeitado por todos que o conheceram e com ele privaram?

Que magia possuía a personalidade de Abdias Bezerra que permitiu, 36 anos após a sua morte, sem deixar descendentes bem situados financeiramente ou em cargos relevantes na Política e na Administração do Estado, uma mobilização como esta, plena de entusiasmo e rica de emoção?

Seria o seu imenso talento acompanhado de vasta erudição, pouco comum em nosso meio?

Ou seria a integridade de seu caráter, tão bem exaltado pelo jovem estudante Carlos Oliveira, quando afirmou em discurso, em sua homenagem — “suas ações atestam a integridade de seu caráter, nunca maculado pela nódoa da impostura, do charlatanismo ou da bajulação”?

Ou, ainda, seriam a modéstia e a simplicidade de seu viver?

Ou mesmo seu espírito altivo é independente, tão bem lembrado por Carvalho Neto, ao afirmar: “Culto e independente, não se dobrava as injunções das conveniências partidárias, em choque com a sua consciência”?

Ou, finalmente, o seu amor ao trabalho e o desapego aos bens materiais que levou o citado Carvalho Neto a concluir: “Viveu para os outros, para a mocidade sergipana, entretando para si próprio desviveu lentamente...?”

Creio que foi a soma de todas estas virtudes que fez de Abdias Bezerra uma personalidade singular na vida sergipana de sua época.

Tendo sido excluído da Escola Militar por haver participado da Revolução conhecida popularmente por “Revolução contra a Vacina Obrigatória” (que, diga-se de passagem, foi um mero pretexto), mais por coleguismo do que por convicção, rejeitou a anistia e retornou à sua terra, dedicando-se ao magistério, condenando-se à uma vida de pobreza e de trabalho cansativo, que é o destino, infelizmente, dos que mourejam no ensino.

Ensinou até a morte. Morreu, praticamente, com o giz na mão, o que levou o professor José Calazans, num grito de revolta, em discurso à beira de seu túmulo, a dizer: “E só podia viver trabalhando, apesar da tua idade e do teu precário estado de saúde, porque, infelizmente, na paradoxal sociedade em que vivemos, muitas e muitas vezes, só têm o direito de descansar unicamente aqueles que nunca trabalharam”.

Não tendo vocação para a militância política nos quadros da velha República, participou, entretanto, da fecunda administração do Presidente Gracho Cardoso, como diretor do Atheneu Sergipense, diretor da Escola de Comércio “Conselheiro Orlando” e Diretor da Instrução Pública.

Liberal Democrata, foi um fanático defensor da disciplina consciente, que não se confunde com opressão, do cumprimento do dever, que não se confunde com escravidão, da liberdade de pensar e discordar dentro da lei e da ordem, que devem ser iguais para todos.

Coerente com este modo de pensar, participou, ao lado de Artur Fortes, Clodomir Silva, Péricles Azevedo, General Calasans e Amintas Jorge, entre outros, da campanha da Aliança Liberal, logo se desiludindo com a vaidade de uns ou com a ambição de outros, concentrando-se, exclusivamente, em ensinar à mocidade sergipana, ensinando pelo saber e pelo caráter (divisa deste monumento), como bem salientou Garcia Moreno que completou: "Ao lado de vossas palavras, espalhais as lições de vossos exemplos".

A vida de Abdias Bezerra foi, assim, um hino ao saber, ao trabalho, de amor ao próximo, exemplo de dignidade e de despreendimento e, por isso, morreu pobre, como nascera e vivera.

Os cétricos, os pragmáticos, os ambiciosos, os cínicos talvez dirão, ante o exemplo da vida do grande mestre, como Juvenal: "probitas laudatur alget" — A probidade é louvada, mas treme de frio (Sátiras I,74).

Mas para os que a Alexandre preferem Aristóteles, a César preferem Virgílio; a Maquiavel preferem Descartes, a Napoleão preferem Victor Hugo, a Frederico II preferem Kant, ao Barão de Rotschild preferem São Francisco de Assis, a vida de Abdias Bezerra foi um modelo a ser seguido ao pé da letra.

Mestre: Platão deu graças aos deuses por ter nascido grego e não bárbaro, livre e não escravo, homem e não mulher, mas acima de tudo deu graças aos deuses por ter sido contemporâneo de Sócrates.

Nós damos graças a Deus por termos sido contemporâneos de Abdias Bezerra.

Meus senhores:

Escolhemos este lugar para colocar o busto de Abdias Bezerra porque foi aqui, nesta casa, que ele dedicou os últimos 18 anos de sua vida, até tornar cansado, como aquele grego que levou à Atenas a notícia da vitória contra os persas em Maratona, cansado da grande maratona da vida.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

CONCURSO

Comemorando a passagem do 70º ano de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no dia 6 de agosto do corrente ano, estão abertas as inscrições para o concurso sobre *HISTÓRIA DE ARACAJU*, sendo oferecidos pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, aos vencedores, os prêmios:

1º Prêmio	Cr\$ 30.000,00
2º Prêmio	Cr\$ 20.000,00
3º Prêmio	Cr\$ 10.000,00

CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

1. ser aluno do 2º grau de estabelecimento público ou particular do Estado;
2. apresentar um trabalho sobre a *HISTÓRIA DE ARACAJU*, com um máximo de 20 e um mínimo de 2 páginas datilografadas, espaço dois;
3. remeter o trabalho até as 17 horas do dia 30 de outubro para a sede do Instituto Histórico, rua de Itabaianinha, 41, Centro, Aracaju;
4. remeter o trabalho com pseudônimo, acompanhado de envelope lacrado contendo o nome, colégio, número de matrícula e ano que cursa o remetente.

Os autores dos melhores trabalhos, julgados pela Comissão designada pela Diretoria do Instituto Histórico, *serão argüidos* por três professores em data previamente marcada e comunicada aos vencedores.

Os esclarecimentos suplementares poderão ser obtidos na sede do Instituto Histórico, nos horários das 8 às 12 e das 14 às 17 horas.

Aracaju, 5 de agosto de 1982

Profª Maria Thetis Nunes

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

CONCURSO

Comemorando a passagem do 70º ano de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no dia 6 de agosto do corrente ano, estão abertas as inscrições para o Concurso sobre *SERGIPE NO MOVIMENTO REPUBLICANO*, sendo oferecidos, aos vencedores, os prêmios:

1º Prêmio	B A N E S E	Cr\$ 30.000,00
2º Prêmio	B A N E S E	Cr\$ 25.000,00
3º Prêmio	BANCO DE CRÉDITO SERGIPENSE	Cr\$ 20.000,00

CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

1. ser aluno do curso de História da Universidade Federal de Sergipe;
2. apresentar um trabalho sobre *SERGIPE NO MOVIMENTO REPUBLICANO*, com um mínimo de 10 páginas datilografadas, espaço dois;
3. remeter o trabalho até as 17 horas do dia 30 de novembro para a sede do Instituto Histórico, rua de Itabaianinha, 41, Centro, Aracaju;
4. remeter o trabalho com pseudônimo, acompanhado de envelope lacrado contendo o nome, número de matrícula e período que cursa o remetente.

Os autores dos melhores trabalhos, julgados pela Comissão designada pela Diretoria do Instituto Histórico, *serão argüidos* por três professores em data previamente marcada e comunicada aos vencedores.

Os esclarecimentos suplementares poderão ser obtidos na sede do próprio Instituto Histórico, nos horários das 8 às 12 e das 14 às 17 horas.

Aracaju, 5 de agosto de 1982

Prof^ª Maria Thetis Nunes

PÁGINA DE SAUDADE

Sócios, que integravam o quadro social do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, falecidos a partir de 1978 até a presente data.

- 1 – Dr. Airton Teles Barreto
- 2 – Prof. Alcebíades Melo Vilas-Boas
- 3 – Dr. Aloísio Vilas-Boas
- 4 – Sr. Antonio Grossi Missano
- 5 – Sr. Antonio Oliveira Barreto
- 6 – Dr. Antonio Tavares de Bragança
- 7 – Sr. Arivaldo Prata
- 8 – Dr. Augusto César Leite
- 9 – Sr. Camilo Calazans
- 10 – Dr. Carlos Vieira Sobral
- 11 – Dra. Cezartina Regis do Amorim
- 12 – Engenheiro Clóvis Mozart Teixeira
- 13 – Sr. Dalvo de Faro Leal
- 14 – Dr. Fernando Sampaio
- 15 – Dr. Hélio Andrade Amado
- 16 – Sr. Irineu Marques de Oliveira
- 17 – Dr. João Batista Cavalcante
- 18 – Dr. João Bosco da Silva Lima
- 19 – Dr. João Dantas Martins dos Reis
- 20 – Sr. João Gama da Silva
- 21 – Prof. Joaquim Sobral
- 22 – Pintor Jordão Oliveira
- 23 – Engenheiro Jorge de Oliveira Neto
- 24 – Prof. José Fontes Cardoso
- 25 – Dr. José Rosa de Oliveira Neto
- 26 – Dr. Lauro Dantas Hora

- 27 – Dr. Luiz Magalhães
- 28 – Dr. Manuel Barbosa de Souza
- 29 – Prof. Napoleão Argêlio de Oliveira Dória
- 30 – Jornalista Orlando Dantas
- 31 – Sr. Otto Apenburg
- 32 – Dr. Thieres Gonçalves de Santana
- 33 – Prof. Wilson Barbosa de Melo

 **COMPOSTO E IMPRESSO**
EDITORA GRÁFICA ALVORADA LTDA.
IG — 6 — SUL — 2040 TELS. 223-2163 — 225-0963
CGC 00003582/0001 — 00 — GDF 07001860-0 BRASÍLIA — DF

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação	5
Ata da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe	7
Sergipe no Processo Republicano Brasileiro – Maria Thetis Nunes.	9
População e Economia: Aspectos do Problema da mão-de-obra escrava em Sergipe (Séculos 18 e 19) – Luiz R. B. Mott	19
O Pensamento Filosófico de Jackson de Figueiredo – José Silvério Leite Fontes.	33
Imaginário, História e Estórias – Felte Bezerra	47
A Citricultura na Modernização da Agricultura em Boquim (1980) – Adelci Figueiredo Santos e José Augusto Andrade	53
A Missão Indígena do Geru – Beatriz Góis Dantas	65
Fausto Cardoso: As Idéias de um Líder – Terezinha Oliva de Souza	89
Outubro de 1930 – Emmanuel Franco	125
O 13 de Julho na História de Sergipe – Acrízio Cruz	133
Discurso pronunciado por ocasião da solenidade de inauguração do busto de Abdias Bezerra – Fernando Barreto Nunes	147
Editais dos concursos: História de Aracaju e Sergipe no Movimento Republicano.	151
Página de Saudade	155